



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

CLARISSA VIEIRA DOS SANTOS

**O ESPAÇO-VIVIDO COMO LUGAR DE PROJETO:
Reflexões a partir de um assentamento rural do Sudeste Paraense**

Belém
2011

CLARISSA VIEIRA DOS SANTOS

**O ESPAÇO-VIVIDO COMO LUGAR DE PROJETO:
Reflexões a partir de um assentamento rural do Sudeste Paraense**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Orientador Prof. . Dr. Aquiles Simões

Belém
2011

CLARISSA VIEIRA DOS SANTOS

**O ESPAÇO-VIVIDO COMO LUGAR DE PROJETO:
Reflexões a partir de um assentamento rural do Sudeste Paraense**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Aquiles Simões (Orientador)
UFPA

Prof. Dr (a). Leonilde Servolo de Madeiros
(Membro Titular Externo) UFRRJ

Prof. Dr. Iran Veiga (Membro Titular Interno)
UFPA

Àquela que um dia acreditou que eu seria possível

Àquela que num ato de teimosia escolheu continuar vivendo

Àquela que num suspiro de coragem decidiu enfrentar as atrocidades do caminho

Àquela que num esforço sub-humano se ergueu dia após dia para prosseguir na caminhada

Àquela que mesmo na derrota tem um sorriso sereno estampado no rosto

Àquela que num ato de amor simplesmente me amou

A você, mamãe, que é minha fonte de força,
coragem e vida.

AGRADECIMENTOS

Mesmo reconhecendo que o resultado final deste trabalho é de minha única responsabilidade não posso deixar de reconhecer que este é também o resultado de um trabalho coletivo. Em função disso quero aqui expressar meus sinceros agradecimentos aos que contribuíram de alguma forma para a construção de mais este sonho.

A Deus que certamente é o grande arquiteto de tudo isso.

À minha família que, apesar de no dia de hoje se apresentar em uma outra condição, ainda é o bem mais precioso que trago junto a mim... acreditem mesmo com as fragmentações sofridas pelo caminho ainda somos um.

Aos seres incríveis que compunham a turma do MAFDS de 2009. Em especial a minha doce amiga Jacy, por representar, ao final desta caminhada, uma das minhas maiores conquistas ...ainda posso sentir a leveza de suas mãos colhendo minhas lágrimas quando as pedras no caminho tentaram me abater. Também não poderia deixar de agradecer à recente presença de Keteane que, de uma maneira brilhante, conseguia transformar aqueles dias pesados de finalização da dissertação em momentos mais leves e coloridos...acredite, estas eternizada em minha história.

Ao grande amigo-orientador Aquiles Simões que realmente me revelou o que significa ser um homem plural, pois no decorrer desta caminhada me fez mergulhar no frio das indagações e no calor das descobertas, na aspereza da crítica e na doçura do abraço acolhedor, no medo do desconhecido e na coragem do que está por vir. Muito obrigada por compartilhar comigo um pouco do seu conhecimento e principalmente por sempre me fazer sentir capaz.

Aos agricultores que, de uma maneira ainda não compreensível ao meu entendimento, abriram suas portas e suas vidas simplesmente para ajudar uma desconhecida que nada tinha para oferecer em troca de tanta generosidade...esta dissertação só foi possível graças aos homens e às mulheres que, dia após dia, inventam e reinventam o espaço agrário brasileiro.

Enfim a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a concretização de mais este sonho... acreditem esta é uma conquista de todos nós!

A questão fundamental não reside na tomada do poder, mas sim na recriação da sociedade, na reinvenção da prática política, na prevenção de um conflito cego entre a abertura dos mercados e a clausura das comunidades, na superação do desmembramento de sociedades em que se aumenta a distância entre os incluídos e os excluídos.
(ALAN TOURAINE, Lettre à Lionel)

RESUMO

O presente trabalho consiste na reflexão acerca de como se dá a construção do espaço-vivido e a consolidação deste como lugar de projeto em um assentamento rural da região do sudeste paraense. Nessa perspectiva entende-se que, a partir da década de 90, os agricultores familiares do sudeste paraense emergem como atores sociais fundamentais no que se refere em influir sobre as dinâmicas territoriais locais, em virtude, basicamente, de sua crescente capacidade de organização e do relativo investimento Federal em políticas públicas ditas de desenvolvimento. Um novo campo de possibilidades se abre para a esfera doméstica daqueles que percebem o campo como lugar de trabalho e morada. Nessa conjuntura fortalece-se o discurso da existência de uma possível imbricação entre as duas esferas de ação (governamental e doméstica). Diante disso acreditamos ser de extrema relevância a compreensão das múltiplas lógicas de ação que direcionam as tomadas de decisão dos indivíduos que constroem cotidianamente o seu espaço-vivido e elaboram estratégias que o consolidem como lugar de projeto. Defende-se, então, que independente da existência da articulação entre a esfera governamental e a doméstica, os agricultores em seu cotidiano constroem estratégias para o fortalecimento do espaço-vivido como lugar de projeto. Acredita-se que nesse processo há a emergência de uma categoria social que aqui denominamos como sujeito-lugar, pois a partir de um movimento de ressignificação das deliberações externas e de seu quadro de possibilidades, o indivíduo constrói condições favoráveis para a sua reprodução social e de sua família. Dessa forma entendemos que o caminho para a construção de políticas de desenvolvimento que realmente sejam transformadoras para situação social a qual se encontram os agricultores do sudeste paraense é o da construção de ações que partam de uma perspectiva endógena que possibilite a emergência de sujeitos autônomos capazes de refletir a respeito da posição que ocupam na dinâmica do desenvolvimento de seu espaço-vivido.

Palavras-Chave: Espaço-vivido. Identidade. Lugar de projeto. Sujeito

ABSTRACT

This work consists in thinking about how is the construction of space-lived and the consolidation of this project as a place of settlement in a rural region of southeastern Pará. From this perspective it is understood that, apart from the 90's, farmers in southeast Pará emerge as key social actors in terms of influence on the local territorial dynamics, due primarily to their increasing ability to organize and the relative Federal investment in public policy development said. A new field of possibilities opens to the domestic sphere to those who perceive the field as a place of work and housing. In this situation strengthens the discourse of the existence of a possible overlap between the two spheres of action (government and household). Given this we believe is extremely important to understand the multiple logics of action that guide decision-making of individuals who build their daily living space and design strategies as a place to consolidate the project. It is argued, then, that regardless of the existence of coordination between the governmental sphere and domestic farmers in their daily build strategies to strengthen the area as a place-lived project. It is believed that this process is the emergence of a social category that I call here as subject-place, because from a redefinition of the movement and its deliberations outside the framework of possibilities, the individual constructs favorable conditions for their social reproduction and his family. Thus we understand that the way for the construction of development policies that are truly transformative social situation to which they are farmers in the southeast of Pará is the construction of actions from a perspective that allows the endogenous emergence of autonomous individuals capable of reflect on the position they occupy in the dynamic development of its space-lived.

Keywords: Space-lived. Identity. Place. Project. Subject

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996.....	35
Quadro 01: Principais conceitos que norteiam a pesquisa.....	17
Gráfico 01: Tipos de financiamento e quantidade de famílias contempladas.....	112
Figura 02: Violência contra trabalhadores rurais 1986- 2006.....	37
Quadro 02: Modelo de análise.....	17
Figura 03: Assentamentos criados na região de Marabá.....	42
Quadro 03: Local de origem dos 45 famílias entrevistadas.....	64
Figura 04: Mapa de Localização do Território Sudeste do Pará.....	56
Quadro 04: lógicas de ação.....	115
Figura 05: Localização do PA Bom Jardim da Voltinha.....	61
Figura 06: Mapa com o número de famílias assentadas no ano de 1999.....	66
Figura 07: Configuração PA Bom Jardim da Voltinha.....	68
Figura 08: Escola Diamante do Itacaiúnas.....	79
Figura 09: Estrutura interna da sala de aula.....	79
Figura 10: Estrada principal de acesso ao PA Bom Jardim.....	81
Figura 11: Máquina destinada para a melhoria das estradas do PA.....	82
Figura 12: Configuração das estradas de acesso ao PA Bom Jardim.....	83
Figura 13: Rio Itacaiúnas.....	85
Figura 14: Dia de lazer no rio.....	85
Figura 15: Campo de futebol do PA.....	86
Figura 16: Casas construídas pelo crédito habitação.....	87
Figura 17: Cozinha de barro mantida nos fundos da casa.....	88
Figura 18: Pequeno comércio.....	96
Figura 19: Índice de assentamento e famílias assentadas- 1988-2006.....	101
Figura 20: Projetos de assentamento criados no sul e sudeste do Pará.....	102
Figura 21: Estrutura da farinheira dos nordestinos.....	108
Figura 22: Farinheira dos nordestinos.....	108
Figura 23: Justaposição de dois modelos na forma de habitar.....	122
Figura 24: Cozinha de barro mantida junto à nova casa.....	122

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica Rural

BASA – Banco da Amazônia

CIAT – Centro Internacional de Agricultura Tropical

CODETER- Conselho de Desenvolvimento Territorial

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FATA – Fundação Agrária Araguaia - Tocantins

FERA - Fórum das Entidades pela Agricultura Familiar e Reforma Agrária

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e do Amapá

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PGC – Programa Grande Carajás

PRONAF – Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTDRS – Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM- Superintendência da Amazônia

ONG'S – Organizações Não Governamental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2	USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SUDESTE PARAENSE NO PÓS-90.....	25
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR: UMA CATEGORIA DE AÇÃO POLÍTICA.....	26
2.2	O SUDESTE PARAENSE: DA EXPROPRIAÇÃO ÀS GRANDES LUTAS.....	34
2.3	OS NOVOS CONTORNOS NA ATUAÇÃO DO ESTADO	44
2.4	A MUDANÇA DO ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO RURAL	47
2.5	A CONSTITUIÇÃO DE ESFERAS PÚBLICAS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	57
3	O ASSENTAMENTO: ONTEM E HOJE.....	66
3.1	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA COMO ESTRATÉGIA E INSTRUMENTO DE LUTA	78
3.2	A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO-VIVIDO	81
3.3	O ESPAÇO-VIVIDO COMO LUGAR DE SOCIABILIDADE: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM ESTRATÉGIA DE MELHORIA DO LUGAR CONQUISTADO.....	87
3.4	AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES DO PA BOM JARDIM.....	104
3.5	DOS NOVOS CONTORNOS DO ESTADO AOS NOVOS CAMPOS DE POSSIBILIDADE PARA AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS	113
3.6	A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO-VIVIDO COMO LUGAR DE PROJETO.....	120
4	AS IMBRICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO PA BOM JARDIM.....	130
4.1	O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.....	150
5	CONCLUSÕES	155
	REFERÊNCIAS	166

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa nasce da minha inserção no mestrado em agricultura familiar e desenvolvimento sustentável (MAFDS), na linha de pesquisa II que se propõe a refletir a respeito de mudança social, atores do desenvolvimento e dinâmica da organização rural. Vale ressaltar que este trabalho também é o resultado da colaboração com o projeto INTERRA que visa a compreensão do papel das agriculturas familiares nos ofícios do desenvolvimento na Argentina e no Brasil a partir da inserção territorial das atividades agrícolas e do controle local dos recursos na região. Vale destacar que a presente dissertação teve o financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) com bolsa de estudo ao longo de todo o percurso deste ciclo.

O desejo de refletir acerca de como as famílias agricultoras têm construído seus espaços-vividos, frente a uma nova diversidade de situações que se colocam diante destes, remete claramente aos meus primeiros passos na vida acadêmica, ainda lá nas frágeis discussões sobre a geografia agrária, mas sobretudo também se refere ao universo construído por meus pais ao me orgulharem em suas lembranças dos momentos passados e vivenciado sem outro tempo e lugar.

Sou filha de acreanos que migraram de seus lugares de origem em busca de um novo horizonte, menos penoso, no qual pudessem construir a tão sonhada família. Desde menina sempre fui envolvida nas longas histórias contada, quase sempre por meu pai, homem simples, que desde criança aprendeu a conviver com a perda, com a subtração...Passou pela infância sem sentir, eram dias de pouco pão e muito suor. Até hoje, quando tem oportunidade, nos remete junto às suas asas a um voo saudoso e dolorido ao encontro daquele cotidiano com o qual tanto ele, quanto minha mãe, tiveram desde cedo que aprender a lidar com a natureza que os cercava, pois seria ela, que de imediato, cessaria as suas fomes. Meu pai relata que desde muito menino, quando ainda nem tinha forças para aплumar uma espingarda, teve que aprender a usar armas para poder ir em busca, na mata, da caça que garantisse o suprimento da família.

Minha mãe por sua vez é uma ex-seringueira que desde muito cedo, por volta dos seus 3 anos de idade, já acompanhava o seu pai ao seringal, não diferente de seus iguais, viviam em terra alheia e estavam submetidos aos mais inimagináveis abusos cometidos por seus patrões que eram os únicos a deter os meios de produção, assim se tornando “escravos”, por dívida, das amarras do latifúndio, pois tudo que precisavam, desde as ferramentas para o

sangramento da seringa até um simples analgésico, tinha que ser conseguido em forma de dívida, a preços super-faturados impostos por seus patrões.

Assim as tais “viagens” por entre as memórias históricas de meus pais foram construindo em mim uma relativa ligação com toda a complexidade que envolve o cotidiano daqueles que se reproduzem no espaço agrário brasileiro, construindo seus lugares a partir de diferentes lógicas de ação, influenciadas por suas múltiplas experiências sociais, fato que se reflete nas infinitas configurações de forma e conteúdo dos espaços-vividos das famílias agricultoras.

Acredito, pois, que até mesmo o fato de escolher o curso de geografia para a graduação esteve intimamente relacionado à essas “viagens” que me levaram a experimentar uma outra forma de viver e se relacionar com o meio, principalmente o fascínio que a ideia de mobilidade espacial despertara em mim. Ao me deparar com a disciplina de geografia agrária e ao ter tido a oportunidade de participar de um trabalho de campo realizado dentro de um assentamento rural, tais experiências despertaram em mim o que há muito tempo já se revelara como uma das “peças” estruturantes de minha história.

As escolhas referentes às construções de pesquisa científica, como a da monografia de conclusão de curso e a atual elaboração desta dissertação, foram direcionadas e me direcionaram para as reflexões em torno da construção do espaço agrário, mais precisamente à construção do espaço-vivido dos agricultores frente a uma infinidade de situações sociais com as quais estes se deparam ao longo de suas trajetórias.

Este trabalho, porém, prende-se ao no atual processo de construção ao qual me estou submetendo. Construção esta que está para além das linhas marcadas nestas folhas, pois a construção de um trabalho acadêmico, ancorado na pesquisa de campo participante, nunca permite que o pesquisador saia imune às múltiplas situações vivenciadas em campo. É exatamente por acreditar nisso que afirmo que a construção desta pesquisa em alguns momentos vai se somando a minha constante construção como ser humano que ainda sonha com a possibilidade de um dia sentir que está chegando, ao menos o cheiro de um mundo melhor para todos.

A formação acadêmica em geografia se revela muito presente e até mesmo de forma impositiva na construção desta pesquisa, porém, ao longo de todo esse processo, faremos um esforço em não limitarmos somente a um olhar, mas a buscar, em outras ciências, contribuições pertinentes às nossas reflexões.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Após uma longa história de luta pela terra inaugura-se, no início dos anos 90, um novo cenário na região sudeste do estado do Pará, ligado à forte presença da política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cabe a regularização fundiária das áreas ocupadas por posseiros, a criação de projetos de assentamentos e a gestão dos recursos da reforma agrária, entre eles, os destinados à elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.

Inaugura-se, então, um novo momento no que se refere à relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil, mais precisamente com aqueles que aqui elencamos como nossa principal categoria de análise: a agricultura familiar.

Nas últimas décadas os agricultores familiares do sudeste paraense passaram a figurar no cenário político-social da região como atores fundamentais no processo do desenvolvimento regional, uma vez que, por meio de uma intensa luta por direitos e por uma persistente atividade política de suas diferentes entidades de representação (Assis, 2007), a agricultura familiar se apresenta como categoria digna no cenário da história em influir sobre as dinâmicas territoriais locais.

Isso se deve, principalmente, à crescente capacidade dos homens e mulheres do campo de se organizarem e lutarem por melhores condições de sobrevivência, e também ao maciço investimento Federal em políticas públicas de desenvolvimento e apoio aos agricultores familiares. Nessa conjuntura, esses atores sociais têm fortalecido sua posição no espaço regional e influenciado os rumos da política do Estado, principalmente as direcionadas à criação de assentamentos e implantação de políticas públicas.

As políticas governamentais sob a direção do MDA se voltam para a regularização fundiária das áreas ocupadas e para a criação de condições favoráveis para a dinamização da produção: criação de projetos de assentamentos, criação de linhas de crédito para as áreas de assentamentos e elaboração de uma política de assistência técnica, elaboração da política de educação do campo e implementação da política de desenvolvimento territorial. Esta última vem acompanhada de mudanças nas estruturas que dão suporte à implementação e execução de tal política. Desencadeia-se, assim, uma ampliação do campo de possibilidades dentro do cotidiano das famílias agricultoras, fato este que permite a construção de novos arranjos no processo de produção de seus espaços-vividos.

Abre-se, então, uma discussão acerca de uma possível imbricação entre a esfera governamental e a esfera doméstica de ação na elaboração dos projetos de vida das famílias agricultoras, visto que, em virtude, basicamente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e da abertura de crédito destinadas a esse grupo social, inauguram-se possibilidades de novos arranjos na construção do espaço-vivido daqueles que percebem o campo como lugar de trabalho e morada.

Diante deste novo cenário que se coloca na região do sudeste paraense no pós-noventa, é que tecemos nossas primeiras indagações, dando início, assim, ao primeiro ato constitutivo do procedimento científico que é definido por Quivy (1998) como a fase da ruptura, pois era o momento de tentar ultrapassar minhas atuais convicções e preconceitos construídos e enraizados até ali, pois como bem falou o autor supracitado, estes elementos só servem para dar-nos “a ilusão de compreendermos as coisas”. É justamente nessa fase que se dá a construção da pergunta de partida que direcionará os primeiros passos da pesquisa e conduzirá para a fase da exploração com a busca das leituras tidas como indispensáveis à construção teórica de um quadro de referência.

Dessa maneira, o esforço inicial foi o de tentar construir uma primeira pergunta, entendida aqui como o primeiro fio condutor para a elaboração da pesquisa científica. Porém devo confessar que este exercício, justamente por representar um dos momentos da fase de ruptura, conduziu-me à construção de dezenas de perguntas de partida, dentre elas destaco três: i) como as ações territoriais definidas para o espaço vivido dos agricultores, a partir dos espaços públicos de discussão de Marabá, têm contribuído para transformações mais profundas no cotidiano desses indivíduos? ii) Como os assentados de Marabá percebem e executam as políticas de desenvolvimento territoriais pensadas dentro dos espaços públicos de discussão para o seu espaço-vivido? iii) Como as ações definidas a partir do PTDRS têm determinado/influenciado no processo da tomada de decisão dos homens e mulheres do campo e até que ponto este plano tem contribuído para a transformação do lugar-vivido em um lugar de projeto para as famílias assentadas? Tal exercício revelou que, ao longo do caminho, minhas perspectivas foram mudando consideravelmente.

Portanto, por fim, definimos como fio condutor para o nosso exercício de investigação a seguinte pergunta de partida: No processo de construção do espaço-vivido e na consolidação deste como lugar de projeto tem ocorrido a mediação entre a esfera governamental e a esfera doméstica de ação?

Dessa forma apresentamos como objetivo geral da presente pesquisa compreender como se tem dado a construção do espaço-vivido das famílias agricultoras do PA Bom Jardim, analisando também se na construção do projeto de vida desses agricultores ocorre o processo de mediação entre a esfera governamental e a esfera doméstica de ação. Junto a este objetivo elencamos outros mais específicos: i) analisar como os agricultores em seu cotidiano constroem estratégias para a consolidação do espaço-vivido enquanto lugar de projeto; ii) identificar se no processo de consolidação do espaço-vivido como lugar de projeto realizado pelos agricultores, há a emergência de uma nova categoria social: o sujeito - lugar; e iii) compreender se as políticas de desenvolvimento pensadas para o sudeste paraense têm contribuído para o processo de expansão das liberdades dos homens e mulheres do campo.

Em virtude dos objetivos propostos construímos como hipóteses de investigação as seguintes afirmativas: i) os projetos de vida das famílias agricultoras são construídos baseados, principalmente, nas múltiplas privações sofridas ao longo de suas trajetórias de vida, que também são reflexos de múltiplas lógicas de ação dos indivíduos, dessa forma as políticas públicas não aparecem como determinantes na construção desses projetos, pois se apresentam muito mais como facilitadoras ao acesso de serviços que sempre se fizeram presentes nos anseios dos homens e mulheres do campo, do que propriamente como construtora de novas perspectivas; ii) as estratégias utilizadas pelos agricultores para a consolidação do espaço-vivido enquanto lugar de projeto são, basicamente, as de organização coletiva, como, a construção de uma associação dos agricultores, o desenvolvimento de atividades coletivas de produção e comercialização e a realização de mutirões que visem a construir melhorias no lugar. Acreditamos, assim, que nesse processo há a emergência do sujeito-lugar, uma vez que os indivíduos se percebem como responsáveis também pelo desenvolvimento do seu espaço-vivido; e iii) as políticas de desenvolvimento territorial pensadas para o sudeste paraense não têm fomentado a expansão das liberdades reais dos agricultores

Diante das hipóteses construídas, elencamos alguns conceitos-chave fundamentais para serem mobilizados no decorrer da elaboração da presente pesquisa e principalmente que serão utilizados como a lente que conduzirá a nossa leitura das entrevistas transcritas as quais, quando necessárias, foram grifadas de acordo com o nosso entendimento de cada conceito aqui apropriado. Dessa forma acreditamos ser relevante também destacar a partir de que corrente de pensamento estamos construindo as nossas reflexões, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 01- Principais conceitos que norteiam a pesquisa

CONCEITOS	CORRENTE DE PENSAMENTO
Espaço-vivido	Tuan (1983); Duarte e Matias (2005); Melo (2009); Correia (2008) e Andrade (2009): Corrente Humanística da Geografia
Sujeito	François Dubet , 1996; Arnauld Sartre, 2005 : autonomia, criticidade, ação
Experiência social	François Dubet, 1996. Resultado da interação entre as diferentes lógicas de ação (Integração, Estratégia e Subjetivação)
Desenvolvimento	Amartya Sen, 2000: expansão de novas possibilidades. (Liberdade e autonomia)

.Fonte: Clarissa Santos, 2011.

Baseados nesse quadro teórico fizemos um esforço em tentar construir um modelo de análise (QUIVY, 1998) que nos direcionou ao longo de todo o processo de recolha e análise de dados de observação na construção da presente pesquisa. No qual elencamos alguns indicadores que nos auxiliariam no tratamento e na análise das entrevistas coletadas.

Quadro 02 - Método de análise das entrevistas

CONCEITOS	INDICADORES
Espaço-vivido	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de pertença • Relações cotidianas
Sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade com o lugar • Autonomia • Criticidade
Experiência social	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetória social • Diferentes lógicas de ação • Estratégias de reprodução social
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Maiores possibilidades: econômicas, políticas e sociais.

Fonte: Clarissa Santos, 2011.

Partindo de tais pressupostos, afirmamos que o estudo se inspira em abordagens qualitativas, dando preferência a técnicas como a “observação participante”, utilização de entrevistas semiestruturadas, e à construção da história de vida e trajetória social dos indivíduos, a partir da história oral. Porém queremos deixar claro que a “observação participante” que aqui mencionamos não tem a pretensão de ser aquela conceituada em muitos livros de metodologia, em virtude de nossas limitações pessoais. Mas, ao nos referimos a uma “observação participante” queremos indicar que tivemos um grande cuidado no momento da inserção no universo social escolhido, tentando, a todo o momento, lançar um olhar mais atento e um ouvir mais sensibilizado às inúmeras situações sociais vivenciadas em campo.

No que concerne à compreensão do funcionamento da esfera doméstica face às transformações da esfera pública, foi realizado um trabalho de campo que se dividiu em duas etapas, primeiramente o pré-campo realizado em 15 dias e logo em seguida o campo propriamente dito executado num período de 30 dias consecutivos dentro de um projeto de assentamento previamente escolhido, no qual realizaram-se 45 entrevistas semiestruturadas com os agricultores e suas famílias. Foram gravadas, transcritas e analisadas, conforme a grelha de análise acima indicada. Ou seja, foi justamente partindo do nosso quadro de referencial teórico que lançamos o olhar sobre as entrevistas transcritas, procurando identificar, por entre as falas dos agricultores, os indicativos que suscitavam nossas reflexões.

Vale ressaltar que no momento das transcrições das entrevistas optamos por identificar os agricultores entrevistados com nomes de várias espécies de flores, como uma maneira de tentar preservar-lhes as suas identidades.

Tais procedimentos escolhidos mostram-se como os mais esclarecedores diante da problemática apontada. No que se refere à escolha das entrevistas, como principal método de coleta de informações, baseamo-nos nos escritos de Quivy (1998, p.192), ao afirmar que o processo de entrevista é bastante esclarecedor, pois permite a extração de informações e elementos de reflexão muito ricos em virtude de se caracterizar por um contato direto entre o investigador e os seus interlocutores. Como mostra o seguinte trecho:

Instaura-se, assim, um princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas **experiências**, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade de profundidade. (Grifo nosso)

Dessa forma, buscando compreender como se tem dado a construção do espaço-vivido e a consolidação deste, como lugar de projeto, acreditamos que devido ao processo de entrevista possibilitar que o investigado exprima as suas experiências, concluímos que para

tentar responder a nossa questão problema, a partir da construção de uma memória histórica da trajetória dos indivíduos e de seus projetos de vida, esta técnica de coleta de informações se apresenta como a mais eficaz.

Devemos, porém, deixar claro que, como bem evidenciou Oliveira (2000), o olhar e o ouvir do pesquisador lançado sobre um determinado objeto já está carregado por um sistema de valores e ideias que são próprios de uma disciplina, ou seja, o olhar já está previamente domesticado pela teoria disponível. Dessa forma no processo de elaboração conceitual do objeto, é preciso trabalhar para que se superem os possíveis preconceitos e pré-noções que carregamos em nossos sistemas de pensamento.

De acordo com os objetivos proposto na pesquisa em questão, apresentamos como sujeitos fundamentais para a construção dos nossos dados as famílias agricultoras do assentamento Bom Jardim, escolhido aqui como universo social a ser mergulhado. A escolha por este assentamento se deu pelo fato de que, no momento da pesquisa exploratória realizada no mês de maio de 2010, embora tenhamos tido a oportunidade de conhecer seis assentamentos localizados no entorno da Vila Santa Fé, o PA Bom Jardim, num primeiro instante, revelou-se como um espaço que estava exatamente passando por um momento de grandes transformações em virtude da consolidação de novas tramas de relações sociais, considerando a existência de tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes sociais (assentados, técnicos e outros mediadores) e ainda os campos de poder e de forças sociais que envolvem a questão agrária. Sendo assim decidimos por aceitar o desafio de trabalhar em um dos assentamentos mais distantes da Vila Santa Fé, a saber, 25 km.

Assim, escolhi o mês de agosto para retornar ao assentamento Bom Jardim, nesse momento já apropriado como lócus empírico desta pesquisa. Quero, nesse momento, registrar que essa experiência em campo foi um dos momentos mais coloridos e doloridos de minha história, pois muitas foram as dificuldades que tiveram que ser superadas em campo, mas também infinitos foram os ganhos pessoais conquistados a cada recepção acolhedora, que às vezes me constrangia com tamanha generosidade.

As dificuldades se materializavam principalmente no difícil acesso ao assentamento. Primeiro pela grande distância da capital Belém até a cidade de Marabá, uma viagem que dura em torno de 10 horas de estrada. Isso quando os ônibus não ficam no “prego” no meio do caminho, o que ocorreu na minha viagem que saltou de 10 para 14 horas de estrada. Dessa maneira a ida para o assentamento só se consolidou no dia seguinte.

Logo bem cedo, fui em busca de uma moto que me conduzisse até a rodoviária de onde partiam as vans rumo à Vila Santa Fé. Chegando lá tive a sorte de ter uma van se preparando para a saída, então entrei e sem querer já me vi lançando meus olhos e ouvidos atentos para as muitas histórias que lotavam aquela pequena van que, no decorrer do caminho, por muitas vezes se escondia entre as nuvens de poeira tão característica nessa época do ano, considerado como um dos meses mais quentes.

Logo percebi que aquela van representava muito daquilo com que eu iria me deparar em campo. Era uma infinidade de histórias que estavam sendo conduzidas naquele transporte. Era o vendedor nordestino; indo entregar o porta-retrato com a foto daquela pessoa amada que se foi; era a jovem grávida que havia acabado de descobrir que carregava uma menina em seu ventre; era a mãe que voltava de um belo reencontro com o filho que um dia migrou para morar na cidade; era o filho que estava indo passar um final de semana no lote com os pais; era eu, uma estudante, que entre outras coisas carregava na mochila a ansiedade de quem está prestes a mergulhar num universo desconhecido que necessita ser desvendado e compreendido.

Em uma das primeiras conversas, encontrei uma agricultora que estava indo justamente para o assentamento Bom Jardim e logo que soube o meu destino se dispôs a me oferecer uma carona para me deixar próximo à residência que eu pretendia me instalar. E assim foi, assim que chegamos à Vila Santa Fé o marido daquela agricultora já lhe aguardava. Então embarcamos no carro e seguimos rumo ao assentamento. Depois de alguns minutos, a agricultora afirmou que dali em diante eu teria que continuar seguindo a viagem á pé. Então iniciei uma longa caminhada sob um sol escaldante e logo percebi que a relação de proximidade daquela gente, que é acostumada a fazer longas caminhadas diariamente, era bem diferente da minha.

Dessa maneira, os primeiros momentos em campo se revelaram bastante desgastantes, pois além do forte calor, a caminhada se revelava cada vez mais difícil a cada aclave que se colocava diante de mim. Depois de andar cerca de 3 km que mais pareciam 6, decidi parar e esperar aparecer alguma condução que pudesse me dar mais uma carona. Depois de alguns minutos, escutei o som de uma moto e logo fiz sinal para parar e pedi uma ajuda até a vila do assentamento. Por sorte o jovem estava indo justamente para lá e dessa vez realmente fiquei próximo a casa que me serviria de lar durante todo aquele mês.

Fui recebida de forma muito acolhedora por uma família de agricultores, composta pelo casal e três netos. Naquele mesmo dia a notícia da minha chegada se espalhou por toda a

vila do assentamento, despertando curiosidade na maioria dos moradores daquele lugar, pois era a primeira vez que alguém aparecia por lá, com o objetivo de registrar a história de vida daquela gente.

Percebi que a presença do pesquisador e a situação da entrevista conferem uma espécie de distinção e importância aos entrevistados que se percebem como valorizados por terem suas histórias registradas para serem contadas em um trabalho científico, o que explica a boa recepção da maioria dos agricultores e a grande disposição em relatarem momentos tão importantes de suas vidas.

Percebi também que a relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado é uma espécie de via de mão dupla, pois a curiosidade não é só do pesquisador mas é também do pesquisado que, na busca também de se relacionar com o outro mundo representado pela figura do pesquisador, também mergulha em um universo desconhecido. Ou seja, é falsa a ideia de pensarmos que, ao entrarmos em campo, só nós, ditos cientistas, estamos fazendo pesquisa, pois nessa constante troca de relações nós mesmos somos tidos como “objetos” de pesquisa.

Nem todas as situações que encontrei em campo foram de disposição para participar da pesquisa, já que nem sempre é fácil convencer o entrevistado de que a sua história é importante para a elaboração de um trabalho acadêmico. Sem contar também com o sentimento de desconfiança de alguns que recai sobre o pesquisador, o que aconteceu comigo no assentamento. Alguns chegaram a me questionar se eu era realmente só uma estudante ou estava ali infiltrada por alguma instituição como o INCRA ou o IBAMA.

Geralmente eu realizava as entrevistas nas casas das famílias, mais precisamente, no quintal ou no pátio de suas casas, principais espaços de sociabilidade das famílias. Poucas foram as situações em que as entrevistas foram realizadas em outros lugares, como nos lotes, na escola e à beira do rio, nos momentos de lazer.

Como já relatei, as entrevistas objetivavam resgatar as trajetórias sociais dos assentados, ou seja, as histórias de vida das famílias agricultoras, tidas dentro desta pesquisa como essenciais para entender as diferentes formas de construir o espaço- vivido e as variáveis estratégias de consolidação do novo lugar em lugar de projeto. Definimos um roteiro de entrevistas abertas que conduzissem a construção de longas conversas, possibilitando maior abertura para os entrevistados.

Foi utilizada também a técnica de construção de um diário de campo que segundo MartinsV. (2009, p.68) é o “suporte de registro das percepções, *insights* e dados do que não

foi possível coletar em momentos de entrevistas”. No entanto preferia-se fazer este exercício no momento em que me encontrava sozinha, quase sempre à noite, quando todos os membros da família se reuniam em frente à televisão para acompanhar as novelas. Esta escolha se deu pelo fato de perceber um certo desconforto dos indivíduos ao me verem fazendo as anotações, o que acabava contribuindo com o distanciamento de situações mais próximas possíveis do natural.

Entendemos, então, que a participação, junto às famílias, de momentos mais descontraídos, como uma festa de aniversário e o banho no rio, foi essencial no processo de maior aproximação, pois o simples fato de não me verem portando nem o gravador, nem o diário de campo, deixavam-nos mais à vontade em minha presença, tornando, assim, esses momentos privilegiados para o exercício da observação.

A estratégia de seleção utilizada para a definição dos grupos a serem pesquisados se baseou na finalidade de tentar alcançar um universo mais geral possível dos diferentes tipos de famílias agricultoras presentes no assentamento, diferenças estas definidas basicamente por tempo de moradia no lugar (antigo, recente e muito recente), por diferente espacialização (residente na vila e residente no lote) e pelas diferentes origens. Priorizamos, pois, a variação da amostragem, tentando entrevistar o maior número de diversidade com relação à origem dos assentados, percebendo, assim, as diferentes trajetórias dos indivíduos. Vale ressaltar também que o tamanho da amostragem não foi definido previamente.

Além deste capítulo introdutório, o texto contará com mais 3 capítulos.

No capítulo 2 propõe-se realizar uma abordagem histórica contextual da agricultura familiar na região do sudeste paraense, privilegiando o contexto pós-90. Tal recorte temporal se deu por considerarmos que partindo deste momento histórico poderemos alcançar as principais pretensões desta pesquisa, uma vez que é a partir desta década que se presencia o fortalecimento da agricultura familiar no que diz respeito a sua atuação política. Vale ressaltar que esta construção está intimamente relacionada ao crescimento das mobilizações Sociais no campo e também, ao fato de que foi a partir desta década e mais evidente na década seguinte que o Estado muda a sua postura com relação à agricultura familiar, criando um Ministério para refletir a questão agrária (MDA). Com isso se intensificou a elaboração de políticas de desenvolvimento voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar dentro desse espaço rural.

O capítulo 3 se prende ao campo da pesquisa no qual se pretende estabelecer uma conexão entre o assentamento pesquisado e o contexto apresentado no capítulo anterior, tentando realizar uma reflexão sobre a nova dinâmica dentro de uma escala local de ação,

buscando evidenciar os rebatimentos no espaço vivido das famílias agricultoras, principalmente no que se refere aos avanços e/ou retrocessos possibilitados dentro desta nova configuração do espaço rural. Assim realizaremos como suporte para o debate, uma breve memória histórica da criação do assentamento Bom Jardim.

E por fim no capítulo 4, pretende-se construir uma reflexão a respeito da existência ou não da mediação entre a esfera pública e a esfera privada de ação, tomando como norte, para as reflexões, o caso específico do assentamento experimentado em campo. Dessa forma buscar-se-á compreender como o novo quadro de possibilidades, criado pela nova dinâmica no espaço rural, tem-se refletido nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares e em que medida este novo contexto vem influenciando a construção dos projetos de vida dos agricultores em seus espaços-vividos. E finalizando pretende-se discutir, em que medida, a dinâmica apresentada no capítulo 2 tem contribuído para a emergência de sujeitos que se percebam parte do processo de desenvolvimento do seu lugar.

2 USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SUDESTE PARAENSE NO PÓS-90

A configuração social da região do sudeste paraense, a partir da década de 90, revela uma herança de significativa multiplicidade no que se refere às diferentes formas de organização sócio espacial na região. Tal heterogeneidade se refletiu, basicamente, na construção de três distintos momentos históricos: i) os diferentes ciclos econômicos experimentados na região; ii) a expansão da malha viária, iii) e a implementação dos grandes projetos.

Nesse contexto, a região se consolida como um espaço de forte atração populacional, no qual, em virtude das diversas relações e estruturas de poder estabelecidas pelos diferentes grupos sociais que para ali se deslocavam, criou-se uma complexa dinâmica no tecido social. Complexidade que se materializa no espaço nas diversas formas de uso e ocupação da terra, em que a agricultura familiar vem-se consolidando enquanto ator social influente na construção da dinâmica político-social da região.

Nas últimas décadas os agricultores familiares do sudeste paraense passam a figurar no cenário político-social da região como atores fundamentais no processo do desenvolvimento regional, uma vez que por meio de uma intensa luta por direitos e uma persistente atividade política de suas diferentes entidades de representação (ASSIS, 2007), a agricultura familiar se apresenta como categoria digna, no cenário da história, de influir nas dinâmicas territoriais locais.

Isso se deve, principalmente, à crescente capacidade dos homens e mulheres do campo de se organizarem e lutarem por melhores condições de sobrevivência, e também ao crescente investimento Federal em políticas públicas de desenvolvimento e apoio aos agricultores familiares. Nessa conjuntura, estes atores sociais têm fortalecido sua posição no espaço social-regional e influenciado os rumos da política do Estado, principalmente as direcionadas à criação de assentamentos e implantação de políticas públicas.

Porém, antes de se tentar compreender como se deu e como se tem desenvolvido esse processo, acredita-se ser de extrema relevância a realização de uma breve reflexão acerca do que está por trás da utilização do termo agricultura familiar, pois o uso deste intensificou-se mais precisamente nas duas últimas décadas. Dessa forma buscar-se-á entender o que tem de realmente novo nessa maneira de perceber o trabalhador do campo, tentando pontuar suas possíveis renovações e continuidades.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA CATEGORIA DE AÇÃO POLÍTICA

Para iniciar o debate, suscita-se, primeiramente, a seguinte questão: o que vem a ser a agricultura familiar e qual a sua diferença com relação às outras categorias comumente utilizadas nas reflexões acerca do espaço rural, como por exemplo, o campesinato?

Wanderley (2009, p.156) nos auxilia na compreensão conceitual da categoria de análise agricultura familiar quando afirma ser este um conceito bastante genérico e que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares que serão definidas a partir dos diferentes modos de produzir e de se reproduzir socialmente. De uma maneira bem geral a agricultura familiar é entendida “[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Dessa maneira a estrutura produtiva se caracteriza por uma tríplice associação: família–produção– trabalho. Tal característica tende a desencadear uma heterogeneidade de possibilidades dentro de um mesmo conceito, pois a estrutura produtiva pode ser a mesma, mas o que pode vir a diferenciar os grupos dentro desta estrutura são 3 elementos: os objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidades e a forma de sua inserção na sociedade global.

Partindo desta reflexão, Wanderley (2009) afirma que o campesinato é uma das várias formas particulares da agricultura familiar, pois este está baseado também na estrutura produtiva família–produção–trabalho, e tem como principais objetivos a subsistência imediata do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Logo, as estratégias de produção definidas pela família vão ser direcionadas para alcançar estes dois objetivos imediatos.

Deve-se esclarecer também que não se pode confundir o campesinato com a forma de agricultura familiar conhecida como agricultura de subsistência, uma vez que esta se detém principalmente na organização da produção visando à sobrevivência imediata, já aquele, além disso, também vincula suas estratégias produtivas ao projeto futuro da família. Ou seja, não se reduz à subsistência, mas soma-se a isto a necessidade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar. Este esclarecimento nos permite compreender a diversidade de formas sociais possíveis dentro de uma mesma categoria analítica que é a de agricultura familiar.

Autores como Fernandes (2004) também tecem algumas considerações com relação ao que se tem produzido teoricamente a respeito de agricultura familiar. Compactando da mesma ideia de Wanderley (2009), ele também afirma que este conceito não passa de um

termo genérico que tende a mascarar a diversidade de formas de uso e ocupação dos espaços rurais pelos diferentes atores sociais em jogo no espaço agrário. Indo mais além em suas reflexões Fernandes afirma que os teóricos da agricultura familiar procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar. Tal ideia se baseia no modelo de interpretação do campesinato que o percebe caminhando rumo ao total desaparecimento.

Com relação às diferentes formas de se interpretar o futuro do campesinato, Fernandes (2004) nos relata a existência de três modelos de interpretação. São estes: o fim do campesinato, o fim do fim do campesinato e o terceiro modelo que defende a metamorfose do campesinato em agricultor familiar.

O primeiro modelo defende que o capital tenderá a destruir o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado, uma vez que este modelo acredita na ineficiência da agricultura camponesa frente à agricultura capitalista.

O segundo modelo acredita que é muito mais interessante ao capital a renda capitalizada da terra do que necessariamente o assalariamento, pois se tem a prática de atividades como a do arrendamento, na qual o proprietário de terra capitalista oferece suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferece condições para a produção nas propriedades camponesas, gerando assim possibilidades para a reprodução do campesinato.

Já o terceiro modelo acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Nessa corrente de pensamento, o camponês é classificado como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa metamorfose é uma mudança também ideológica, pois o camponês metamorfoseado em agricultor familiar perderá a sua história de resistência e se tornará um indivíduo conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo que tende a dividir os agricultores somente em três esferas: agricultor familiar consolidado, agricultor familiar intermediário e agricultor familiar periférico. Não cabendo, assim, na discussão, o sem-terra visto que não se discute a exclusão, discutem-se somente os indivíduos no espaço de diferenciação.

Nessa perspectiva, o autor afirma que o primeiro e o segundo modelo têm como fundamento a questão agrária, já o terceiro fundamenta-se no capitalismo agrário que está pautado no princípio da conservação das condições existentes da sociedade capitalista. Mostrando, assim, os limites dessa terceira visão.

[...] por não conseguir explicar a persistência do campesinato, a sua existência e atualidade e nem suas perspectivas, procura transformá-los por meio do esvaziamento de sua história. O camponês fica com o passado e o agricultor familiar com o futuro. (FERNANDES, 2004 apud CARVALHO, 2005, p.25)

Em suma para este autor, a agricultura familiar é um conceito que incorpora uma gama de diversidades de situações específicas e particulares, em que ao campesinato corresponde a uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui como um modo específico de produzir e de vivenciar em sociedade.

Nos escritos de Carvalho (2005), encontramos autores como Costa (2000), afirmando que o camponês tem como centralidade as necessidades reprodutivas da família, diferente de outras estruturas que se centram no lucro, ao invés da sua reprodução. Como podemos perceber na seguinte afirmação:

A hipótese é que, nessa realidade, as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro: se forem atendidas, mesmo que expectativas de lucro se frustrem reiteradamente, a unidade produtiva camponesa continua em funcionamento e muito provavelmente não alterará, “só” por isso, sua rotina. Do mesmo modo não se exclui a busca da formação de elementos de capital – acumulação de meios de produção – como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução. (COSTA, 2000 apud CARVALHO, 2005)

Autores como Abramovay (1998) analisam o conceito de camponês mostrando que a lei básica para a sua existência pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo” o que o torna diferente de uma empresa capitalista, pois no estabelecimento camponês o objetivo não é a maximização do lucro, pois o uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. De acordo com as análises deste autor, o camponês é aquele que tem a produção voltada principalmente para o consumo familiar e também é aquele que apresenta controle sobre a terra e um largo sentimento de pertença pela mesma.

Dessa maneira, a posse da terra se apresenta como elemento essencial para a reprodução desse grupo social, pois esta se coloca como fator estruturante desta categoria. Sendo assim o acesso a terra passa a ser um dos principais motivos de reivindicação e luta dos trabalhadores do campo.

Em virtude de se ter acesso a terra, como podemos encontrar em Hébette (1991), os camponeses são forçados a se organizar, para juntar forças, refletir sobre as experiências, pensar estratégias de luta e defesa pela terra. Assim, de acordo com o autor supracitado, os

conflitos surgem em torno da terra: de sua conquista, de sua posse, da fixação e permanência nela, contra pressões do latifúndio e do próprio Estado.

Para compreender como o campesinato vem conseguindo se reproduzir ao longo da história, deve-se compreender como o processo de produção capitalista tem-se refletido na possibilidade de existência dessa categoria. Pois, se o camponês continua a se reproduzir nos dias de hoje, é devido ao fato de que o sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês. Em outras palavras, os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção. Principalmente pelo fato de o próprio sistema capitalista criar condições favoráveis de reprodução camponesa por meio das relações não-capitalistas de produção. Visto que: [...] o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue. (MOURA, 1988, p.19)

Estas reflexões são ainda corroboradas pelas análises de Oliveira (1997), afirmando que o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (arrendamento) para produzir o capital, abrindo assim possibilidades para a criação e recriação do trabalho camponês, o qual se vai configurando igualmente necessário ao desenvolvimento geral do capitalismo. Sendo assim [...] “É preciso entender que a expropriação ao capital vem de dentro do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado.” (OLIVEIRA, 1997, p.49)

Em suma, apesar do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção agir no sentido da expropriação dos camponeses, esse camponês expropriado que, pela lógica do capital, deveria proletarizar-se, reconquista a autonomia do trabalho, ocupando novos espaços. É na luta pela condição de camponês que eles vão construindo o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a posse, a terra de trabalho. E é assim que a reprodução camponesa vem resistindo ao longo da história e revelando a grande capacidade de ação e resistência dos trabalhadores do campo, superando a falsa idéia de passividade, muita das vezes atribuída a estes atores sociais, pois segundo Wanderley deve-se ter a:

[...] convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo, sem resistência diante de forças avassaladoras, vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói a sua própria história neste emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural. (2009, p. 198)

Dando continuidade ao debate acerca das múltiplas formas de agricultura familiar, não se pode deixar de pontuar o surgimento das formas modernas da agricultura familiar que são aquelas que tentam se adaptar às constantes transformações da sociedade global e assim vão-se redefinindo interna e externamente em um agente da agricultura moderna. Não se deve esquecer, como bem nos alertou Wanderley (1996), de que mesmo o agricultor assumindo uma racionalidade moderna e se integrando plenamente à sociedade nacional, ele não deixará de ser “o resultado de uma continuidade”. Pois mesmo com o processo de integração à sociedade industrial, há concomitante a este, o processo de conservação do modo de regulação social, do sistema de valores e das formas de sociabilidades das coletividades camponesas que, têm em seu patrimônio sociocultural a alimentação de suas estratégias de produção e reprodução social.

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. (WANDERLEY ,1996,p. 09)

Partindo da afirmação acima, chega-se ao entendimento de que a construção do espaço vivido dos agricultores, independentemente das estratégias de reprodução apropriadas por estes, está intimamente relacionado a tempos históricos diferenciados vividos pelo indivíduo, pois deve-se ter bem claro que o presente que se vive no hoje traz embutido o eco do que se viveu e se construiu no ontem, ou seja, o tempo presente não passa de uma sobreposição de tempos remotos.

Neste sentido, mesmo reconhecendo as mudanças ocorridas nas formas de inserção dos agricultores na sociedade nacional, afirma-se que ainda se podem encontrar interfaces do modo de vida camponês que tem como bandeira a luta por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família. Como se evidencia no seguinte trecho da entrevista coletada em trabalho de campo:

“Vir pro Pará pra mim representava a última tentativa de ter a minha própria terra onde eu pudesse trabalhar nela pra poder dar o sustento pros meus filhos, porque não dava mais pra viver aquela mesma miséria de só ficar trabalhando em terra alheia...já era hora de conquistar a minha própria terra. E aqui tô eu, pisando no chão que é meu, trabalhando com o que eu mais gosto que é a mandioca que ao mesmo tempo é usada dentro de casa na nossa alimentação e também é o que garante um dinheirinho a mais com a venda feita lá

na “rua”. É desse jeito que eu tô podendo ter de onde tirar pra matar a fome dos meus filhos... e agora eu sei que se um dia eu morrer, eles não vão ficar mais desamparados, isso não...”(Lírio, 58 anos)

Na fala acima fica claro que a utilização do termo agricultura de subsistência não dá conta de identificar a maioria das famílias agricultoras encontradas no campo nos dias atuais. Sendo assim a utilização demasiada deste termo tende a esconder os propósitos mais profundos desse grupo social que, ao mesmo tempo em que tem como um dos seus objetivos assegurar o consumo alimentar da família, tem também a preocupação com a sua integração ao mercado, buscando produtos comercializáveis que direcionem suas estratégias econômicas.

Tal afirmativa nos leva a refletir a respeito da situação encontrada no assentamento escolhido como locus empírico da presente pesquisa, uma vez que apesar de estarem incluídos dentro do conceito de agricultores familiares no que se refere ao tratamento despendido pelo Estado, deve-se deixar claro o fato de que ao nos posicionarmos em privilegiar a história oral dos indivíduos, buscando resgatar através da voz a sua trajetória de vida e a experiência vivida na construção do atual espaço-vivido, concordamos que aquele grupo social apresenta características de uma agricultura camponesa, pois o que se percebe no cotidiano daqueles homens e mulheres ainda é a busca de melhores condições de sobrevivência, a partir da conquista de um pedaço de chão que lhes garanta a sua produção e a sua reprodução familiar a longo prazo. Como nos revelam as seguintes falas:

“O único motivo que me fez sair do Maranhão e vir aqui pro Pará foi a busca por uma condição um pouco melhor, porque lá a minha família nunca pode ter uma terra, desde fome agente passou quando eu era criança. Foi até que um irmão meu pequeno morreu por causa da desnutrição. Então meu velho pai catou agente e veio pro Pará, até que ele achou umas terras lá no São João pra gente conseguir sobreviver. Depois de lá eu vim pra cá, consegui essa terra pra mim e hoje já tenho o um gado, faço a minha rocinha e não dependo mais de terra de ninguém pra poder ter pelo menos o de comer, hoje trabalho na minha terra, crio os meus filhos dentro dela, graças a Deus nenhum vai passar o que eu passei, nenhum vai ver um irmão morrer por falta de uma coisa tão simples que é a comida.”(Cravo, 54 anos)

“Hoje em dia eu só trabalho em fazenda às vezes, porque nem tudo o que agente precisa pra dentro de casa agente consegue só com o trabalho de roça. Então se agente ta precisando de um arame, ou até mesmo uma coisa básica como o sal e o açúcar tem que correr pra onde der uma rendinha extra. Então às vezes, pela necessidade de dentro de casa é preciso sim ir trabalhar pra fora do lote.”(Girassol,37 anos)

Diante desta última fala, acredita-se que mesmo o indivíduo se inserindo em trabalhos externos remunerados isso não o descaracteriza como um camponês, pois em virtude da relativa precariedade e instabilidade vivida, o trabalho externo se torna uma necessidade para superar um problema estrutural da sua propriedade. Logo, como ficou bem claro na fala acima, a renda alcançada no trabalho externo é totalmente revestida para a reprodução não só da família como também do próprio estabelecimento familiar.

Entendemos que a utilização exacerbada do termo agricultura familiar pode desembocar em um relativo esvaziamento no que se refere às múltiplas formas de produção e reprodução social vivenciadas no campo brasileiro. É nesse sentido que deixamos claro que a nossa opção pelo uso deste conceito em momento algum tem como objetivo massificar as diversas formas de relação existente na situação social analisada. Tal escolha só se deu pelo fato de que como buscamos também entender as ações governamentais no território do sudeste paraense, não podemos nos esquivar desta análise visto que nos últimos anos o termo agricultura familiar vem sendo apropriado pelo aparelho estatal como a principal categoria de ação política dentro do território agrário brasileiro. Mas reconhecemos, a cada diálogo construído e a cada olhar mais atento e sensibilizado, traços de um modo de ver e viver o campo ainda pautado nos princípios de um campesinato tradicional.

2.2 O SUDESTE PARAENSE: DA EXPROPRIAÇÃO ÀS GRANDES LUTAS

Retomando o debate acerca das diferentes formas de uso e ocupação do território do sudeste paraense, percebe-se que a cidade de Marabá até o início da década de 70 ainda guardava a calma de um povo que tinha, como base econômica e de reprodução social, a atividade do extrativismo vegetal. Esta iniciou a sua transição com a iniciativa do governo federal em abrir estradas de integração da Amazônia ao restante do país. Nessa conjuntura outros fatores também impulsionaram o grande processo migratório para esta região. Autores como Assis (2007), Becker (1985), Ianni (1978), e Silva (2007) destacam que a grande pressão exercida sobre a terra e os constantes conflitos fundiários em outras regiões contribuíram para a construção de uma gama de políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, transformando-a em uma fronteira agrícola.

Porém, apesar de no discurso as políticas de desenvolvimento abranger o maior número de grupos sociais possíveis, na prática o que se via era um maciço e exclusivo incentivo dado pelo governo federal aos grandes empreendedores que visavam o mercado

externo, como os agropecuários, madeireiros e mineradores. Foram criados órgãos como a Superintendência da Amazônia (SUDAM) que visava à implementação de programas de desenvolvimento para a região.

É justamente nesse período que a região passa a ser vista como uma válvula de escape para aqueles que amargavam em suas localidades uma situação de precariedade nas condições de sobrevivência. Assim, foi presenciado um forte processo de migração para o território Amazônico como um todo, onde Marabá também passou a ser vista como uma nova possibilidade para os homens e mulheres que buscavam dias melhores.

Nesse contexto a região do sudeste paraense passou a figurar entre as áreas de maior fluxo regional dentro da região amazônica, sendo assim houve um relativo crescimento da população local em relação ao estado do Pará como um todo, conforme a seguinte tabela:

Tabela 1: Crescimento populacional do Sudeste Paraense

Período	SUDESTE PARAENSE		ESTADO DO PARÁ	
	População	Tx.Crescim. no período	População	Tx.Crescim. no período
1970	95.333	—	2.197.072	—
1980	311.509	226,5	3.507.312	59,9
1991	889.455	185,5	5.181.570	47,73
2001	1.191.393	33,9	6.189.550	19,45

Fonte: IBGE

O constante processo de migração trouxe para a região uma diversidade de atores sociais com interesses específicos que mais cedo ou mais tarde tenderiam a se chocar uns com os outros. Estes atores vinham de diversas regiões do Brasil, mas na sua maioria, como ficou evidente na origem da população que formou o assentamento Bom Jardim, eram oriundos do nordeste brasileiro.

Um bom exemplo dos constantes embates travados pelos diversos atores que agora compunham o território do sudeste paraense se materializava no crescente processo de expropriação a qual as comunidades de trabalhadores rurais, extrativistas, indígenas e ribeirinhos foram submetidas, haja vista que eram expropriados totalmente de suas possibilidades de uso dos recursos naturais que ficavam cada vez mais concentrados nas mãos das empresas agropecuárias e das grandes fazendas.

Segundo Oliveira (2001), a década de 70 na Amazônia foi marcada sobretudo pela grande violência e expropriação dos grupos nativos da região. O governo militar, com sua

política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência.

Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. (OLIVEIRA, 2001, p.191)

Na década de 80, houve um momento de forte imigração na região em virtude da construção da hidroelétrica de Tucuruí e da criação de Serra Pelada que foram vistas como um atrativo populacional. Nesse contexto Marabá era percebida como o local de primeiro acesso à região para depois então os migrantes se deslocarem para as áreas da localização dos grandes projetos. Foi assim que nessa década de 80 Marabá vivenciou uma grande explosão populacional. Segundo Silva (2007) a população do meio rural neste momento passou de 9.889 para 18.179 habitantes.

O Governo Federal teve papel fundamental no intenso fluxo migratório para região, pois incentivou consideravelmente a chegada de pessoas para se juntarem às frentes de trabalho que se abriam naquela área. Porém não demorou muito para se descobrir que milhares desses homens e mulheres não seriam absorvidos pelo mercado de trabalho, o que só contribuiu para o aumento da miséria e exclusão na região.

Nessa conjuntura, trabalhar na terra era visto como uma estratégia de reprodução daquelas famílias que acabaram ingressando num processo desgastante e, em muitos momentos, violento de luta pela terra. Logo os conflitos só tenderam a crescer, pois as famílias chegavam e adentravam nas “áreas livres” como a região dos castanhais, no sudeste do Pará, e passavam a se tornar “inimigas” dos grandes latifundiários.

Novos atores sociais foram surgindo nessa conjuntura, já hostil, de correlações de forças, pois nesta mesma década foi criado o Programa Grande Carajás (PGC) revelando uma nova intervenção estatal na região privilegiando a entrada de capitais transnacionais que mais tarde desencadeou grandes custos sociais com a delimitação de novos latifúndios.

Vale ressaltar que um programa com a magnitude do PGC necessitava de uma reorganização espacial, a fim de atender a todas as necessidades que a atividade mineral exigia. Dessa forma, segundo (BECKER, 1990), foi necessária a criação de toda uma rede de apoio que garantisse a produção de insumos básicos à indústria e logística ao transporte do minério.

Completando esse ciclo de extrativismo mineral vivenciado nessa região, tivemos também a construção da Hidroelétrica de Tucuruí em 1984, a conclusão da estrada de ferro Carajás-Itaqui e o funcionamento da fábrica de alumínio da Albrás, ambos em 1985. (HOMMA, 2003)

Diante de um contexto de total privilégio ao grande capital e devido à falta de uma ação reguladora do Estado, os conflitos pela posse da terra se multiplicaram e a violência se banalizou, visto que a forte pressão sobre a terra, após a criação do PGC, culminou com o aumento da concentração fundiária na região. Este fato deixa claro que o modelo original do campesinato reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais da própria história da agricultura brasileira, como, a evidente dominação econômica, social e política da grande propriedade em detrimento da de base familiar, como explícita o seguinte enunciado:

No Brasil a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente "bloqueado", impossibilitando de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY, 1996, p.10)

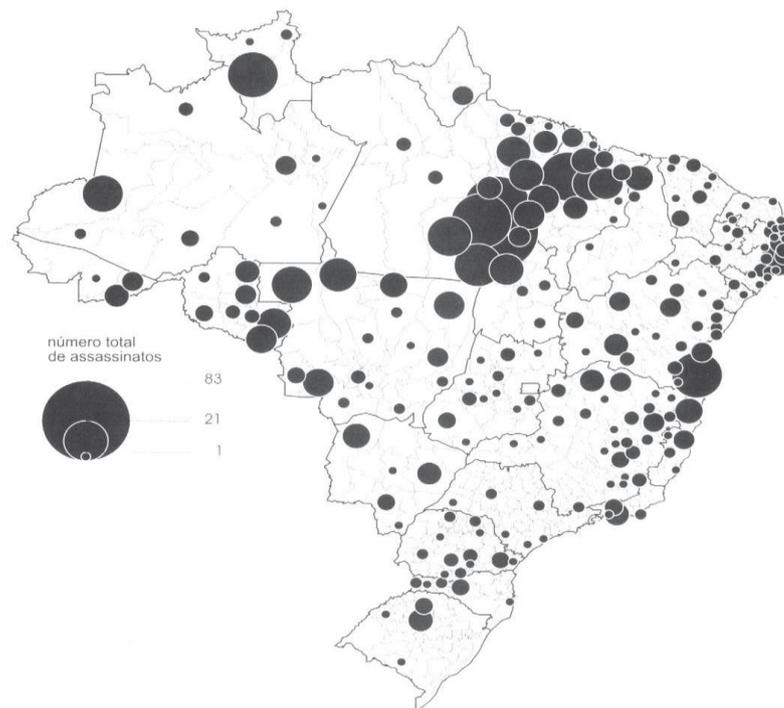
O traço histórico de profundo privilégio ao grande capital também se revelou como decisivo no que se refere às reivindicações de organizações sociais que lutam por melhores condições de sobrevivência no campo, pois já não se podia mais calar frente a tantas injustiças e desigualdades no campo brasileiro. Dessa forma a pressão de grupos de resistência e luta pela terra culmina com o acirramento da violência no campo, pois se chegou à conclusão que uma das formas de ter acesso a terra seria ocupando-a, nem que para isso fosse preciso o enfrentamento direto com fazendeiros e seus pistoleiros.

E foi assim, marcada por um forte conflito de interesses na apropriação da natureza, que a região amazônica, e mais precisamente o sudeste paraense, tornou-se um espaço de constantes conflitos fundiários, nos quais estavam envolvidos uma diversidade de atores sociais, cada um com seus diferentes "esquemas de pensamento" que direcionavam suas tomadas de decisão para atingir determinado objetivo. (REDCLIFT, 2001). Entre eles encontravam-se os índios, madeireiros, garimpeiros, posseiros, grileiros, fazendeiros e etc. Nessa conjuntura os diferentes grupos, movidos por seus diferentes interesses, passaram a protagonizar uma violenta disputa por território com a finalidade de terem acesso ao maior

número possível de recursos naturais que apresentavam a possibilidade de acumular riqueza com a sua exploração.

E foi assim que a Amazônia se tornou palco do maior número de assassinatos no campo brasileiro, no qual as regiões do sul e sudeste do Pará se apresentavam como significativas no que se referia a estas estatísticas. Como mostra o mapa a seguir:

Figura 1- Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT

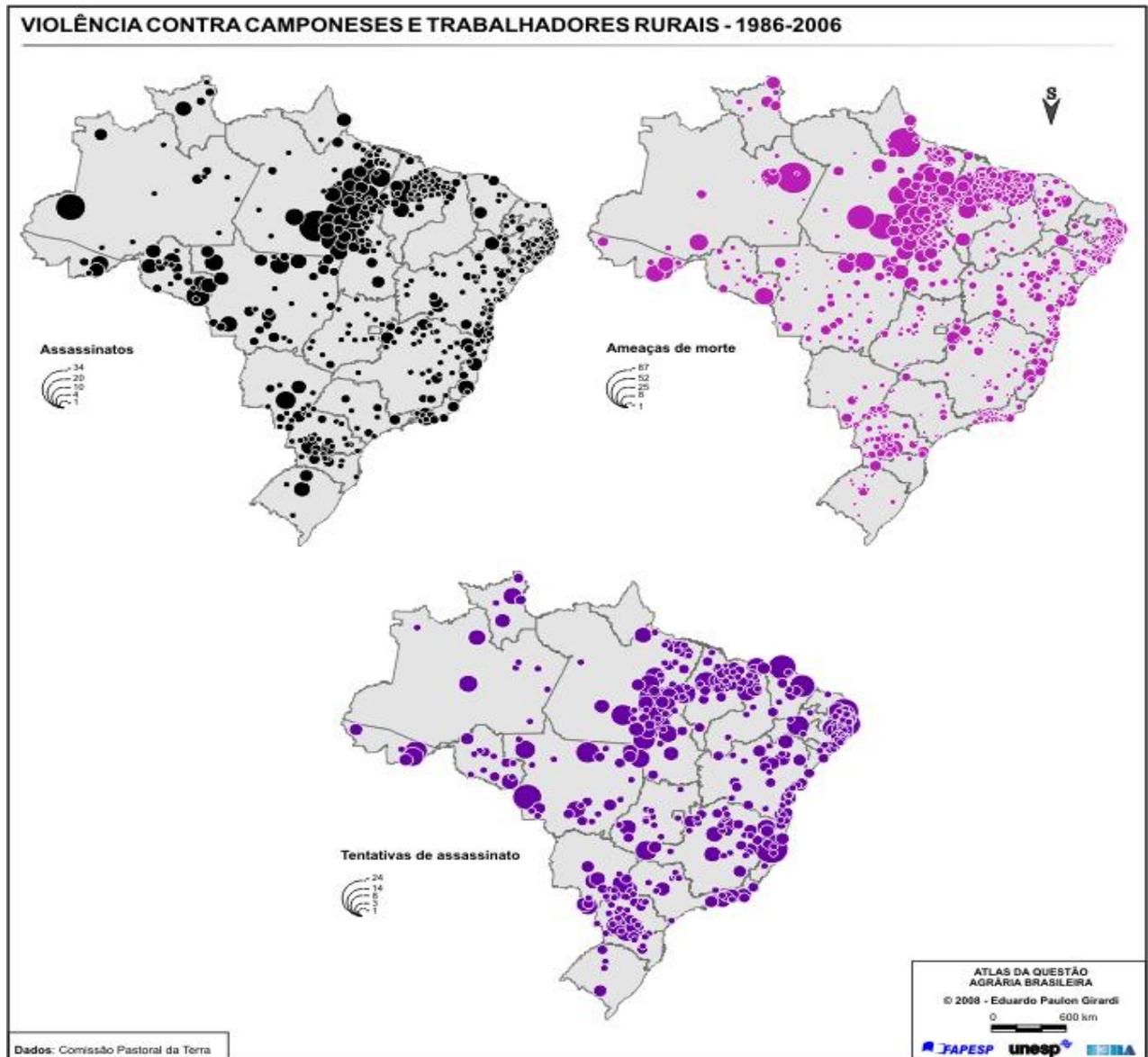
Diante deste quadro de intensa violência, os agricultores intensificam o processo de organização e passam a se mobilizar de forma mais intensa e direcionada. Porém as constantes mobilizações desencadeadas nessa região têm como fase embrionária as décadas anteriores, pois foi a partir da década de 70 que o processo de sindicalização do meio rural se intensificou, e é só a partir de 80 que se percebe maior eclosão desse processo de acirramentos das mobilizações sociais (ASSIS, 2007). É justamente nesse período que, segundo Medeiros (2002) percebe-se um fortalecimento da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), criada desde a década de 60, mas que somente no início de 80 passou a se constituir em “importante referência nacional, através de seu apelo aos direitos, reconhecidos em lei, mas não respeitados. Entre eles o acesso a terra” (MEDEIROS, 2002, p.45). Até então o governo federal já reconhecia como legítimo um conjunto de demandas

emergentes das lutas dos trabalhadores do campo, entretanto ainda estava distante a real garantia de que todos os direitos chegassem de fato aos agricultores.

A atuação efetiva dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) em defesa do campesinato no que se refere à luta pela Reforma Agrária não ocorreu por mera casualidade, mas inserido em um processo mais amplo de mudança no cenário político do país – na passagem de um regime autoritário de governo militar, para outro, democrático e civil.

A “luta pela terra” se consolida com inúmeros conflitos entre trabalhadores rurais e os fazendeiros, latifundiários e donos dos castanhais que levaram à morte dezenas de trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Como se evidencia nos mapas a seguir:

Figura 2: Violência contra trabalhadores rurais 1986- 2006



Fonte: DATA LUTA/UNESP

Como se pode perceber, o índice nacional de violência no campo é muito mais evidente no estado do Pará e mais precisamente na região do sudeste paraense. Porém o uso da violência por parte dos fazendeiros, latifundiários e da polícia militar, bem como a impunidade, não intimidaram os posseiros. Com um grande contingente de famílias, sem perspectivas concretas e imediatas para sobreviver na região, eles continuavam lutando por um pedaço de chão, onde as constantes mortes de trabalhadores rurais motivaram a organização, cada vez mais crescente, alimentando também o sentimento de indignação das famílias.

Assim no início da década de 90, a região do sudeste paraense estava vivendo todas as mazelas e contradições das décadas passadas, nas quais a base do desenvolvimento foi depositada numa dinâmica de latifundiária e no reforço sem medida ao grande capital, subjungando assim os diferentes grupos sociais, tanto aqueles que ali já se reproduziam por décadas, quanto aqueles novos atores sociais que para ali se deslocaram com o sonho de dias melhores para sua reprodução social.

A chacina de Eldorado dos Carajás que ocorreu durante a marcha dos Sem-Terra, rumo a Belém, no local chamado de “Curva do S”, quando a tropa de choque da Polícia Militar do Estado do Pará matou 19 pessoas em 17 de Abril de 1996. Foi o ponto culminante para o reconhecimento, pelo governo Federal, da gravíssima situação fundiária vivida na região, fato este que o apressou a criar medidas emergenciais.

O governo havia criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Na região foi criada a Superintendência regional do INCRA (SR27) com sede em Marabá. Segundo Intini (2004), este foi um evento fundamental para a dinâmica política e institucional da região, uma vez que, com a criação da SR-27, a negociação das demandas dos trabalhadores rurais assentados não seria mais realizada em Belém, ou em Brasília, pois, no processo de descentralização das estruturas do Governo Federal, a SR-27 passa a ser o órgão diretamente responsável pela execução das políticas de reforma agrária do governo nas regiões sul e sudeste do Pará.

Essa situação tornou evidente a importância institucional da cidade de Marabá como principal polo regional e de referência para o atendimento das demandas sociais e discussões, acerca das políticas públicas para a agricultura familiar.

Não se deve esquecer que foi somente depois de um contexto de extrema violência, estampada nacional e internacionalmente que se reconheceu a necessidade urgente de se voltar para as demandas sociais das organizações representativas dos agricultores familiares de forma prioritária. O que nos leva a concluir que as conquistas dos trabalhadores rurais, mesmo que ainda insuficientes, só foram conseguidas com muito sofrimento e até mesmo com o tombamento de alguns.

Foi então que, nesta mesma década de 90, e como uma resposta aos constantes episódios de violência e expropriação vividos no sudeste paraense, ocorreu o fortalecimento dos movimentos sociais rurais em que, principalmente, as organizações sindicais tornam-se mais atuantes, contando com o apoio da Igreja Católica e de algumas entidades de assessoria e apoio. Dessa forma a organização social dos agricultores se revela como estratégia

fundamental no que se refere à maneira de enfrentar a questão da posse da terra e nessa conjuntura as organizações de representação dos agricultores familiares se apresentam de formas variadas, como, em sindicatos, associações e cooperativas. Como nos evidencia a seguinte reflexão:

A falta de reconhecimento público, a exclusão do mundo da política e a marginalização econômica durante décadas serviram como uma cortina que sempre dificultou a visualização desse segmento da população, bem como de suas demandas e resistências cotidianas. No entanto, a literatura produzida sobre o tema evidenciou a dinamicidade dos trabalhadores do campo e a amplitude de suas lutas para conquista de direitos. Foi por meio de sua capacidade organizativa, de suas variadas formas de representação política, de suas diferentes formas de enfrentamento, que esses trabalhadores se fizeram reconhecer social e politicamente e conquistaram um conjunto de direitos. (ASSIS, 2007.p 46)

Os anos 90 são marcados por intensas mobilizações dos trabalhadores rurais na região com a realização do “Gritos do Campo” (em 1991 e 1992), o “Grito dos Povos da Amazônia” (1993) e, a partir de 1994, o “Grito da Terra Brasil”. Essas mobilizações obrigaram as instituições públicas como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia (BASA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), entre outras, a responderem de forma efetiva às reivindicações dos trabalhadores rurais e de suas organizações representativas.

Segundo Assis (2007), a quantidade de eventos realizados pelos trabalhadores do campo e por suas entidades de representação era um forte indicador do esforço desenvolvido, visando a fazer-se reconhecer social e politicamente quando das lutas por direitos. E foi assim, sobretudo com uma intensa participação das entidades de representação que os agricultores se mobilizaram e se tornaram reconhecidos no jogo político local.

As entidades de representação (associações, sindicatos e outras formas de organização) assumiram um lugar de destaque em função de sua importância no processo de construção e inserção dos agricultores como um ator político no cenário regional. Essas entidades se constituíram marcadas pelos complexos processos socioeconômicos regionais, mas estreitamente relacionados a macroprocessos, que lhes atribuíram características próprias. (ASSIS, 2007, p. 77)

Entende-se que, como consequência desse momento de forte transformação na atuação dos diversos movimentos sociais e de suas entidades de representação, o Estado se vê obrigado também a se reformular no que se refere a sua postura em relação ao tratamento dado à agricultura familiar, visto que já se mostrava insustentável o descaso histórico com esse grupo social.

2.3 OS NOVOS CONTORNOS NA ATUAÇÃO DO ESTADO

Com o colapso do período militar vai-se desenhando um novo tempo para a história da política brasileira, pois em uma escala mundial de análise estava-se vivendo uma outra maneira de ver e pensar o desenvolvimento, agora baseado na matriz neoliberal que, a grosso modo, tinha como uma de suas principais características o enfraquecimento do papel do Estado na condução eficaz de suas políticas públicas. Dá-se início então ao que conhecemos como o processo de descentralização das políticas sociais no território brasileiro.

O processo de descentralização está inserido em um processo mais amplo que é o da redemocratização, experimentada no pós-80, no qual a discussão acerca do desenvolvimento - e aqui falamos do desenvolvimento rural- volta a figurar como preocupação central nos debates e nas disputas sociais, pois já estava mais do que provada a ineficiência e o fracasso do modelo posto em prática até certo momento, baseado em um política altamente excludente e homogeneizante.

Um complexo conjunto de novos processos sociais e econômicos – associados usualmente à expressão “globalização” – veio à tona, alterando radicalmente a estruturação societária da maior parte dos países e de seus modelos convencionais de interpretação e, por conseguinte, as propostas de ação governamentais, moldando assim novos contornos na atuação do Estado, principalmente no que se refere ao seu modo de perceber e agir no espaço rural. Como consequência disso não só o domínio da política, mas também o domínio das práticas sociais passaram a buscar novas referências que orientassem seus modos de agir e fazer.

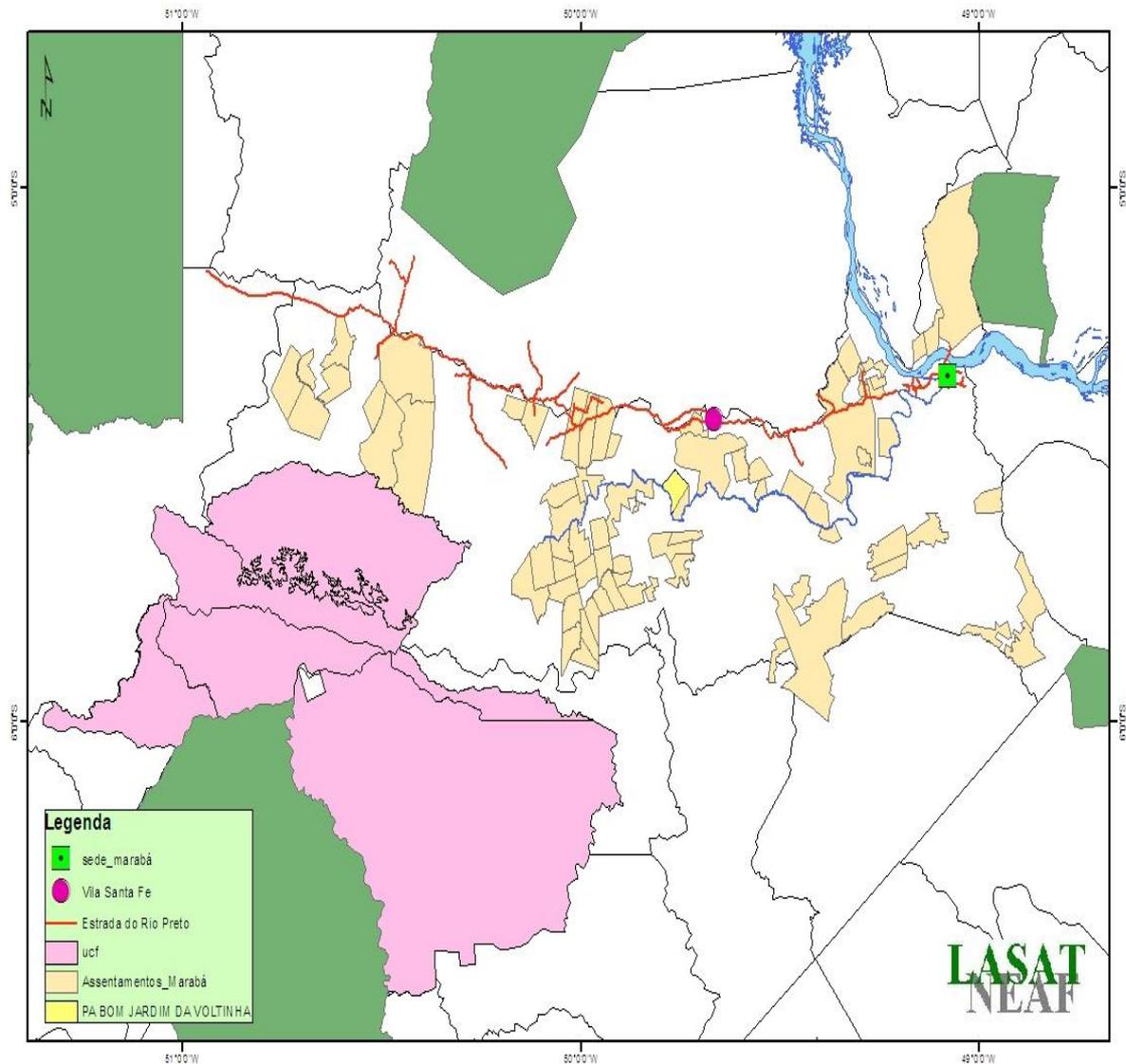
Segue-se então um momento de transformações mundiais no que se refere às políticas de promoção do desenvolvimento e,consequentemente a este processo, presencia-se os rebatimentos nos níveis nacional, regional e local de ação. Grosso modo o que se colocava em voga era a necessidade de aproximação do Estado com a sociedade civil, agora muito mais atuante. Então como consequência da perda de hegemonia no desenvolvimento capitalista em função de uma maior atuação das Organizações Não-Governamentais (ONG's) e do poder econômico das empresas transnacionais, o Estado, segundo Shneider (2004), passa a reconhecer a necessidade de estabelecer parcerias com os governos e instituições locais e, principalmente, começa a entender e a valorizar a urgência de fomentar a participação da sociedade civil na gestão de suas ações.

Nesse contexto presencia-se o processo de abertura política que inaugurou novos formatos de relacionamento entre Estado e sociedade, determinando assim o ritmo das mudanças sociais, econômicas e políticas nacional, regional e local. Nessa conjuntura, segundo Assis (2007), os diferentes grupos sociais do campo, como, os posseiros, agricultores familiares, sem terra e suas organizações de representação, projetaram-se na cena política regional forçando o Estado a estabelecer novas metas, criar novos programas, flexibilizar estruturas e rever orçamentos. Dessa forma novas solidariedades foram gestadas no seio de lutas que articulavam diferentes atores sociais.

Então as ações voltadas para o desenvolvimento rural no pós-90 adquirem estes novos contornos desencadeados pela transformação da postura estatal, sendo assim as práticas ditas de fomentadoras de um possível desenvolvimento rural se caracterizam, basicamente, pela criação de linhas de créditos nas áreas de assentamento e pela elaboração de uma política de assistência técnica que visam ao apoio à agricultura familiar, tendo destaque os programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar. Tais deliberações se apresentam como uma ampliação do campo de possibilidades dentro do cotidiano das famílias agricultoras, fato este que permite a reconfiguração de novos arranjos no processo de produção de seus espaços-vividos. Principalmente se levarmos em consideração o papel que tais políticas têm desempenhado, sobretudo, no que se refere às transformações na estrutura existente (estrada, energia e estruturas de beneficiamento) e no acesso a serviços como, educação, previdência e assistência técnica. Dinâmica esta que tem possibilitado uma relativa melhoria na qualidade de vida dos homens e mulheres do campo.

Esse novo campo de possibilidades teve rebatimentos também no processo de mobilidade espacial na região Amazônica que até então ainda se apresentava em níveis elevados, porém com o aumento das possibilidades de acesso a terra e de regularização fundiária, o processo migratório, sobretudo o inter-regional, teve uma relativa queda (BECKER, 2006). Isso se deve basicamente à política de reforma agrária que, nesse contexto do pós-90 apresentou, uma ação efetiva na região de Marabá que hoje em dia conta com o maior número de assentamentos criados no país. Como revela-nos o seguinte mapa:

Figura 03- Assentamentos criados na região de Marabá



Fonte: LASAT

Apesar de boa parte dos assentamentos terem se constituído somente a partir de processos de regularização de áreas já ocupadas, houve também um processo importante de desapropriação de fazendas. A incorporação dessas áreas, somadas as áreas que ainda estão em situação de conflito e às áreas tituladas, acaba conferindo à agricultura familiar a ocupação de mais da metade deste território. (ASSIS, 2008, p.238)

Toda essa política de reforma agrária, somada com a melhoria da infraestrutura regional e com o melhor acesso a serviços e financiamentos para as atividades produtivas por meio da política de crédito, tem influenciado diretamente no maior tempo de permanência das famílias agricultoras em uma mesma área. Fato este que nos indica a existência do processo, que aqui denominamos como o de consolidação do espaço-vivido enquanto lugar de projeto, debate este que será desenvolvido mais adiante.

2.4 A MUDANÇA DO ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO RURAL

Queremos agora discutir a ideia de desenvolvimento territorial, uma vez que, a partir da década de 90, a noção de desenvolvimento rural tem-se construído a partir do enfoque territorial de análise, no qual o território por suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural, etc.) se revela como um elemento essencial para se pensar o desenvolvimento. Dessa forma o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou em 2003 um documento intitulado “Referências para o desenvolvimento territorial sustentável”. Nele passa a incorporar o enfoque territorial na política de desenvolvimento rural brasileira.

O novo enfoque voltado para a análise territorial faz parte de um processo mais amplo, neste se passa a reconhecer a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, pois o desenvolvimento com enfoque setorial já mostrava sua fragilidade frente à diversidade de situações sociais percebidas no campo. Em virtude deste modelo partir da escala regional de análise, tendia a homogeneizar as múltiplas relações existentes em uma única região, como, a Amazônia que dentro de um desenvolvimento setorial foi lançada em uma dinâmica em que se privilegiava somente a minoria detentora do grande capital com a criação da chamada “era desenvolvimentista”, a qual foi marcada pela criação de políticas de desenvolvimento que desprezavam a multiplicidade de formas de se relacionar com o meio, ou seja, as diferentes formas de construção de territórios.

O intuito de superar o enfoque homogeneizante da perspectiva setorial de desenvolvimento rural torna evidentes os limites da noção de região, naquele contexto, como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural que se passou a defender o território como a unidade de referência mais adequada para se estudar e analisar os processos gerais de reestruturação societários e seus impactos locais. Como fica claro no seguinte trecho:

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deve ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. (SHNEIDER, 2004, p. 12)

Partindo da abrangência que permeia a noção de território, aqui demonstrada por Shneider (2004), em que tal conceito deve considerar tanto os aspectos políticos, sociais e culturais de um determinado grupo em um determinado lugar, o MDA/SDT se propõe a promover a criação de territórios rurais em todos os estados brasileiros.

Na página da internet dedicada ao MDA, podemos ter acesso à noção de desenvolvimento territorial rural defendida por este ministério, na qual é esclarecida a importância da abordagem territorial como categoria de análise para a dinâmica do desenvolvimento, como ilustrado no seguinte trecho:

Abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2003)

Pelo que podemos perceber no discurso do Ministério, diz-se que a prioridade é criar uma proposta centrada nas pessoas, na qual o desenvolvimento não deve ser pensado apenas como sinônimo do crescimento econômico desses territórios. Além disso, é dito que é preciso entender os processos de desenvolvimento como algo que envolve múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o futuro de um território. Mediante isto acreditamos ser necessário fazermos uma breve discussão acerca de algumas noções de território definidas por alguns teóricos, para então tentarmos compreender as premissas que envolvem esse novo debate dentro do MDA.

Primeiramente apresentamos o conceito proposto por Abramovay (2003), pois acreditamos que o autor em questão, traz-nos uma noção bem abrangente do território e, principalmente, define como essa noção é extremamente importante para estarmos pensando o meio rural nas suas múltiplas diversidades.

[...] territórios podem ser definidos como lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas. O território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza. Esta organização supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicos e com uma história própria a cada lugar. No meio rural a noção de território adquire uma dupla importância: em primeiro lugar, ela convida a reflexão sobre o desenvolvimento a voltar-se a um conjunto variado de protagonistas e a superar assim um âmbito estritamente setorial. A diversificação das economias rurais é, portanto, o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas. Além disso, a noção de território, no meio rural, chama a atenção ao fato de que o processo de desenvolvimento depende fundamentalmente da maneira como cada localidade vai relacionar-se com os ecossistemas em que vive (ABRAMOVA Y, 2003, p.195)

Como podemos perceber no enunciado acima, a noção de território está intimamente relacionada às diferentes formas de relação estabelecida entre o homem e o meio, no qual este vai ser percebido a partir dos diferentes esquemas de pensamento que revelam os objetivos e interesses dos atores sociais. Dessa forma pode-se dizer que o território é produto e meio das relações sociais, sendo assim existirão tantos territórios quantos diferentes modos de ver e de relacionar-se com o mundo a sua volta. Pois como bem definiu Berta Becker (1983), o território deve ser encarado [...] “como um produto produzido pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social.” (BECKER, 1983, p.8).

Apesar de o conceito de território ser essencialmente apropriado pela ciência geográfica, ele tem sido mobilizado por uma gama de outras disciplinas, por elas considerarem que o território, enquanto um conceito de análise espacial, consegue, em virtude de seu dinamismo, auxiliar-nos em uma compreensão mais abrangente das múltiplas relações estabelecidas em um determinado tempo e espaço, pois o termo território esta assentado nas múltiplas lógicas de ação (política, social, econômica e cultural).

Alguns autores, geógrafos ou não, vêm de forma essencial auxiliar-nos no entendimento do conceito de território, uma vez que este, atualmente, coloca-se bastante presente no cenário dos debates acerca do desenvolvimento rural brasileiro. Dessa forma achamos indispensável pontuar alguns destes autores e suas respectivas propostas acerca do território.

Apresentamos então o debate construído por um dos mais importantes pensadores clássicos do pensamento geográfico: Claude Raffestin (1993).

Este autor defende que o território é um espaço delimitado por – e a partir – de uma relação de poder, pois, ao apropriar-se de um espaço, o ator o territorializa a partir de seus objetivos intencionais. Sendo assim, o território é posterior ao espaço, ele se constrói a partir da delimitação deste, tanto objetiva quanto subjetiva, como mostra o seguinte trecho:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Nessa perspectiva fica claro que todos nós temos a capacidade de construir territórios em múltiplas escalas, os quais sempre serão o reflexo dos nossos sistemas de pensamentos que direcionam nossas ações de acordo com os interesses desejados. Tais interesses podem ou

não ser semelhantes aos objetivos dos outros grupos sociais com os quais nos relacionamos, podendo desencadear, assim, um nítido jogo de poder entre os diferentes atores que produzem os territórios. Sendo assim para o autor supracitado “Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p.153)

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território.

Outro autor que auxilia na compreensão deste conceito é o geógrafo Rogério Haesbaert (2006). A escolha por este autor se deve ao fato de que ele, ao definir o território, parte do pressuposto de que este deve estar intimamente ligado à ideia, não só de dominação mas também de apropriação, pois:

Associar ao controle físico ou à dominação objetiva do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. (HAESBAERT, 2006, p, 121).

E mais:

[...] o território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p, 41).

Acredita-se então que o autor supracitado avança no debate acerca do território, pois não se limita à visão voltada para a construção dos territórios somente a partir da dominação, mas também reconhece o processo de apropriação num sentido mais da dimensão identitária com o lugar, no qual os indivíduos se percebem enquanto parte integrante e inseparável do território onde estabeleceram relações cotidianas.

Outra abordagem é a elaborada por Marcelo Lopes de Souza (2001), que prioriza tanto a vertente política quanto a cultural do território, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais.

Souza (2001), assim como Raffestin (1993), salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação. Nas palavras do autor, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por

uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (SOUZA, 2001, p.11).

Diante das exposições acima, fica clara a grande complexidade de se pensar o território, uma vez que, ao se propor pensar o desenvolvimento a partir de um enfoque territorial deve-se levar em consideração toda a diversidade do grupo social em questão, tanto no que se refere à vertente econômica, quanto à política e à cultural. Dessa forma deve-se refletir sobre qual uso tem sido dado ao enfoque territorial pelos atores do desenvolvimento e questionarmos se o território que se vende é o território da diversidade ou ainda é aquele pautado na homogeneização.

Ao nos reportarmos novamente à página da internet dedica ao MDA, encontramos uma passagem que ilustra as suas pretensões e que merece a nossa atenção, pois é quando se fala a respeito do objetivo da construção de uma realidade mais amena para os homens e mulheres do campo.

Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: **a geração de riquezas** com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social. (BRASIL, 2003. grifo nosso)

Diante das ambições relatadas acreditamos que o primeiro limitante das propostas do MDA é ainda deixar claro, mesmo quando se diz o contrário, a ideia de forte atrelamento da questão do desenvolvimento com a geração de riqueza, diferenciando-se do que acreditamos e reconhecemos ser o desenvolvimento. A nossa perspectiva esta baseada nos escritos de Amartya Sen (2000) que defende a acumulação de riqueza, não enquanto um fim para o desenvolvimento, mas sim um meio para se expandir outras liberdades humanas que contribuem para a construção deste, mais adiante esta ideia será melhor discutida.

O geógrafo Gómez (2007) é um dos pesquisadores que faz uma análise crítica acerca de como tem sido empregada a perspectiva territorial na política de desenvolvimento pensada a partir dos órgãos governamentais. Dessa forma ele mostra como deve ser vista a criação de territórios rurais e como tem sido tratada a questão do território realizada pelo MDA.

Os territórios rurais são uma figura de planejamento consistente na agrupação de municípios com alguma identidade, seja produtiva, social, cultural etc., e com objetivo de promover ações conjuntas que permitam o seu desenvolvimento. (GÓMEZ, 2007, p.50)

Como analisou o próprio autor, apesar da ideia de criação de territórios rurais apresentarem a tentativa de dinamizar a questão do desenvolvimento territorial trazendo um enfoque mais abrangente de análise, a apropriação, que tem sido feita dessa nova proposta, evidencia a continuidade de uma análise fragmentada dos territórios rurais. Pois sua definição

limita-se e responde a critérios meramente estatísticos, como densidade populacional, número de famílias assentadas, número de produtores familiar e entre outras. Evidenciando assim a incorporação do conceito de território de forma limitada e meramente funcional.

Gomez (2007) também aponta que essa nova forma de entender e implementar as políticas de desenvolvimento rural, baseadas no enfoque territorial, considera o território da identidade e do projeto compartilhado – um território do consenso, ou melhor ainda, do conflito negociado que acaba em consenso entre múltiplos agentes públicos e privados porque existiria uma identidade comum capaz de impulsionar um projeto de desenvolvimento que contemple os interesses de todos, ou no mínimo, da maioria.

Assim, para o autor pensar a partir dessa perspectiva é sugerir uma utopia dessa visão de desenvolvimento territorial que seria a percepção de uma sociedade afinada com o seu território, sem conflitos essenciais entre os grupos que a formam, que se propõe dotar o território de qualidades que lhe permitam competir no mercado (local, nacional ou internacional) com outros territórios.

Fica claro que o consenso então defendido seria o projeto de uma minoria na defesa de seus próprios objetivos, sendo assim estaria longe de ser um acordo entre todos os grupos sociais. Tal consenso reflete apenas o acordo apropriado por diretrizes capitalistas e não uma via para a justiça social e a eliminação das desigualdades existentes. Como mostra o seguinte trecho:

O território que se vende como base de um consenso fundamentado na identidade e nos interesses comuns é apenas um recurso econômico a mais, uma variável que deve valorizar-se para conseguir um bom desempenho econômico e a capacidade de competir no mercado. Ou seja, a prioridade na construção do território se centra na melhora da capacidade para competir com outros territórios, para aumentar a produção, o emprego (um emprego cada vez mais precário), para vender mais e melhor. (GÓMEZ, 2007, p. 51)

Portanto pode-se concluir que a utilização de um território tão limitado como o apresentado no desenvolvimento territorial rural do MDA conduz à elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento também limitadas, já que não contemplam questões essenciais, como os conflitos estruturais existentes. Por trás dessas ideias de território percebe-se a manutenção da dominação existente no meio rural. Se mostrando, assim, ineficiente para um processo mais amplo de rupturas que avança no sentido de construir um desenvolvimento capaz de melhorar as condições de vida da população e reduza os desequilíbrios tão presentes no cotidiano dos homens e mulheres do campo.

Percebe-se então que o enfoque territorial no desenvolvimento rural se coloca como mais uma ferramenta de manutenção da ideia de um desenvolvimento intimamente

relacionado ao simples crescimento econômico, servindo assim para fazer somente pequenas mudanças de forma que nada mude.

O conceito de desenvolvimento rural de que estamos partindo é o defendido por Shneider (2004, p.11), que o define como [...] “um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.”

Outro autor que também nos auxilia para a compreensão deste debate é Zander Navarro (2001). Para ele, quando se trata de pensar as transformações para o campo, existem cinco diferentes formas de abordar tal temática, em que o desenvolvimento intitulado de rural é uma dessas formas que se diferencia do desenvolvimento agrícola, agrário, rural sustentável e local.

Para Navarro (2001, p.88.):

[...] trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural.. Mas pode se referir também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro [...]

Para melhor entendimento o autor constrói um breve quadro conceitual para pontuar as principais diferenças existentes nas diversas formas de pensar o desenvolvimento para o campo.

Evidentemente, as fronteiras entre as expressões mencionadas não são inteiramente segmentadas e seus significados se interpenetram. Assim, será sempre analisar-se corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinado país ou região, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento rural (ou, mais apropriadamente, por incluir dimensões ambientais, o desenvolvimento rural sustentável). Adicionalmente, sob tal estratégia, é provável que um conjunto de iniciativas no plano propriamente local (desenvolvimento local) será igualmente imprescindível. (NAVARRO, 2001, p.90)

Outro autor que também constrói um conceito de desenvolvimento rural é Ávila (2007, p. 120), dizendo que:

[...] é preciso compreendê-lo como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, aproximando-o daquilo que poderíamos chamar de eficiência distributiva, na qual a ênfase não recai somente no uso mais racional dos recursos resultando em maiores ganhos, mas principalmente na capacidade desses processos em repartir seus frutos para um conjunto mais amplo da sociedade.

Zander Navarro (2001) afirma que para haver realmente um desenvolvimento rural no Brasil é indispensável que se construa uma coalizão entre os diferentes tipos de atores sociais presentes nos múltiplos territórios dentro do espaço agrário. E para a presente pesquisa

entendemos essa “coalizão” como um constante processo de diálogo, no qual não vai se falar para o outro, mas sim com o outro.

Nesses moldes acredita-se ser possível a construção de um espaço-vivido para os homens e mulheres do campo muito mais justo e igualitário, rompendo diariamente as relações sociais de dominação que subjugam os trabalhadores da terra a um plano de constante espera por um futuro melhor que virá. Porém, para que o tipo de desenvolvimento rural que defendemos possa enfim tornar-se realidade, acreditamos que é necessário, primeiramente, mudar a forma de ver o meio rural, pois na grande maioria das vezes encaramos este espaço como lócus de um grupo social que para sua reprodução só necessita ter acesso a um pedaço de chão para a produção de alimentos básicos para sua sobrevivência, renegando assim que existem outras necessidades e liberdades que precisam ser expandidas para que enfim possamos falar em desenvolvimento.

2.5 A CONSTITUIÇÃO DE ESFERAS PÚBLICAS DE NEGOCIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Como consequência de todo esse processo de reconfiguração da postura estatal e também como fruto das constantes mobilizações lideradas por diversas organizações dos trabalhadores rurais e de suas múltiplas instâncias de representação, deu-se início a criação de espaços públicos de discussão com a finalidade de concretizar o discurso da aproximação dos múltiplos atores sociais presentes no campo com o Estado. No que se refere a esse processo pode-se reportar aos escritos de Intini (2004) e Castro (2010) que nos trazem um amplo panorama a respeito de como se deu a construção dos espaços públicos de discussão, elencando assim os principais fatores que contribuíram para este fato marcante dentro da esfera político-social da região analisada.

Segundo Intini (2004), devido aos constantes conflitos agrários vivenciados na região do sudeste paraense, os trabalhadores rurais que sempre eram os mais prejudicados nesse campo de força acabam tendo que se organizar, a fim de mobilizarem-se em torno da questão da luta pela terra. Pois já se colocava como insustentável a situação de violência e expropriação à qual estes homens e mulheres estavam submetidos.

Dessa forma os anos 90 foram marcados por uma grande mobilização dos trabalhadores rurais da região do sudeste paraense, representando assim uma expressiva importância na luta por melhores condições de sobrevivência para aquelas famílias que

passaram a pressionar as instituições públicas presentes naquele território para cobrar destas respostas às reivindicações naquela conjuntura.

Em virtude da grande mobilização dos trabalhadores rurais e de episódios, como o da chacina de Eldorado dos Carajás, o Governo Federal se viu obrigado a voltar a sua atenção para esta região a fim de solucionar a gravíssima situação fundiária que se encontrava aquele território. Nesse contexto, como já evidenciamos anteriormente, o Governo Federal criou a SR-27 com sede em Marabá, com o objetivo de tentar responder à situação de conflito e superar o descaso com a região. Segundo Intini (2004), com a criação da SR-27, houve aproximação das negociações das demandas dos trabalhadores rurais assentados para dentro da própria realidade vivida por eles.

Porém mesmo com a criação da SR-27 e a nomeação de seu primeiro superintendente, o diálogo estava longe de ser pensado naquela conjuntura, uma vez que as relações que foram estabelecidas entre o superintendente da SR-27 e as representações dos trabalhadores rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), foram marcadas pelo constante conflito, revelando um quadro de hostilidade no qual a cooperação não teria espaço.

No ano de 1997 com a finalidade de tentar minimizar a situação de constante embate, é proposto pela direção da SR-27, no direcionamento do INCRA, a formalização de um fórum permanente para se discutir as demandas dos assentamentos. Pois nesse momento as estratégias de ação dos diversos atores sociais locais são modificadas, para que pudessem engajar-se aos processos de negociação e disputa política em torno dos recursos destinados às demandas da reforma agrária e agricultura familiar. Como nos evidencia o seguinte trecho:

A partir da iniciativa da direção do INCRA de Marabá, são mobilizadas para esse fórum as representações dos movimentos sociais Fetagri e MST, as representações patronais como o Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, as principais entidades de assessoria e apoio que atuavam na região como o CEPASP, a FASE, a CPT e o SDDH, ONG's como o LASAT, as representações do comércio local como a Câmara de Dirigentes Lojistas e Associação Comercial e Industrial de Marabá e diversos representantes do Poder Público, das diversas esferas, como a esfera municipal, a partir da AMAT e AMCAT, estadual, como a SESPA, ITERPA, SAGRI, EMATER e nacional, como o BASA, BB, IBAMA, MPF, PF, INSS e o próprio INCRA. O fórum foi composto, assim, com um número bastante expressivo de representações de todos os segmentos presentes na região. Surge o primeiro embate, quando os movimentos sociais percebem que a sua representação numérica é inferiorizada nesse conjunto de representações vinculadas ao Poder Público, que se apresentavam com alguma articulação política com as representações patronais e do comércio local. (INTINI, 2004, p, 134)

Foi nesse clima de mobilização e reivindicação que o primeiro fórum de discussão das políticas de reforma agrária e destinação de recursos foi implementado, porém, como nos relatou Intini (2004), este espaço ainda estava longe de representar uma experiência de democracia e participação que abarcasse todos os atores envolvidos, em virtude da correlação de forças existentes.

Esse quadro de nítida discrepância entre a força representativa de um grupo em relação aos outros, conseqüentemente, refletia-se no desfavorecimento de uns em detrimento de outros. Principalmente quando analisamos a posição que ocupavam os representantes dos trabalhadores rurais dentro desse espaço de discussão, uma vez que eles estavam ali representando os interesses de um grupo que reivindicava mudanças, logo teriam ambições que se contrapunham as do poder local.

Dessa forma havia sempre um embargo no momento da aquisição de conquistas para a classe por eles representada, como, no momento das discussões voltadas à captação de recursos para as demandas das famílias assentadas, dificilmente os representantes dos trabalhadores rurais conseguiam aprovar as suas ideias, ficando quase sempre estabelecida a decisão oriunda da direção do INCRA e de seus aliados. Conseguia-se, assim, atender aos interesses dos grupos políticos que, historicamente, dominavam a região e que se faziam representar nesse fórum, a partir, principalmente, das entidades patronais e de comércio e das representações do Poder Público Municipal.

Situações estas que nos revelam como ainda são bastante evidentes as históricas relações de dominação a que os homens e mulheres do campo estão submetidos há décadas. Nessa conjuntura toda e qualquer ação que busque a superação deste quadro se defrontará com um marcado jogo de interesses contrários representados por múltiplos atores sociais, os quais em um momento de disputa se articulam com a finalidade de manutenção e perpetuação desse quadro de dominação e se revelam como mais eficientes dentro deste campo de disputa.

Diante disso deve-se refletir sobre a existência do que definiu Bourdieu (1996) como “campo de força”, pois para este autor o campo de força seria a existência de uma relação conflituosa entre dominantes e dominados desencadeada pela diferenciação no que se refere ao acesso aos recursos tanto simbólicos como materiais. Em suma para Bourdieu, o campo podia ser considerado:

[...] ao mesmo tempo, como campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50)

Segundo Corcuff, (2001) apud Assis, (2007), o campo se caracteriza por relações de concorrência entre seus agentes, ainda que, para a existência do campo, fosse necessário um mínimo de acordo entre os agentes. Assim o espaço social num determinado momento histórico era, portanto, composto por diferentes campos que ocupavam posições diferenciadas em seu interior.

Dessa maneira fica claro perceber o Fórum do INCRA como um campo de forças no qual estavam inseridos representantes de diferentes grupos que com meios e finalidades diferenciadas se enfrentavam, e assim aqueles que detinham maior eficiência nas articulações e maior acesso aos recursos eram os que definiam os rumos a serem tomados.

Em contraposição ao fórum proposto pelo INCRA, é construído o contraponto do movimento social: o FERA, Fórum das Entidades na Luta pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que era encarado como um espaço de negociação política com o INCRA. A construção desse espaço se manteve como uma importante referência da luta dos trabalhadores rurais pelas conquistas de seus direitos, por um período que vai do início de 1998 até 2000.

Assim vivencia-se a consolidação de dois espaços de discussão da reforma agrária e da agricultura familiar que conseqüentemente vão-se contrapor uma a outra e dessa forma criaram duas agendas das demandas relacionadas às famílias assentadas. Fato este que só contribuiu para o constante embate entre as duas esferas, culminando assim com o acampamento realizado pelos trabalhadores rurais nas dependências do INCRA de Marabá. Tal mobilização ocasionou a deposição do superintendente e a negociação da agenda proposta pelo FERA, despertando um sentimento de esperança da possibilidade de uma reformulação no fórum proposto pelo INCRA.

Nasce, então, a crença de dias melhores direcionados pela abertura para participação e para o diálogo no processo de tomada de decisão. Assim, relevantes conquistas foram alcançadas no que se refere à maior captação de recursos para contemplar as demandas de infraestrutura, como estradas, poços artesianos, armazéns, escolas, postos de saúde e as demandas por outras categorias de apoio financeiro e material. As famílias assentadas puderam, então, serem melhor contempladas.

Dessa forma os projetos voltados à assistência técnica aos agricultores familiares puderam ser discutidos como novas alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Foi assim, num quadro de constante embate entre os dois maiores campos políticos, sendo um campo ligado ao FERA e ao MST, e outro campo mais articulado com a direção do INCRA de Marabá que se foram construindo os espaços públicos de discussão do sudeste paraense, passando a ser incorporados na dinâmica local como ponto central no planejamento de trabalho dos diferentes atores sociais envolvidos na implementação das políticas.

Apesar desses espaços de discussão estarem, ao longo do tempo, sendo incorporados na dinâmica local, eles não têm sido ainda completamente apropriados pelas instituições e entidades que atuam na região. Mas a criação dos espaços públicos de discussão já representa um significativo avanço no processo de redemocratização, uma vez que são fundamentais para a formulação de propostas que expõem contrapontos àquelas apresentadas pelo Poder Público Federal, contribuindo assim para a criação de um processo de aprendizagem social de mudança na relação com o Estado.

Nesse viés vão-se constituindo novos espaços públicos de discussão em torno da agricultura familiar e da reforma agrária na região do sudeste paraense, sendo eles institucionalizados ou não, porém optamos em não nos atermos nesse debate em virtude de ele já ter sido minuciosamente realizado nos trabalhos de Intini (2004) e Castro (2010). Mas não podemos deixar de citar a construção de dois projetos que também representaram um novo paradigma no modo de pensar o desenvolvimento para o espaço rural. São estes: o Fórum de Educação no Campo e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER).

O fórum regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará, segundo Assis (2008), teve a sua primeira experiência de fato no ano de 1997 com a criação da Escola Família Agrícola, no município de Marabá. Esta iniciativa tinha como foco central a necessidade de estar-se pensando alternativas de educação que pudessem ser mais significativas e adequadas às demandas das famílias agricultoras. Partindo desse pressuposto utilizou-se a pedagogia da alternância como norte central para a elaboração do projeto pedagógico da escola, almejando oferecer aos filhos dos agricultores maior possibilidade de permanência no campo e com formação adequada.

Foi somente depois da experiência com a construção da Escola, que em 2002, foi criado o Fórum de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará que era o resultado da junção de várias instituições. O debate principal do fórum se baseava na reivindicação de políticas públicas específicas para a educação da população do campo. Atualmente as principais ações do Fórum são;

Realização de conferências com o intuito de recolher demandas e propostas para a construção do Plano Estadual de Educação do Estado do Pará; implantação de um curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo e participação no processo de construção do plano pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Marabá. (ASSIS, 2008, p.247)

Segundo Castro (2010), o Fórum da Educação do Campo é um dos únicos espaços que com o passar do tempo se fortaleceu, e atualmente tem apresentado um bom resultado de cursos aprovados e alunos formados. Situação esta bem diferente da vivenciada por outros espaços públicos que, ao longo do tempo vieram passando por um amplo processo de desconstrução, como por exemplo, o FATA e a CIAT que hoje já não existem mais, pois como demonstrou a autora supracitada:

A intervenção pública do governo federal, através dos programas territoriais, no território “construído” do sudeste paraense não tem levado a um fortalecimento dos espaços públicos já existentes, assim como não tem conseguido unificá-lo no colegiado de desenvolvimento territorial. (CASTRO, 2010, p.99)

O colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER) é fruto da mudança do enfoque da política no desenvolvimento rural, que em meados da década de 90 iniciou o processo de apropriação da categoria território como categoria analítica e de intervenção para se pensar o desenvolvimento rural com a finalidade de se superar a visão homogeneizante que a perspectiva setorial desencadeava.

Dentro desse contexto é criado em 2003 o Território Rural do Sudeste Paraense coordenado pela SDT/MDA, que teve em sua composição os seguintes municípios: Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Eldorado do Carajás, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia.

Figura 04: Mapa de Localização do Território Sudeste do Pará.



Fonte: PTDRS do Sudeste do Pará, LASAT, 2006.

Logo depois é elaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) que tinha como objetivos definir os eixos de investimento e desenvolvimento no território, e a articulação dos atores em torno da implantação do debate acerca dos projetos na linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Como fica evidenciado no seguinte trecho do Plano:

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará nasce de um **processo de construção coletiva**, com **ampla participação** de vários atores sociais componentes das relações econômicas, sociais, políticas do Território. (...) Foi feita uma ampla mobilização e sensibilização, envolvendo setores dos governos municipais, Câmara de Vereadores; Secretarias Municipais de Agricultura, Educação, Meio Ambiente e Saúde, e a sociedade civil e empresas, como: Vale do Rio Doce e ELETRONORTE. Participaram ainda a Universidade Federal do Pará; Instituto de Colonização e Reforma Agrária (SR-27), EMATER e várias Prestadoras de Serviços de ATES que atuam no Território. Assim esse plano expressa as ansiedades e desejos desses atores, instituições e organizações, mas especialmente os setores que envolvem a agricultura familiar do Sudeste do Pará, os Movimentos Sociais: FETAGRI - Federação dos Trabalhadores em Agricultura – Regional Sudeste; MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; FETRAF – Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar; FECAT, Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Araguaia Tocantins; todos com Sede no Território, na cidade de Marabá. Contou-se ainda com a efetiva participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios do Território; Centrais das Associações; Associações dos Pequenos Agricultores dos Assentamentos e as Cooperativas dos Agricultores dos municípios e dos Assentamentos, além de outras organizações. (p. 115, Grifo nosso)

Dessa maneira fica clara a tentativa de aproximação entre o Estado e os diferentes atores sociais no processo de planejamento do desenvolvimento. Caberia ao CODETER realizar os constantes debates de avaliação das ações que estariam sendo implementadas no território, contribuindo assim para uma constante reflexão a respeito da forma como se tem dado a intervenção estatal.

Entretanto as coisas não se tem revelado tão simples assim, pois como concluiu Castro (2010), o CODETER não tem conseguido acompanhar as execuções das ações das políticas territoriais e tampouco promovido a unificação das ações territoriais e discussões em torno das políticas públicas levantadas nos vários espaços de debates, mas ao contrário a criação do CODETER levou a um esvaziamento e desarticulação dos espaços que já existiam anteriormente.

Então o que se percebe é que com o enfraquecimento dos espaços que representaram uma conquista dos movimentos sociais no que se refere à aplicação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, há também junto a isto uma certa desmobilização nesses debates o que indica um retrocesso nos avanços conquistados a duras penas pelos movimentos sociais, uma vez que estes não conseguiram garantir que o CODETER desse continuidade aos avanços construídos até ali, visto que as ações já vem definidas pelos ministérios em Brasília, dinâmica esta desencadeada pelo processo de mudança no enfoque do desenvolvimento rural.

Em suma, essas dinâmicas de retrocessos e esvaziamentos das conquistas alcançadas pelos movimentos sociais acabam engessando a possibilidade de avanço que a abordagem

territorial prometia trazer para a questão do desenvolvimento rural. Entretanto o que se percebe ainda hoje é uma limitação na forma de olhar os grupos sociais que compõem o espaço agrário, pelo fato de que ainda se acredita que a necessidades das famílias agricultoras se limitam simplesmente a um pedaço de chão para a produção de alimentos para a sua subsistência.

Tal forma limitante de olhar para o espaço rural tem mascarado as múltiplas situações sociais presentes nesse meio, pois para além da simples garantia da alimentação, os homens e mulheres do campo , assim como nós os ditos “urbanos”,apresentam tantas outras necessidades para a sua reprodução social, como, o acesso a bens e serviços de qualidade. Mais uma vez o debate suscitado por Amartya Sen (2000) se coloca como indispensável no que se refere a contribuirmos com o processo de expansão das possibilidades humanas para que enfim juntos, pesquisador e agricultor, construam um movimento mais amplo de transformações reais do cotidiano agrário, em que os princípios da autonomia e do diálogo possam enfim fazer parte do espaço de ação dessa gente.

3. O ASSENTAMENTO: ONTEM E HOJE

Não há como não se render aos encantos de um lugar que mesmo mergulhado em uma das áreas de maiores conflitos no que se refere à questão fundiária dentro do território amazônico, ainda carrega consigo a calma e tranquilidade de um cotidiano colorido por uma beleza natural inconfundível e banhado pelas águas de um rio que ao mesmo tempo em que mata a fome de um povo é também responsável por desperta uma imensa alegria com os mergulhos nos dias quentes de verão.

Este é o assentamento Bom Jardim da Voltinha que, como os demais Projetos de assentamento existentes no entorno da Vila Santa Fé, tem a mesma história de ocupação dos PA's vizinhos (Voltinha, Dourada, Murajuba e Tamboril) que surgem a partir da ocupação de fazendas localizadas na micro região da Vila Santa Fé, anteriormente chamada de Vilinha. Dessa forma o assentamento é fruto de uma luta materializada no espaço e nos corpos daqueles que, com o sonho da terra, de trabalho e de morada, submeteram-se às intempéries da natureza e às possíveis violências dos homens.

O assentamento escolhido como locus empírico para a realização da presente pesquisa é também fruto desse novo contexto que se moldou na região do sudeste paraense no pós-90, apresentado no capítulo anterior, pois, como já evidenciamos, as últimas décadas foram marcadas, principalmente por um considerável aumento no número de assentamentos criados nessa região, fato este que pode ser explicado pelos novos princípios que orientam a ação governamental no tratamento dado à agricultura familiar.

Nos dias atuais mesmo ainda persistindo certo privilégio com relação ao grande proprietário de terra, processo este que teve o seu acirramento com a implantação do PGC (BECKER, 1990), já não se pode mais ignorar a crescente consolidação da agricultura familiar enquanto ator social influente na construção da dinâmica político-social desta região. Tal processo teve como fase embrionária as transformações ocorridas nos STR's que passaram de fato a representar os interesses dos homens e das mulheres do campo, trazendo à tona que estes também se mostravam dignos de ser parte do processo de construção dessa nova história, bem como refletiu Martins (1989):

Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História (MARTINS, 1989, p, 12).

Vale ressaltar também que a mudança no tratamento do Estado com relação à agricultura familiar é fruto de todo esse momento de ressignificação das práticas dos movimentos sociais do campo e de suas instâncias de representação que se colocam num processo de intensa luta por direitos e crescente atividade política. Visto que, mais precisamente no pós-90, com a mudança de enfoque no desenvolvimento, presenciamos a tentativa de aproximação com a sociedade civil, por exemplo, no que se refere ao processo de elaboração e execução de políticas públicas para a agricultura familiar.

Nessa conjuntura em 2003 foi criado o MDA a fim de justamente estar pensando estratégias de desenvolvimento rural que realmente pudessem trazer uma nova perspectiva para aqueles que têm o campo como seu lugar de morada e trabalho.

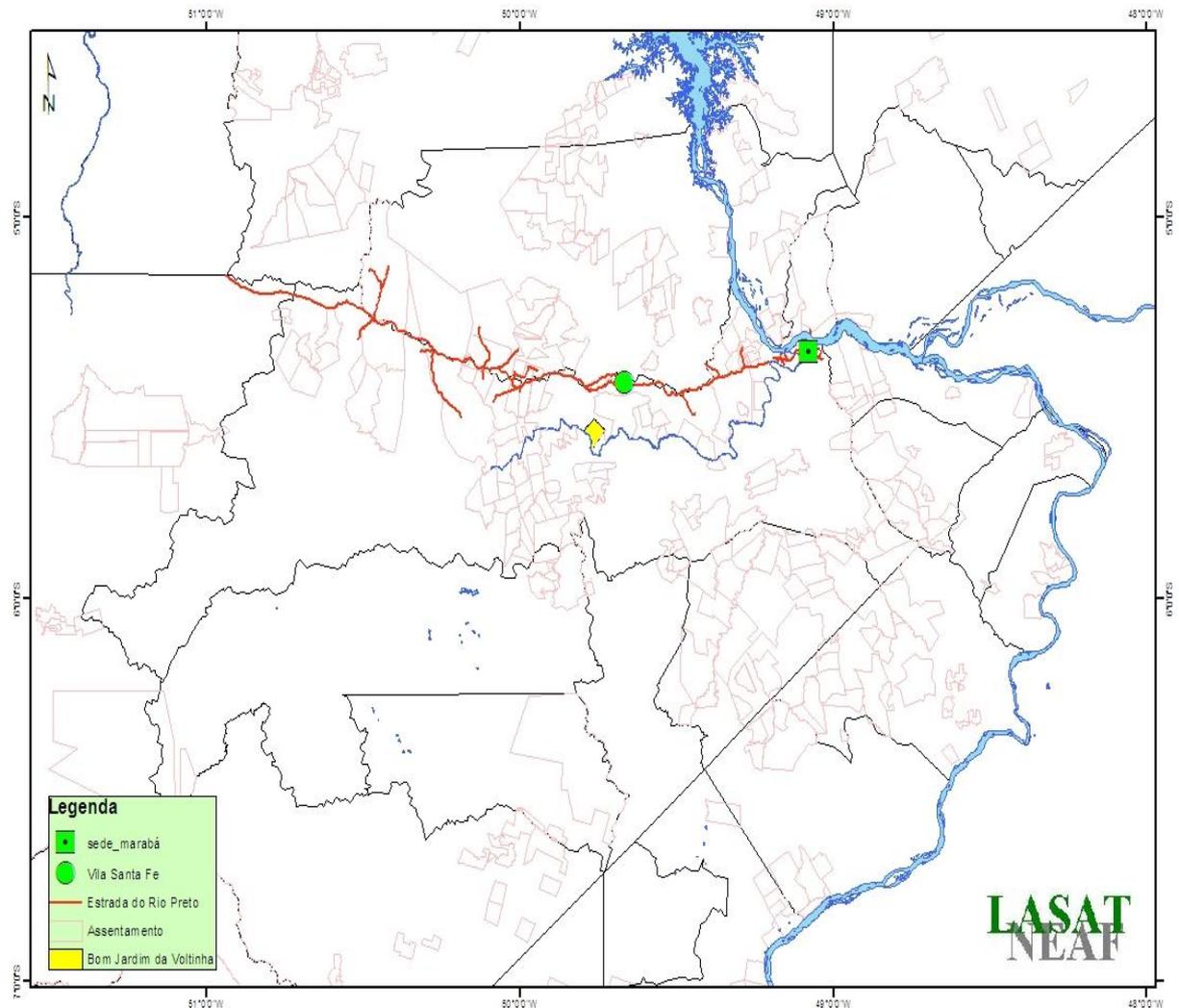
Então é justamente dentro dessa nova dinâmica que surge o assentamento Bom Jardim da Voltinha, pois de acordo com o relato de dois moradores que participaram do processo inicial de ocupação da Fazenda Dourada que originou o PA e que no primeiro momento levou o mesmo nome, a entrada teve um primeiro momento no ano de 1996, por no máximo 10 agricultores que, na sua maioria, já moravam nos arredores da Vilinha, mas que ainda não haviam conquistado o sonho da própria terra e se mantinham trabalhando em “terra alheia”.

O assentamento hoje está dividido em 84 lotes, com 7 alqueires cada, sendo que um deles foi destinado para a criação da vila do assentamento. Nem todos os que moram na vila do assentamento tem lote, pois a vila passou a representar aquele lugar tido como ponto de apoio para os filhos dos agricultores que um dia migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de sobrevivência, porém, ao se depararem com uma situação ainda mais excludente, em virtude da falta de qualificação para o mercado de trabalho, viram-se obrigados a retornar para o assentamento. Porém agora já não estavam mais sozinhos, na maioria dos casos, os filhos voltam trazendo consigo a nova família.

Nesse contexto os pais acabam por ceder a casa da vila para o filho com a sua família e decidem ir morar no lote. Dessa forma acredita-se que, apesar de serem somente 83 lotes, há mais famílias residindo no assentamento. Segundo o próprio presidente da associação, já deve chegar ao número de 100 famílias que residem hoje no PA Bom Jardim.

Para se chegar aos estabelecimentos rurais dos assentados, tendo como referência a cidade de Marabá, deve-se trafegar pela Rodovia Transamazônica, BR 230, e no Km 9 adentrar e percorrer aproximadamente mais 115 km da Rodovia do Rio Preto, quando se chega então ao núcleo central do PA. Como evidenciado a seguir:

Figura 05 - Localização do PA Bom Jardim da Voltinha



Fonte: LASAT, 2011

Quando os primeiros ocupantes chegaram para ocupar a antiga fazenda, tudo era mata e, segundo eles próprios, uma das maiores dificuldades era a falta de estrada. Muitos relatos evidenciam que, para poder chegar até a Vila Santa Fé, era preciso caminhar horas dentro da mata fechada, sem contar com o medo de encontrar algum animal durante o percurso.

Outro problema estava relacionado à saúde. Havia muitos casos de malária (a área fica próximo ao Rio Itacaiúnas). Não havia transporte, nem estrada. O atendimento era feito na vila no posto da SUCAM. Quando houve um óbito cuja causa foi a malária, a prefeitura providenciou a entrada dos agentes da SUCAM no PA para colher lâmina e passar medicamento. Muita gente desistiu de suas terras por causa do medo da morte. O medo de morrer foi decisivo na saída de muitas famílias logo após a entrada na terra.

Hoje, apenas 4 das famílias pioneiras continuam na área. Segundo o atual presidente da associação do PA, “muitas famílias pegaram terra só para vender e depois vão para outra invasão”. Na chegada, algumas vendiam castanhas, mas o arroz foi uma cultura determinante na geração de renda. Ambos os produtos eram vendidos na vila Santa Fé. Outra fonte de renda era a venda da madeira: “era o jeito de fazer dinheiro”. As primeiras estradas dentro do PA foram feitas por madeireiras e muita gente deu madeira em troca da abertura da estrada até seu lote. Prática esta bastante comum nos assentamentos da região. Uma vez que o Estado, no que se refere às suas funções, mostrava-se ineficiente.

Do ponto de vista dos assentados todo esse processo inicial de adaptação foi muito penoso, revelando-se até mesmo subumano quando se parte das condições de saúde vividas dentro do assentamento, pois é presente em quase todas as falas a grande ocorrência de doenças, como a malária, que era muito comum acometer os moradores por mais de uma vez. Houve casos onde todos os membros de uma mesma família ficarem com malária ao mesmo tempo. Segundo eles, “não existia um capaz de se levantar nem para dar um copo de água para o outro”.

Porém, com o passar dos anos, a situação de surto da malária passou a ser tratada por agentes de saúde que apareciam no assentamento de 6 em 6 meses para aplicar vacina na população, entretanto, nos dias de hoje, esse mesmo atendimento de saúde já é realizado de 3 em 3 meses, mas limita-se em aplicar vacinas e fazer o acompanhamento infantil, como a verificação do peso das crianças, por exemplo.

Segundo uma das entrevistadas, as pessoas ficaram sabendo da possibilidade de ocupação daquela fazenda através do próprio gerente que teve inicialmente a ideia de “invasão”, uma vez que este, já sabendo que o patrão não tinha mais como manter a fazenda, convidou alguns amigos para participarem do processo de ocupação. Mas muita gente acredita que esse mesmo gerente estava combinado com o fazendeiro que já estava pensando em sair daquela região por conta de problemas financeiros. Como nos relatou a agricultora:

“Com relação ao fazendeiro ele negociou as terras com o governo e dizendo o pessoal ele fez é sorrir dos colonos daqui porque aqui nessa época dava muita malária aqui dentro e ele dizia bem assim: ô bando de abestado eu tava era mesmo com vontade de largar tudo isso aqui. E pior é que nesse tempo aqui essa fazenda não tava produzindo nada e não tinha mais nada mesmo e nem casa ela não tinha mais, o próprio gerente já tava morando na casa do curral, dentro do curral. Nesse tempo já era tudo pasto e o mato tomou de conta porque ele não deu mais conta de mexer mais, aí a fazenda já tava improdutiva. Então pra mim ele saiu foi ganhando por que o INCRA pagou tudinho pra ele, e foi por isso que ele ficava era sorrindo da gente aqui dentro porque ele foi bem indenizado.”
(Flor do campo - 44 anos)

A fala acima nos revela que, dentro de um processo tão complexo como é o de luta e ocupação de terras, podemos encontrar uma correlação de múltiplos interesses em jogo, pois ao mesmo tempo que se tem a presença daqueles que com o sonho de alcançarem um pedaço de terra para a reprodução social sua e de sua família iniciam um processo desgastante e violento de “invasão” de terra, existem também aqueles, aqui representados pelo próprio fazendeiro, que buscam, de uma forma ou de outra, se auto beneficiarem economicamente com essa dinâmica de luta pelo direito do acesso a terra, opondo-se àqueles que se submetem a situações até mesmo subumanas em busca de melhores condições de sobrevivência “A luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capitalismo: a expropriação e a exploração” (FERNANDES, 1999, p,53).

Foi realmente com a necessidade de se libertar da constante expropriação vivida ao longo dos anos e principalmente de se desprenderem da exploração subumanas vivenciadas, entre as cercas das fazendas que aquele pequeno grupo, que mal se conhecia, em que muitos eram tão diferentes, uns dos outros, partiu rumo a terra que mais uma vez lhe renovava a esperança por um futuro melhor que teimava em não chegar.

A primeira entrada ocorreu no ano de 1996 e daí até o primeiro cadastro realizado pelo INCRA foram quase 3 anos morando em acampamento “só com aquelas barraquinhas no chão... qualquer coisa tinha que sair correndo”. Foram dias de muito sacrifício e limitações. Segundo os próprios assentados, a luta não era somente contra o frio, a fome e os animais que viviam na mata. Existia também o medo, e até mesmo o embate com a polícia e com os pistoleiros contratados pelo fazendeiro.

O nome do PA foi criado pelos moradores que um dia conversando sobre a paisagem da vila, observavam fruteiras e flores até que alguém perguntou: “isso é uma roça ou é um jardim?”. Então, refletiram sobre a questão e decidiram nomear a vila de Vila Bom Jardim, bem como o projeto de assentamento.

De acordo com as informações levantadas com as 45 famílias entrevistadas, o Maranhão com 25 famílias e o Tocantins com 09 são os estados que contribuíram basicamente para a formação da população do local, vindo em seguida o Pará com 02 famílias, Goiás, com 02 famílias; Ceará, Piauí e Pernambuco, com apenas 01 cada.

Quadro 03: Local de origem dos 42 famílias entrevistadas.

Maranhão	Tocantins	Pará	Goiás	Mato Grosso	Ceará	Pernambuco	Piauí
26	10	03	02	01	01	01	01

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Apesar das diferentes origens e histórias de vida, em algum momento aqueles homens e mulheres acabaram se percebendo mergulhados na mesma situação, do medo, da fome, do frio e principalmente já estavam ligados pelo mesmo sentimento de esperança pela conquista de uma vida mais justa para a sua sobrevivência. Tais pontos de convergências entre esses indivíduos são decisivos para a elaboração, no decorrer do processo de luta pela terra, de um mesmo ideário camponês: a conquista da terra de morada e trabalho.

Podemos fazer uma ligação a respeito desse processo de busca por pontos de convergências entre os indivíduos envolvidos nesse processo de luta pela terra com os escritos de Harvey (2000) que defende a ideia de que o “corpo” é o locus da resistência política, haja vista que para esse autor o corpo é compreendido como sendo a escala mais micro para a compreensão da sociedade. Para ele o corpo não se apresenta somente enquanto físico, é também socialmente construído. E é como resistência que o corpo deve se unir a outros corpos a fim de lutar contra a expropriação e exploração do capitalismo e assim tentar travar uma luta de classe de uma mesma maneira em toda parte, na qual as principais reivindicações são as melhorias nas condições de sobrevivência e o direito à plena cidadania. Nessa perspectiva pode-se pensar na possibilidade de trilhar rumo à construção de um “espaço de esperança”, pois assim como o poder burguês, a classe trabalhadora deve também almejar e conquistar a produção de novos espaços, como nos mostra o seguinte trecho:

Segue-se, portanto, que enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaços, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força (HARVEY, 2000, p. 72).

No fragmento acima fica clara a proposta do autor de que para a classe trabalhadora conseguir sair da situação de fraqueza na qual está mergulhada, as mudanças devem partir da consciência de cada um enquanto ator social e construtor também da realidade, para a partir de então poder se pensar na construção de um lugar alternativo, longe de ser o paraíso, mas que consiga ser preenchido, minimamente, de justiça e igualdade social. É dessa reflexão que vem a ideia da união de todos os corpos em prol de uma mesma causa que vai moldando os anseios que outrora pareciam particulares, mas que acabam representando uma labuta geral

em busca da conquista de direitos que, como se sabe, não lhes serão concedidos espontaneamente. Eles só serão conquistados por meio de muita luta, persistência e união.

Na experiência vivenciada na ocupação da Fazenda Dourada não demorou muito para aquele pequeno grupo entender que só conseguiriam resistir e conquistar aquela terra se, e somente se, conseguissem construir uma organização do grupo, com metas e objetivos e, principalmente, com a metodologia de ação bem definida. Foi então que, depois de um certo tempo de ocupação, nasceu a ideia da construção de uma primeira associação dos moradores que visava principalmente a ir em busca de um primeiro contato com o INCRA para reivindicar a legalização do assentamento, como mostra a seguinte fala:

“Quando foi no final de 1997 agente ajuntou um bocado de gente que já tava aqui e fizemos a associação pra lutar pra trazer o INCRA aqui pra dentro ,pra começar a trazer as melhorias pro lugar. E foi no final de 97 através da associação que foi feito o primeiro cadastro com o INCRA.”(Flor do Campo, 44 anos)

Fica evidenciado então como foi de suma importância a construção daquela primeira associação para, como bem destacou a entrevistada, iniciar todo o processo de conquista por melhorias para o lugar, pois acreditamos que a luta camponesa não se resume apenas em conquistar uma fração do território, mas também em tecer neste território uma outra história que questione e rompa com a opressão latifundista e que alimente a esperança de liberdade para os que estão e para os que virão, transformando assim a realidade e lutando pelo futuro. Tais ideias podem ser percebidas nos escritos de Martins (1989).

O acesso a terra por parte dos pobres e marginalizados é instrumento de libertação apenas na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista que tem na renda-da-terra a sustentação de sua dominação política iníqua, retrógrada e antidemocrática...(MARTINS, 1989, p, 14).

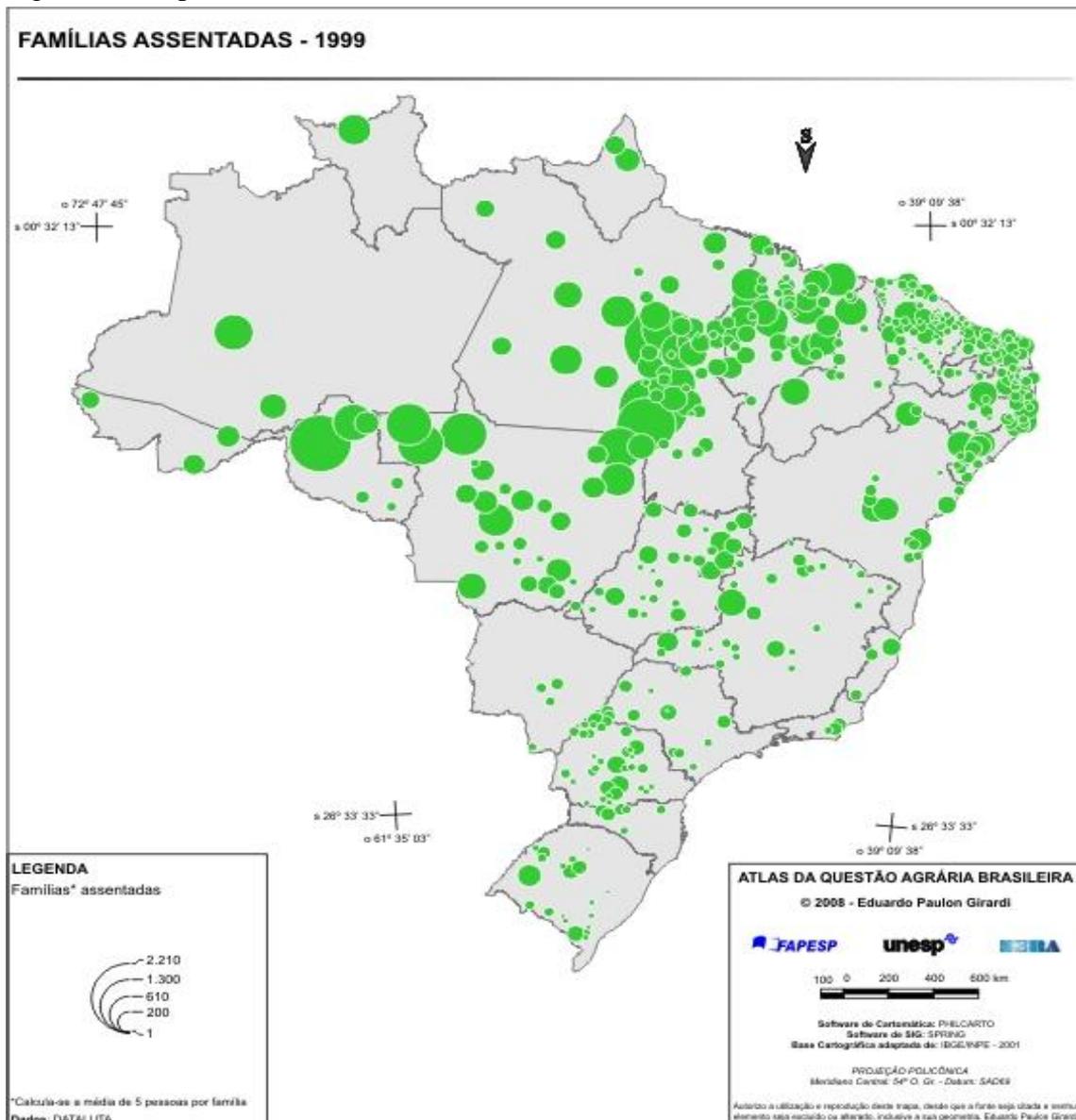
Então é através do movimento de luta e ocupação de terra que muitos indivíduos têm conquistado a libertação das amarras do grande latifundiário, resgatando assim o papel da agricultura familiar e principalmente materializando no território mais uma conquista dos movimentos sociais que não se reduz somente à posse da terra, mas a todo um conjunto de avanços que priorizam o indivíduo enquanto cidadão. Então, a luta pela terra não se limita à luta por um pedaço de chão, vai muito além, mostrando-se como uma luta pelo encontro com a própria cidadania.

Foi somente no ano de 1999, quase três anos após a primeira ocupação, que de fato foi criado o PA Bom Jardim da Voltinha pelo INCRA que, após cadastrar todos os ocupantes, distribuiu os lotes de acordo com o parcelamento já executado pelos agricultores. Esta

situação determinou que a terra parcelada se adaptasse a uma situação já existente. Dessa forma hoje em dia os lotes tem a marcação, no geral, de 7 alqueires por propriedade.

Vale ressaltar que em nível de Brasil, o ano de 1999 foi um dos anos de maior incidência de criação de assentamentos rurais no território do sudeste paraense, visto que neste contexto presencia-se uma intensa atividade de mobilização social no que se refere à reivindicação de melhores condições de sobrevivência no campo, contribuindo assim para um crescimento no processo de regularização fundiária. No qual o sudeste paraense aparece como a região de maior concentração em números de assentamentos rurais. Como mostra a figura 06.

Figura 06: Mapa com o número de famílias assentadas no ano de 1999



Fonte: Dataluta/UNESP

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável realizado no ano de 2003 pela empresa extensão rural, o Projeto de Assentamento Bom Jardim da Voltinha está localizado na Gleba Café, num imóvel rural de 2.999.8010 hectares divididos em 84 lotes que, geograficamente está situado na Microrregião Sudeste Paraense, ao norte da sede do município de Marabá, numa distância de aproximadamente 79 km desta. Situa-se na área de abrangência do chamado “Polígono dos Castanhais”, com acesso pela BR – 230 (Transamazônica) na direção do município de Itupiranga, seguindo pela estrada municipal do Rio Preto, no sentido da Vila Santa Fé.

Segundo os dois agricultores que fizeram parte do primeiro processo de ocupação e conquista do território, os dois primeiros anos de vivência no acampamento foram muito difíceis. Como já evidenciamos, foram muitos os fatores que levaram à desistência de alguns, abandonando assim o acampamento e o sonho da conquista daquele pedaço de chão. Dessa forma dos dez agricultores que inicialmente adentraram aquele território, hoje em dia só se encontram 4 morando no assentamento. Quando perguntado para uma das entrevistadas a respeito do motivo que a fez persistir e insistir com o objetivo de conquistar aquela fração de terra, ela nos revela novamente a grande importância que teve a questão da organização coletiva dentro do grupo para a sua permanência no lugar.

“Eu só não desisti daqui por que eu percebi, quando agente começou a criara a associação, que o povo aqui tava tudo unido na mesma luta, a briga de um, era a briga de todos. Então eu vi que desse jeito agente ia conseguir a nossa terra tão sonhada porque se fosse cada um por si eu tenho certeza que agente não taria agora pisando nessa terra que hoje eu chamo de minha”
(Flor do campo, 44anos)

A fala acima nos revela que em virtude também das estratégias de organização criadas pelo grupo, houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, mas persistiram na luta pelo direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Mostraram que a luta por um pedaço de chão em um espaço totalmente desconhecido, no qual cada dia, cada instante é uma nova descoberta, exigiu desses agricultores um esforço incalculável. Entre erros e acertos, uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas na construção do espaço-vivido e na consolidação de uma mesma identidade: a camponesa.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA COMO ESTRATÉGIA E INSTRUMENTO DE LUTA PELA TERRA.

Na discussão acerca da construção de identidade, podemos nos reportar aos escritos de autores como Cuche(1999), Aguiar (2001),Grzybowski (1990), Silva (2000) e Santos (2008) para minimamente entendermos como a identidade pode ser utilizada como elemento fundamental no que se refere à elaboração de estratégias de luta e acesso a terra, pois estes autores defendem que é no processo de luta pela terra que os camponeses se percebem e se auto definem como camponeses, uma vez que o processo de (re)construção da identidade é

sempre contextual e está intimamente ligado a uma estratégia de acesso a algo específico que está em jogo, nesse caso, o elemento em jogo seria o acesso a terra.

A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações. Ela está sem cessar em movimento, cada mudança social leva-a a se reformular de modo diferente (CUCHE, 1999, p, 198).

E mais:

A identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. [...] Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais (CUCHE, 1999, p, 196).

Diante dessas reflexões entendemos que aquele pequeno grupo que adentrou os limites da fazenda Dourada, que mais tarde se consolidaria no PA Bom Jardim, com o sonho da terra de morada e trabalho, em virtude do contexto de exclusão ao qual todos estavam submetidos, passaram a figurar dentro de um processo de construção de identidade. Primeiro, a identidade com um modo de vida (o camponês) e, por conseguinte a identidade com aquela determinada fração do território. Fato este que legitima a reivindicação do acesso a terra e se mostra decisivo para a resistência do grupo naquele espaço, como mostram as reflexões a seguir:

[...] o processo de identificação camponesa que necessita antes de tudo de uma base territorial para se desenvolver pode ser considerado como uma forma de estratégia identitária que vai servir de legitimação para o acesso a terra. (SANTOS, 2008, p.37)

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2000, p, 81).

Então defendemos a grande importância, para o sucesso no processo de ocupação e conquista da terra, da construção de uma mesma identidade pelo grupo tanto entre si como em relação ao pedaço do território que se pretende conquistar, pois quando o indivíduo toma a consciência de que é realmente parte daquele grupo social e daquela fração do território, ele se percebe tendo o direito de permanecer ali e ali se reproduzir socialmente enquanto camponês. Assim a ideia defendida por Haesbaert (1999, p. 172), propondo a existência de uma identidade territorial, faz-se muito pertinente no caso estudado, pois ele a define como sendo “uma identidade social definida fundamentalmente através do território”. Ou seja, na história de vida desses agricultores, a terra passa a compor o campo das necessidades básicas de reprodução dessas famílias.

Essa ideia torna-se bem evidente na presente pesquisa, uma vez que para esses indivíduos envolvidos em nossa problemática, a identidade camponesa só pôde ser gerada a

partir do acesso a terra que é inevitavelmente o palco de construção da identidade camponesa. Nesse sentido, para a construção da identidade do grupo analisado, houve a necessidade não só de uma base simbólica para se estruturar, mas também fez alusão a uma base concreta: o território. É nessa perspectiva que a identidade camponesa construída pode ser compreendida como uma identidade socioterritorial que de acordo com Haesbaert (1999, p. 179) “Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referencia a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto.”

Dessa forma para realmente o indivíduo se reconhecer e ser reconhecido pelos outros grupos enquanto um camponês é indispensável que ele esteja intimamente atrelado a uma determinada fração do território, intimamente aqui no sentido do indivíduo se perceber enquanto parte fundamental do território e vice-versa.

Já no que se refere ao sentimento de pertença com o lugar, este é muito mais evidente naqueles indivíduos que participaram desde os primeiros anos de ocupação e construção do assentamento Bom Jardim do que naqueles sujeitos que chegaram no assentamento depois de todo o processo de luta e reivindicação por melhorias do lugar. Entendemos assim que a identidade socioterritorial se aflora muito mais, quando o sujeito participa da luta e conquista de determinada fração do território, pois como já afirmamos, é no processo da luta que a identidade vai se moldando até o ponto de ver confundida a sua própria história de vida com a do lugar. Como evidenciado na seguinte fala:

“Não tem como ir embora...isso aqui é como se fosse parte de mim, porque eu sofri e lutei muito pra continuar aqui dentro porque mesmo que o fazendeiro já quisesse se livrar daqui eles nunca querem sair perdendo, então mandou jagunço pra cima da gente, sem contar com a malária que só aqui foi mais de 15. Então pra mim não dá pra viver longe daqui, esse é o meu lugar...faz parte da minha vida...tem o meu suor e até o meu sangue derramado nessa terra.”(Lírio , 61 anos.)

Na fala acima fica bastante evidente a noção de pertencimento com o lugar, onde aquela parcela do território não se apresenta somente na sua escala do concreto, mas, sobretudo na escala do simbólico e do vivido. Dessa forma deve-se entender o espaço a partir da sua escala do vivido para minimamente se compreender as suas diferentes formas de uso e ocupação.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO-VIVIDO

Na discussão acerca do espaço-vivido, a corrente humanista da geografia vem de forma clara nos auxiliar no entendimento deste conceito, definindo-o a partir da noção de pertencimento com o lugar, no qual a identidade se apresenta como condição *sinequa non* para a definição deste, tanto por parte dos indivíduos quanto por um grupo de indivíduos. Autores como Duarte e Matias (2005), Melo (2009), Correia (2008) e Andrade (2009), partindo dessa análise da geografia humanística, entendem que o espaço-vivido se apresenta como aquele lugar diariamente vivenciado, ou seja, o mundo em que os atores vivem a sua vida cotidiana, em que inventam e reinventam suas práticas e atribuem sentido às suas ações.

Vale ressaltar que quando mencionamos a ideia de espaço-vivido estamos nos referenciando também a ideia de lugar, uma vez que consideramos os dois conceitos como similares, pois, partindo dos escritos de Tuan (1983), reconhecemos a estreita ligação e aproximação entre essas duas noções, principalmente pelo debate que o autor propõe acerca do conceito de experiência como fundamental para a construção dos lugares, afirmando que: “A experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade.” (TUAN,1983.p.9)

Para Tuan (1983), os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas nossas múltiplas necessidades; são nos lugares que os indivíduos constroem as suas mais profundas experiências sociais, dando sentido às suas ações. Dessa forma o autor afirma que “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar.” (TUAN, 1983, p.83). “Assim espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p.151)

“Pra lhe falar a verdade quando eu cheguei aqui, eu não gostei muito, acho que é porque eu já tava acostumada com o outro lugar onde eu morava, mas só que foi passando o tempo, eu fui vivendo aqui dentro aí eu fui vendo de como é bom morar aqui nesse lugar...é tudo tão tranquilo, só passa fome quem quer aqui dentro porque ainda tem muita caça por dentro desse mato e tem também o rio pra modo de agente pescar e ir brincar com os filhos, sem contar com a escola que vai até a 8ª e é bem pertinho daqui. Então com tudo isso de bom aí, eu fui gostando de ficar por aqui e hoje já faz 10 anos que eu moro aqui e não penso em sair por nada, tenho quase tudo que preciso aqui dentro, to satisfeita.” (Jasmim ,44 anos)

Diante da fala acima fica claro que o espaço-vivido foi sendo construído cotidianamente à medida que o lugar foi se revestindo de teias de significados pelo próprio indivíduo a partir de seu quadro de significações, o qual nesse momento se revela enquanto

sujeito ativo na construção do seu espaço-vivido. Dessa forma podemos nos referenciar aos escritos de Moura (2008) que define que é o lugar, dentro do espaço geográfico, que representa a escala do vivido no qual o homem atua como sujeito. Então, pode-se dizer que um espaço pode ser composto por diversos lugares e que estes, por sua vez, podem ser individuais ou coletivos, presentes no imaginário de pessoas ou grupos sociais. Assim sendo, a formação das imagens que se tem sobre os lugares, requerem que o mesmo seja sentido e vivenciado.

Entende-se então que o espaço-vivido, assim como o lugar, é onde o indivíduo estabelece suas relações sociais cotidianas, é onde ele tem sua identidade e o sentimento de pertença. Ou seja, é o lugar das múltiplas experiências, da percepção e apreensão da realidade.

Diante disto e tecendo uma aproximação desta teoria com as entrevistas realizadas em campo fica evidente na fala dos agricultores familiares essa noção de pertencimento com o lugar de vivência diária, sendo que em alguns momentos pode-se até perceber a ideia de interdependência do sujeito com o seu espaço, e principalmente, de como esse processo é um processo em constante construção cotidiana.

*“Pra lhe falar a verdade quando eu cheguei aqui eu não gostei desse lugar, punha defeito em tudo...mas aí **quando foi passando o tempo, eu comecei a me apegar com as coisas daqui**, comecei a ver como era bom viver nesse lugar, como tinha coisas importantes aqui pra gente, como o rio cheio de peixe, a mata com um pouco de caça e a escola bem pertinho, **ai então eu fui me apegando com esse lugar e hoje eu posso lhe dizer que eu amo esse lugar eu não sei como seria de mim se um dia eu tiver que ir embora daqui**, porque pra mim é como se esse lugar fosse um pedacinho de mim que eu lutei muito pra conseguir. Então eu não penso em sair com as minhas pernas daqui é nunca, pra mim eu tô é muito feliz aqui dentro.”(Orquídea, 42 anos)*

Novamente a fala acima ilustra claramente que o espaço-vivido foi sendo construído cotidianamente a partir das relações estabelecidas com o meio e principalmente em virtude da atribuição de valor e significado do sujeito com o lugar a partir de suas experiências diárias.

Entretanto vale ressaltar que a noção de espaço-vivido está para além da relação de proximidade do indivíduo com o lugar, mesmo que a referência ao “vivido” possa suscitar este entendimento, pois o espaço-vivido se constrói muito mais pela intensidade da relação dos indivíduos com o meio, do que por sua aproximação física com o mesmo.

No caso estudado, percebe-se que para alguns moradores do PA Bom Jardim, o espaço-vivido não se limita somente ao local de morada, vai muito além, podendo se configurar também em outros espaços mesmo que distante fisicamente de sua residência,

como, a forte relação estabelecida pela maioria dos moradores do PA com a Vila Santa Fé e com a cidade de Marabá. Fato este que acaba definindo estes lugares como contornos do espaço-vivido daqueles sujeitos, sem contar também que tais espaços se apresentam como essenciais no que se refere à própria possibilidade de garantir a reprodução social dos agricultores dentro do PA.

Nesse sentido afirma-se que o espaço-vivido dos agricultores do PA Bom Jardim está para além da relação de proximidade física com o lugar, principalmente quando se analisa a relação estabelecida com a Vila Santa Fé. Uma vez que para muitas famílias este espaço é parte integrante de seu cotidiano, apresentando inúmeros significados e representações.

Para alguns, a Vila Santa Fé é o “local de apoio” imediato para se manter dentro do PA, pois é onde se podem suprir as suas necessidades mais urgentes, por exemplo, a compra de suprimentos essenciais como o sal e o açúcar, os primeiros cuidados médicos e frequentar a escola que, segundo os moradores, é bem melhor do que aquela localizada no PA. Tem também aqueles moradores que percebem a vila como o “local do encontro”, pois nos finais de semana muitos jovens que moram nos PA’s da redondeza vão para a vila Santa Fé em busca de diversão nos locais destinados à realização de algumas festas. Dessa maneira a vila, no cotidiano dos agricultores, não se limita somente enquanto lugar onde pode se suprir as necessidades imediatas com relação aos bens e serviços escassos dentro do PA, mas este espaço se apresenta também como o lugar da festa, do encontro e do namoro.

Já no que se refere ao contato estabelecido com a cidade de Marabá, este se apresenta bem menos frequente mais não menos importante, visto que é também em Marabá que os agricultores vão em busca de elementos essenciais no que se refere a sua própria possibilidade de permanência dentro do espaço rural, pois é em Marabá que os aposentados vão retirar a aposentadoria, que as famílias recebem benefícios, como o bolsa família, e é onde os agricultores vão em busca de melhores condições para dentro do PA, junto aos órgãos competentes.

Nesse sentido percebe-se uma certa relação de complementaridade entre os espaços rural e urbano, fato este que se mostra revelador no sentido de desmistificar a ideia da existência somente da contraposição entre estes dois espaços que num primeiro momento até nos levam a esta impressão, mas segundo Wanderley (2009) o rural e o urbano se complementam, pois a sociedade rural não se esgota no espaço propriamente rural, mas se espalha pelas cidades que não só lhes servem de apoio político-institucional, como também

constituem um quadro complementar de vida no campo. Sendo assim a vida local não é isolada, mas sim integrada aos espaços sociais mais amplos.

A vida social local é, assim, o resultado do entrelaçamento de relações sociais que atravessam o espaço local, atribuindo-lhe significados e integrando-o a redes de relações que se estendem por espaços sociais mais amplos e dentre as quais podem ser identificadas: as relações de parentesco e de vizinhança, que são a base da vida social local e cujo conteúdo é dado pelas necessidades do trabalho e da produção e pelas práticas de lazer e da vida religiosa [...] (WANDEREY, 2009,p.298)

Em suma, o contato com a cidade de Marabá e a presença desta na construção do espaço-vivido dos agricultores, nada mais é do que a “apropriação” das cidades como estratégia *sine qua non* de reprodução social das famílias agricultoras que, mesmo com as várias privações, ainda persistem e insistem em continuar vivendo no meio rural.

“Essa vilinha bem daí ajuda muito nós que ta aqui dentro do mato, porque naquela hora do aperreio, da precisão de alguma coisa agente corre pra lá, eu mesmo toda semana tenho que dar uma passadinha lá, até porque tenho parente meu que mora na vila. Então não tem como morar no meio do mato e não ter um lugar desse de apoio até mesmo na hora de uma doença é primeiro pra lá que agente vai e só depois é que vai encaminhado pro Marabá.”(Copo de leite, 55 anos)

[...]” sem falar também que é lá na vila pra onde agente sai pra se divertir nos finais de semana, porque lá é onde o pessoal que mora nos outros PA’s vão tudinho pras festas que as vezes tem, então agente vai também com essa ideia de encontrar o pessoal e até de namorar um pouquinho...”(Flor de Laranjeira,34 anos)

“Apesar de ser muito distante a ida pra Marabá pelo menos agente tem pra onde ir buscar ajuda no caso de uma precisão mais séria de saúde, e é lá no Marabá que agente consegue fazer um rancho mais sortido e bem mais barato do que aqui na vila. Eu mesmo que já tenho o meu aposento(aposentadoria) tenho que todo mês ir pra cidade apanhar esse dinheirinho que no dia de hoje é o que me mantém aqui dentro já que já tô numa idade avançada e não dou mais conta de muito trabalho pesado.”(Violeta, 76 anos)

Partindo das falas acima ilustradas, compreende-se que tanto a vida na Vila, quanto em Marabá integram a dimensão cotidiana das famílias agricultoras do PA Bom Jardim e que a oposição campo x cidade só se acirra em virtude da postura do Estado, a partir das instituições públicas, em privilegiar as áreas urbanas com o melhor acesso aos bens e serviços básicos. Nesse viés fica fácil de explicar o desejo revelado por alguns jovens em sair pra “rua” em busca de melhores possibilidades de terem uma educação de qualidade e consequentemente mais tarde poderem ter acesso ao primeiro emprego. Ou seja, a fuga para a cidade passa a ser a fuga de um quadro de inúmeras limitações, pois ainda hoje a população rural é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política.

“Ano que vem eu vou é embora pra Marabá pra tentar terminar os estudos por lá pela rua mesmo, mesmo porque é mais evoluído os estudos... ai na Santa Fé os estudos também são fraco, então eu vou pra rua e já tem até tia minha ,me esperando. Eu não quero morrer aqui nesse lugar onde não tem nada, não quero terminar como essas meninas que logo arruma marido e se enche de menino...eu não, eu quero é trabalhar e ter as minhas coisinhas. É só por isso que eu penso em sair daqui. Ainda bem que a mãe vai deixar, ela não impede de agente querer procurar a nossa melhora.” (Bromélia, 15 anos)

Partindo da fala acima, entende-se claramente que o desejo de sair do seu lugar rumo a um centro urbano, principalmente quando se está falando do jovem, nada mais é do que o desejo de se libertar das inúmeras privações vividas dentro de um assentamento de reforma agrária que, mesmo sendo inserido em políticas ditas de desenvolvimento, ainda representa, dentro de um contexto mais amplo, as zonas territoriais mais fragilizadas, em virtude de sua inferioridade no que se refere ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais.

Dessa forma entendemos que, para se pensar em uma intervenção no meio rural que realmente possa contribuir com transformações mais profundas para esse espaço, é indispensável levar em consideração as diferentes formas de construção do espaço-vivido, pois este se revela enquanto uma fonte inesgotável de informações acerca das reais demandas e anseios daqueles que constroem e reconstroem o palco de suas múltiplas experiências sociais.

3.3 O ESPAÇO-VIVIDO COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DO LUGAR CONQUISTADO

Depois que o assentamento foi criado pelo INCRA, a hora agora era de continuar a luta, agora não mais pela conquista do território, mas pela reivindicação de melhorias com relação aos serviços para o lugar. Pois como já foi dito, as reivindicações no processo de luta não estão limitadas somente à conquista da terra, mas ao conjunto de possibilidades de condições mais dignas de sobrevivência, afim de, como afirmou Haesbaert (2006), ver construído um território alternativo:

Alternativo, aqui, no sentido da crítica dos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos (HAESBAERT, 2006, p, 11).

Dessa forma acredita-se que toda e qualquer ação que os moradores realizam sobre o meio que os rodeiam está sempre voltada para superar o que eles identificam como obstáculos para suas vidas. Nesse sentido, a organização de uma associação dos moradores objetivou claramente a busca pela satisfação das necessidades imediatas vividas dentro daquele novo território.

Na construção de novos territórios, como o assentamento Bom Jardim da Voltinha, vai sendo efetivada então uma nova territorialização, ou seja, uma outra organização do espaço geográfico que é encarado como uma espécie de alternativa para esses indivíduos tornarem-se sujeitos da história. Essa reorganização do espaço geográfico, a partir da mobilização de diferentes movimentos sociais, é analisada por Martin (2002):

Eles reorganizam porções do espaço geográfico com o desenvolvimento de práticas socioterritoriais alternativas, como por exemplo, quando uma fração de latifúndio é transformada em assentamento mediante a pressão de uma ocupação [...] (MARTIN, 2002, p, 27).

Foi justamente esta dinâmica de transformação de um latifúndio em assentamento vivenciada na experiência escolhida como lócus da pesquisa. Mas a conquista da terra era apenas a primeira batalha ganha, agora era preciso consolidar a organização interna do grupo para se definir as estratégias de mobilização por outras questões tidas como fundamentais para a reprodução social daquelas famílias, por exemplo, a criação de uma escola, a abertura de estradas e a chegada da energia elétrica.

Foi então que se mobilizou o maior número de moradores possível para consolidar a associação dos moradores que teve como o seu primeiro presidente o Senhor Rosivaldo que ficou na presidência por 4 anos e quando já ia para o 5º ano e para o 3º mandato, ele foi assassinado. Porém é comum em todas as falas o fato de que todas as benfeitorias vividas hoje dentro do assentamento, como, a escola e a energia elétrica, foram conquistadas principalmente com o esforço do primeiro presidente, que antes de morrer já deixou tudo encaminhado. Vale ressaltar que quando perguntado a respeito dos possíveis motivos do assassinato os moradores desconversavam e preferiam não falar a respeito.

“Mas todos os projetos que tem aqui dentro ainda hoje foi ele que buscou pra nós, tudo o que tá feito e o que tem pra fazer tudo foi ele que buscou. Tipo a energia, mesmo que ele morreu antes de ver a energia mas foi ele que foi buscar pra nós, a escola que já tinha surgido quando ele morreu, então foi ele que puxou tudo porque antes aqui agente não tinha nada nem nome nem nada. Nem de saber que existia essa invasão o INCRA não sabia.”(Flor do Campo, 44 anos)

O evento do assassinado do presidente da associação é algo ainda não superado pela maioria dos assentados que, quando perguntados a respeito de como está a associação nos dias

de hoje, sempre se referem ao tempo passado como muito melhor, principalmente por conta do presidente falecido que acaba sendo ponto de referencia para os outros, dessa forma nenhum presidente consegue cair no gosto daqueles que vivenciaram esse episódio de perda.

Na fala dos moradores mais antigos é bastante evidente que tanto a escola como a energia elétrica são frutos da luta e da organização dos moradores. Visto que, principalmente, a questão da educação sempre foi uma prioridade para os moradores tanto que na hora da demarcação dos lotes, feita pelos ocupantes, eles logo separaram um lote para a criação da vila do PA, justamente pensando em ter um espaço para a construção futura de uma escola.

“Os dois filhos que ainda moram aqui comigo estudam aí nessa escola e isso é uma coisa que eu acho que melhorou muito aqui, porque essa escola agente conseguiu com muita luta não dava pra continuar vivendo aqui sem agente conseguir uma melhoria pra cá e a escola já uma coisa muito boa, porque agente já acredita que os nossos filhos vão ter uma sorte melhor que a nossa, acho que é uma das nossas maiores vitórias.” (Jasmim, 44 anos)

A escola da Vila Bom Jardim, que se apresenta como a materialização da luta daquele povo, passou a funcionar em 2000e hoje é ofertado o ensino fundamental. Para cursar o ensino médio os alunos “tem que sair pra fora”, “tem que ir pra rua” ou para a vila Santa Fé ou então quem tem parente em Marabá, vai para lá.

Quando perguntado aos agricultores a respeito dos pontos positivos de se viver dentro do assentamento, a escola aparece com grande frequência na fala dos moradores, pois na maioria dos casos esses indivíduos vêm de uma realidade muito mais excludente. Para se chegar à escola o aluno deveria caminhar horas, sem contar que nos assentamentos do entorno, quando se tinha uma escola, ela só abrangia as séries iniciais (1º a 4ª séries). Então percebe-se que a educação dos filhos para alguns se apresenta como decisiva para a escolha e permanência do lugar de morada:

“A gente decidiu vir pra cá porque lá na Buritiranaa escola era muito difícil, a minha menina tem 12 anos e só agora é que ta na quarta série, pois lá tinha tempo que estudava e outro que não estudava porque a escola é muito longe, então no inverno quando tinha carro pra buscar não chegava até lá e pra piorar, lá só tem até a quarta série, então decidimos vir prá cá, pois a escola vai até a oitava série então agente teve que caçar um lugar com a escola mais fácil pras crianças. E aqui agente que mora nessa vilinha é uma maravilha...as crianças não precisam andar feito doido pra poder ter direito de entrar numa escola boa... só não sei como vai ser depois que acabar as séries daí? “(Grampoula, 31 anos)

Figura 08 - Escola Diamante do Itacaiúnas



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Figura 09 - Estrutura interna da sala de aula



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Já a energia elétrica só chegou no assentamento no ano de 2007 e é uma conquista que, segundo os próprios assentados, contribuiu para a melhoria nas condições da infraestrutura local. Assim sendo, as probabilidades de verticalização da produção local se viabilizaram, possibilitando que os agricultores familiares saíssem da dependência exclusiva da comercialização de matéria-prima bruta, possibilitando os mesmos de agregar valor aos seus produtos. Porém não podemos deixar de registrar que algumas famílias ainda esperam por esse serviço básico e se sentem prejudicadas no que se refere à impossibilidade de armazenar alimentos, como, polpa de fruta para uma possível comercialização na Vila Santa Fé.

Há famílias, como a do seu Crisântemo, que pela falta de energia elétrica tem que contar com a ajuda de amigos para armazenar o pescado tirado do rio Itacaiúnas para a comercialização, que na maioria das vezes é feita também na vila.

'Se agente tivesse logo a energia, as coisas iam ficar bem melhor, por que como eu trabalho mais com o peixe ai tudo fica mais difícil, tem que depender da ajuda dos outros senão perde tudo, igual uma vez que eu perdi uma quantidade de peixe pela falta de ter onde resfriar. São essas coisas que deixam agente triste...o lugar aqui até que é bom mas essas situação desanima todo mundo, mas pelo menos agente ainda tem uma esperança, porque daqui já dá pra ver pelo menos o fio, tem lugar por aí que nem isso ainda tem.' (Crisântemo, 56 anos)

Mesmo com algumas limitações, as poucas conquistas alcançadas até aqui já representam um grande avanço comparada a outros PA's da redondeza que, pela falta de uma organização social mais efetiva, amargam um cotidiano bem mais excludente no que se refere ao acesso aos bens e serviços básicos para a reprodução social.

O PA Bom Jardim da Voltinha, apesar da sua razoável proximidade com a sede do Município, distante 90 km, carece de infraestrutura e serviços de apoio à produção. Esta situação reflete sobre a vida dos agricultores e moradores do PA, particularmente no que diz respeito à malha viária (na época das coletas de campo ainda em precário estado de conservação ou inexistentes em alguns pontos).

Neste sentido é urgente a melhoria das condições atuais da estrada municipal do Rio Preto, pela posição estratégica que ela ocupa, para o deslocamento das populações de vilas, povoados e PA's, e escoamento da produção de centenas de agricultores, em sua maioria situados em projetos de assentamentos do INCRA, como é o caso do Assentamento Bom Jardim da Voltinha.

Esta situação se agrava quando se observa que, internamente, no PA as estradas vicinais abertas são ruins, principalmente no período chuvoso, quando até mesmo o direito de ir e vir do cidadão fica comprometido.

Quanto à relação com centros de abastecimento e comercialização, os agricultores do PA contam com uma relativa infraestrutura na Vila Santa Fé, tendo a opção também na sede do Município, onde estão instaladas diversas lojas, de grande, médio e pequeno portes, as quais fornecem toda linha de insumos, equipamentos e serviços para a atividade agropecuária.

Os agricultores também, quando acham necessário organizam-se em mutirão que é o resultado de práticas sociais desenvolvidas por longas gerações. Tal prática reflete o padrão de comportamento dos grupos sociais, baseado na ajuda mútua e apropriação coletiva dos resultados. E desta forma, é construído socialmente, não sendo aceito quando parece de alguma forma como imposição. No caso do assentamento Bom Jardim, o mutirão é realizado, na maioria das vezes, afim de limparem as estradas, pois este ainda é um problema vivenciado dia a dia dentro do assentamento. As estradas são precaríssimas, na época das chuvas os moradores chegam a ficar totalmente isolados. Dessa forma a única saída passa a ser a organização popular para garantir-se minimamente o direito de ir e vir.

Figura 10 - Estrada principal de acesso ao PA Bom Jardim



Fonte: Trabalho de Campo, 2010 .

Há mais de três meses, o INCRA mandou um trator para o assentamento a fim de abrir novas vicinais para facilitar a locomoção dos assentados, porém só apareceram para deixar o trator que ainda está parado em frente à casa do atual presidente da associação, e que hoje em dia serve somente como local de brincadeira para as crianças. Situação esta que revela o profundo descaso principalmente com as pessoas, mas também com o patrimônio público.

Figura 11 - Máquina destinada para a melhoria das estradas do PA



Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Com relação ao transporte, não existe nenhuma linha de carro que entre no PA, assim a única forma de transporte utilizada só é a moto, que serve para o transporte tanto de pessoas quanto de produtos. Há umas quinze famílias que possuem moto no PA, e elas fazem frete para a vila. Em geral é cobrado R\$ 20,00 por corrida. A associação se defende afirmando já ter ido em busca desse serviço, mas alega ouvir como resposta que não há demanda dentro do assentamento.

Algumas pessoas se arriscam em realizar o percurso até a Vila Santa Fé a pé, porém estes mesmos reconhecem o grande desgaste físico que isto representa uma vez que a estrada principal, como mostra a foto a seguir, é caracterizada pela existência de grandes aclives e declives o que torna o percurso bem mais penoso, ainda se somarmos ao forte calor que incide

na região na época de menos chuva. Até mesmo os mais jovens que caminham cerca de 3 a 5 km de seus lotes até a escola, dizem ser bastante desgastante o percurso, mas infelizmente não existe outra opção para solucionar essa problemática.

Figura 12 - Configuração das estradas de acesso ao PA Bom Jardim



Fonte: Trabalho de Campo ,2010.

A questão da saúde dentro do assentamento é bastante precária, visto que não existe nenhuma unidade de tratamento que possa atender à população daquele lugar. Dessa forma, se alguém precisar de atendimento médico, tem que se dirigir até a Vila Santa Fé para receber os primeiros cuidados e chegando lá quase sempre tem que ser encaminhado para o hospital de Marabá, pois dificilmente se encontra médico na unidade.

Nos relatos dos agricultores entrevistados, a questão da falta de assistência médica dentro do PA é o que representa o principal ponto negativo no que se refere às condições de sobrevivência naquele lugar, pois para eles este é um serviço essencial e está muito longe da realidade vividas por eles.

“O que realmente me faz querer ir embora é a falta de um cuidado médico mais perto da gente. Pessoa como eu, já de uma idade, não pode ficar sem um atendimento, se pelo menos na Santa Fé fosse garantido...nem isso, lá é só pra dar um papel pra gente poder entrar na fila no hospital lá de Marabá. Isso é uma tristeza. Será que o pessoal pensa que agente aqui dentro não fica doente? Ou será que acham que nós não merece ser tratado?” (Violeta, 76 anos)

Na fala acima fica claro que o que realmente se deseja para ter uma vida mais tranquila nada mais é do que o mínimo para a reprodução social das famílias agricultoras dentro do seu assentamento, porém até mesmo o mínimo lhes tem sido negado. Os moradores mais antigos, por já terem vivido uma vida inteira de privações, afirmam não aceitarem e nem conseguirem mais viver dessa maneira, pois acreditaram um dia que depois de tantos sacrifícios, enfim teriam “uma vida mais sossegada”.

“Eu já to velho, já lutei por demais nessa vida, não acredito que nem na velhice eu vou ter uma vida mais sossegada. Sabe, agente não quer muito, só quer poder ser atendido quando der precisão, ou poder pegar uma condução pra se tratar, será que isso é pedir muito, acho que não, né?” (Lírio, 63 anos)

Com relação ao lazer dentro do PA, o rio Itacaiúnas aparece com maior frequência nas falas dos agricultores. Para a maioria dos jovens, o rio é o principal ponto de lazer dentro do assentamento, pois é onde, principalmente nos finais de semana, os jovens se encontram e se divertem. Para os adultos além de o rio ter essa conotação de diversão tem também a função de suprir necessidades nutricionais das famílias, pois muitos ainda praticam a atividade da pesca como uma das bases alimentares do grupo familiar.

Dessa forma o rio é visto como um ponto de diversão por duas perspectivas: a primeira por ser o principal ponto de encontro e lazer dos moradores do PA e outra por ser o lugar onde os moradores podem se divertir praticando atividades, como a pesca, que se revelam como essenciais para a sua reprodução dentro do PA.

“Tem gente que diz que na roça não tem nada pra fazer e que é ruim de viver, mas agente aqui cria um monte de coisa pra se divertir, pra deixar as coisas mais alegres no nosso dia a dia, porque a vida na roça já é trabalhosa mas depende da a gente procurar outras coisas pra ficar melhor a vida aqui dentro. Então sempre que dá eu vou mais as meninas pro rio, lá gente pesca, se encontra com aquele amigo que pouco vem na vila e fica mais no lote. Então só não se diverte quem não quer...” (Jasmim, 44 anos)

Figura 13 - Rio Itacaiúnas



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Figura 14 - Dia de lazer no rio.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Outro lugar também considerado como ponto de lazer para os moradores do PA Bom Jardim é o campo de futebol que está localizado bem na estrada da Vila do PA. O campo de

futebol é frequentado todos os finais de tarde, principalmente pelos jovens que na sua maioria estudam no período da tarde e quando saem da escola, por volta das 17 horas, vão diretamente para o campo.

Figura 15 - Campo de futebol do PA



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Outro momento de diversão construído pelos moradores do assentamento é quando algum agricultor decide comemorar o dia do seu aniversário, isto acaba sendo um grande acontecimento dentro de todo o PA, pois, na maioria das vezes, os aniversários não costumam ser lembrados com alguma frequência.

Em campo tivemos a oportunidade de vivenciar um desses dias atípicos de comemoração de um aniversário. Foi exatamente em 15 de agosto, num dia de domingo. Desde cedo já se ouvia falar do evento que para muitos, apesar de parecer simples, conseguia deixar o dia daquelas pessoas bem mais agitado, pois segundo os próprios moradores, num lugar onde quase tudo passa despercebido, quando uma pessoa decide comemorar o seu aniversário com os outros moradores do PA isto já é o suficiente para se tornar um acontecimento que movimenta a vila como um todo.

O comentário do aniversário de Margarida podia ser ouvido até mesmo do outro lado do rio, pois como se tratava de um dia de domingo, muitos moradores foram para o banho no rio e nesse dia o principal assunto era o aniversário que garantiria aos moradores que a diversão daquele domingo iria se estender até um pouco mais tarde.

Ainda se podiam ver os últimos raios do sol, quando a primeira música foi tocada, convidando os moradores para a festa. A movimentação era intensa, realmente aquele

domingo era diferente... era de festa e isto estava impresso e se materializava no vestido usado pelas moças, na camisa de botão dos homens e nos cabelos bem alinhados das crianças. Aquele dia demorou um pouco mais para findar, o silêncio tardou para chegar, parecia que por um instante desejava-se que aquele domingo ficasse mais comprido, do tamanho da alegria que se desfrutara naquele dia.

Retomando as análises das principais conquistas impulsionadas pela organização social dos agricultores, temos também a construção pelo INCRA de algumas casas dentro do PA. As construções foram viabilizadas pela linha do crédito habitação que foi conseguido no ano de 2001.

A estrutura das casas construídas se configura basicamente na composição de 3 ou 4 cômodos de madeira somente com a estrutura de base em tijolo (baldame), onde o piso é de chão batido ou de cimento, sendo que é comum percebermos que mesmo com a construção da casa de tábuas, as famílias ainda mantêm um outro compartimento feito de taipa que fica na maioria das vezes nos fundos da casa, o qual é coberto de palha e onde fica instalado o fogão a lenha. Ou seja, é a tentativa de manutenção de antigos costumes e a reprodução de práticas, como o de ainda cozinhar a lenha (mesmo quando se tem fogão com gás de cozinha) o que os identifica em um determinado modo de vida.

Figura 16: Casas construídas pelo crédito habitação.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Figura 17: Cozinha de barro mantida nos fundos da casa.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

As famílias que ainda não receberam o crédito habitação têm suas casas construídas em tábua com o piso de chão batido, ou ainda são casas em taipa e cobertas por palha.

Infelizmente no que se refere à questão da construção de novas casas e da reforma das que já estão construídas, não se tem a mínima previsão de quando isso será possível, pois a maioria dos PA's da redondeza estão bloqueados de receber qualquer tipo de crédito do INCRA, em virtude de um roubo efetuado pela antiga construtora responsável pelas construções.

No primeiro trabalho de campo realizado no mês de maio, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião feita por uma nova construtora que estava pleiteando fechar o contrato com os moradores do PA Bom Jardim para a reforma das casas que estava sendo viabilizada novamente pelo INCRA.

Naquele momento foi discutido como seria feita a construção das casas com um recurso que era destinado somente para a reforma, visto que o recurso para a construção das casas havia sido roubado pela antiga construtora, e agora o governo federal só estava disponibilizando a verba para as reformas. Como o dinheiro roubado era equivalente a 5.000,00 reais por família e agora o dinheiro para a reforma era de 8.000,00 uma comissão formada por moradores do PA conseguiu negociar no INCRA que fosse descontado os 5.000,00 desviados e que fossem liberados os 3.000,00 restantes para as reformas.

Então a equipe do INCRA concordou com a proposta e só cabia aos moradores indicarem a construtora para as obras iniciarem. E foi justamente com o intuito de chegarem a um acordo de como iriam fazer para construírem as casas com somente os 3.000,00 reais que foi realizada a reunião com os representantes da construtora e com os moradores do PA Bom Jardim.

Mas antes dessa reunião, os representantes da nova construtora já haviam conversado com o presidente da associação a respeito das exigências para que a empresa pudesse fechar o contrato com os moradores e, antes da chegada deles na reunião, o presidente fez questão de deixar a par os moradores do que havia sido pedido pela empresa e assim realizar uma votação para saber se a maioria dos moradores estava de acordo.

As principais exigências feitas pela construtora foram que o próprio PA iria ter que arcar com as despesas de areia, seixo, madeira, o reaproveitamento das telhas e do baldame e também a disponibilidade de ajudantes para os pedreiros. Logo depois de uma breve discussão acerca de como seria a estrutura das casas e se ela poderia ser construída no lote dos agricultores, foi iniciada a votação e todos decidiram concordar com o fechamento do contrato com a construtora que chegou depois de duas horas após o combinado.

A empresa se pronunciou somente para reafirmar as exigências e logo em seguida ambos, o representante dos agricultores e o da construtora, assinaram o acordo e definiram que no máximo em 15 dias iriam iniciar as obras.

Naquele exato momento, pôde-se perceber aquele espaço sendo invadido por um misto de alegria e esperança. Eram antigos sonhos sendo despertados e velhos projetos que enfim pareciam se consolidar. Foi nesse clima com múltiplos sentimentos que se encerrou a reunião.

Porém ao retornar a campo 3 meses após a reunião, foi percebido que nada havia mudado, que nenhuma obra havia sido iniciada. Fato este que nos intrigou imediatamente e na primeira oportunidade procuramos saber o que havia ocorrido. Então foi dito que de forma definitiva, o Ministério Público entrou no caso da investigação com relação ao desvio de dinheiro e o INCRA definiu que, enquanto não se resolvesse esta questão, todos os PA's que se viram envolvidos com o desvio do crédito habitação ficariam bloqueados de receber qualquer tipo de crédito. Em virtude disso as obras das casas não se puderam iniciar e mais uma vez os agricultores perceberam que seus planos novamente foram deixados para depois em virtude da má conduta de terceiros.

Em suma, são situações como esta que desencadeiam nos agricultores o desejo de migrar e mais uma vez de deixar para traz o sonho da consolidação do espaço-vivido como

lugar de projeto. Mas, em contra partida percebe-se que os agricultores são portadores de uma cultura que dinamiza as relações sociais locais e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores com que estão constantemente confrontados. Com isso, criam estratégias próprias de reprodução social que lhes garantam a sobrevivência no espaço rural escolhido como espaço de vida.

3.4 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES DO PA BOM JARDIM

Igualmente aos demais assentamentos, o PA Bom Jardim passou por sucessivas formas de exploração, desde o extrativismo da castanha, a pecuária extensiva de bovinos e a agricultura praticada por agricultores familiares. Segundo as informações obtidas em campo, as primeiras explorações agrícolas, na fase anterior do PA, estavam ligadas à roça, incluindo o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, entre outras.

Com a ocupação da área por agricultores de diferentes estados e procedência, os sistemas produtivos perderam suas características originárias, mais regional, adquirindo contornos diferenciados e segundo a influência de traços culturais de migrantes que chegavam ao PA e que reproduziam suas antigas práticas produtivas como estratégia de adaptação ao novo lugar de trabalho e de morada.

O conceito central de estratégia de reprodução social que aqui se trabalha é o proposto por Pierre Bourdieu apud Gutiérrez (2007), definindo-a como:

Conjunto de prácticas fenomenalmente muy diferentes, por medio de las cuales los individuos y las familias tienden, de manera consciente o inconsciente, a conservar o a aumentar su patrimonio, y correlativamente a mantener o mejorar su posición en la estructura de las relaciones de clase" (GUTIÉRREZ, 2007,p. 19)

Nesses moldes queremos aqui identificar algumas práticas dos agricultores familiares do PA Bom Jardim que se revelam como estratégias no sentido de conservar e aumentar o patrimônio familiar. Porém deve-se esclarecer que este processo é um processo relacional uma vez que está intimamente direcionado por dois sistemas: um mais interno que se refere ao contexto local no qual a família se encontra e se posiciona e um mais externo definido por relações do espaço global mais amplo, gerando assim estratégias de reprodução diferentes entre os diferentes grupos.

Partindo da ideia relacional da construção das estratégias de reprodução social, Gutiérrez (2007) aponta um conjunto de fatores de que dependem as famílias para a

construção desse processo, sendo estes: 1) o volume e a estrutura do capital do qual se vai reproduzir (capital econômico, cultural, social e simbólico) e de sua trajetória histórica; 2) o estado do sistema dos instrumentos de reprodução; 3) o estado da relação de forças entre as classes; e 4) os hábitos incorporados pelos agentes sociais.

Então fica claro que as famílias agricultoras na construção de suas estratégias sempre vão partir daquilo que elas já possuem, já têm acesso enquanto “*instrumentos de reprodução social*”, e não daquilo que ainda lhes falta. Nesse viés entende-se instrumento de reprodução social como:

los distintos mecanismos institucionalizados o no (como el mercado de trabajo, el mercado escolar, etc.) que constituyen las formas que cobran las condiciones estructurales a través Del tiempo, como posibilidades e imposibilidades objetivas para las familias.(GUTIÉRREZ, 2007,p.21)

De acordo com o conceito acima exposto, entende-se que as estratégias de reprodução social dependem também das relações de força entre as classes, uma vez que a possibilidade de acesso a recursos é muito maior por parte de uma classe do que de outra, dessa forma a disponibilidade de instrumentos de reprodução social é diferenciada entre as classes. As classes melhor posicionadas dentro do sistema social vêm melhor potencializadas as suas capacidades de reprodução social com a possibilidade da construção de estratégias mais eficazes em detrimento dos que estão alijados desse processo.

De acordo com as entrevistas coletadas por ocasião do trabalho de campo, percebeu-se uma certa heterogeneidade com relação à origem e às diferentes trajetórias históricas das famílias agricultoras que se deslocaram para o assentamento Bom Jardim, sendo que há a predominância de famílias oriundas da região do nordeste brasileiro, principalmente do estado do Maranhão, como mostramos anteriormente.

Os dados do Quadro 03 (p.70) são bastante reveladores quando se dá um pouco mais de atenção à configuração do espaço no assentamento Bom Jardim que, por ter na população nordestina o maior número de sujeitos que contribuíram para a formação da população local, vai deixar marcado no território práticas próprias de uma determinada cultura no momento da construção das estratégias para a sua reprodução social em seu atual cotidiano.

Mas são também essas múltiplas trajetórias de vida e os diferentes modos de sentir e viver o lugar que, em certos momentos apresentam-se como empecilho no processo de identificação com o novo lugar. Então alguns resistem, mas outros desistem e continuam a sua longa marcha em busca do sonhado lugar de vida.

Martins V. (2009), ao analisar os escritos do sociólogo José de Souza Martins, entende que apesar dos constantes desenraizamentos sofridos por aqueles que migram em busca de melhores condições de sobrevivência no campo isto não anula as teias simbólicas que o unem a terra, à família e a morada. Dessa forma ainda há a necessidade da consolidação do território conquistado em um espaço-vivido e este como um lugar de projeto.

O assentado anseia por um projeto de vida, em que a propriedade da terra lhe permita, mais do que uma unidade de produção, um *lugar* para viver, pois onde morar e trabalhar não estão dissociados. (MARTINS, V. 2009, p. 49)

Diante das múltiplas trajetórias de vida, o que se percebe é uma grande diversidade, principalmente no que se refere aos sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores familiares, pois estes na maioria organizam suas atividades combinando a roça (consórcio arroz x milho x feijão x mandioca); com a criação de pequenos animais, com ênfase a criação de galinha caipira; criação de médios animais, suínos; criação de grandes animais, ênfase na bovinocultura mista (carne e leite); extrativismo da madeira (lenha e tora) e de frutos silvestres (açai) para a extração do palmito e vinho; e plantio de culturas perenes e semiperenes (café e banana).

Entre os subsistemas em uso, verifica-se que o subsistema criação de grandes animais, representando que eles arrecadam, é a sua principal base econômica. Já os produtos cultivados destinam-se principalmente ao consumo familiar e não à venda.

Entendemos então que a relativa diversidade presenciada, na atual conformação dos sistemas produtivos no PA e em outros setores da sua vida cotidiana, é fruto das experiências diferenciadas, no processo migratório dos assentados.

Tal afirmação se justifica pelo fato de acreditarmos que todo e qualquer processo de reterritorialização tem como elemento fundamental a tentativa de resgate de antigas práticas sociais vivenciadas pelos indivíduos e por estes embutidas de valor simbólico construído em outro tempo e espaço. Pois como defende Haesbaert (1997), no momento em que ocorre o processo de reterritorialização de um indivíduo em outro território, surge a necessidade de reprodução de antigas territorialidades experimentadas ao longo de sua trajetória de vida, ou seja, o indivíduo tem a necessidade de reproduzir suas antigas práticas na construção de um novo território.

Em suma, no processo de reterritorialização, há a tentativa, por parte dos indivíduos, de se transportar às suas antigas territorialidades, resgatando hábitos e costumes de antes, visto que de acordo com HAESBAERT (1997, p. 41):

[...] território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou da classe social a que nos estivermos nos referindo, afetiva.

Dessa forma, as teias culturais experimentadas e construídas na região de origem, ao longo de toda a sua trajetória, vão-se materializar no processo de (re)territorialização no novo lugar de morada.

Um bom exemplo dessa dinâmica é a consolidação dentro do assentamento do grupo da farinha que é exclusivamente formado por nordestinos que migraram para o território paraense em busca de melhores condições de sobrevivência e com o sonho da terra própria, porém, mesmo distantes de seu lugar de origem, transportaram para o atual espaço-vivido suas antigas práticas de trabalho com a mandioca e seus derivados, como principalmente a farinha, que hoje se apresenta como uma das atividades mais bem consolidadas dentro do assentamento e até mesmo esta atividade já tem possibilitado a contratação de trabalhadores externos, na maioria parentes vindos do Maranhão e também aqueles nordestinos que já se encontram vivendo no assentamento.

“Apesar de ter sido muito difícil os primeiros anos aqui no assentamento porque além dificuldade aqui dentro nessa época, ainda tinha a saudade dos parentes que ficaram pra traz, a falta do lugar que agente nasceu e cresceu, não foi nada fácil... Então agente continuou com o trabalho da farinha pra ver se as coisas ficavam melhores. E hoje eu lhe digo agente não pode parar de fazer a farinha porque é ela que sustenta agente aqui em cima é ela a responsável pela criação de todos os meus filhos.” (Amapola, 39 anos)

“Pra lhe falar a verdade, eu achei maravilhoso aqui nesse lugar, apesar de tantas lutas mais eu gostei, porque foi a oportunidade de ter um pedaço de terra que era só nosso e onde agente ia poder fazer a nossa farinha que é a coisa que a gente mais sabe fazer e faz desde a época do Maranhão, e também eu ia poder tirar a goma e a puba pra vender, então assim as coisas só vão melhorando cada vez mais, porque agente tem o que é nosso e trabalha no que agente realmente gosta que é coma farinha.” (Magnólia, 37 anos)

“Desde sempre foi a farinha a nossa principal produção e o nosso único meio pra comprar o pão de cada dia, mesmo quando agente ainda morava lá no Maranhão, sempre foi a farinha o nosso principal meio de sobrevivência. Por isso quando agente chegou aqui agente foi logo pensando em continuar com o trabalho da farinha, porque mesmo longe de casa agente queria continuar fazendo aquilo que agente aprendeu desde criança e é o que agente ama fazer. Então é a farinha a responsável por tudo que agente tem hoje e às vezes eu penso que é até responsável por nos tá tudo vivo hoje aqui.” (Camélia, 43 anos)

As frases acima ilustram claramente que o processo de reterritorialização, em um espaço estranho ao indivíduo, por si só já é carregado de uma série de dificuldades tanto econômicas, quanto pessoais e emocionais. Isto porque, o processo de desterritorialização é marcado como uma etapa muito penosa na vida desses indivíduos envolvidos no processo de migração; é o momento em que ele é expropriado não só de seus bens materiais, mas de toda uma identidade construída a partir das relações estabelecidas com o meio de convivência experimentado até ali. Nesse processo de desterritorialização perde-se a identidade territorial existente, partindo do pressuposto que:

Toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma noção de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1999, p, 172).

Vale ressaltar que estamos partindo do entendimento de território defendido pelo mesmo autor supracitado, que afirma:

Associar ao controle físico ou à dominação objetiva do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor (HAESBAERT, 2006, p, 121).

Neste sentido afirmamos que a reprodução das mesmas práticas realizadas no processo de reprodução social em outro espaço-vivido tem também como conotação uma tentativa de se aproximar de um passado que não quer ser totalmente deixado para trás, pois apresenta elementos indispensáveis aos laços de identidade social daquele indivíduo. Elementos estes que têm sido apresentados como minimizadores do processo desgastante que para muitos representa o processo da mobilidade social. Logo, esta dinâmica da mobilidade espacial, pode ser entendida como a construção de estratégias de reprodução social dos agricultores familiares.

Outra dinâmica que também pode ser considerada como estratégia de reprodução social dos agricultores é a adoção de atividades não agrícolas utilizadas como uma estratégia do agricultor para manter o seu núcleo vital e social que é o estabelecimento familiar. Por exemplo, as famílias que possuem moto indicam um dos membros, geralmente um jovem, para realizar corridas do PA até a Vila Santa Fé e vice-versa. Há também o caso de agricultores que praticam atividades diversas nas fazendas mais próximas, vendendo a sua

força de trabalho, porém, vale na maioria dos casos, o trabalho na fazenda é visto como um dos meios mais rápidos para se ter acesso a outras atividades que são consideradas como essenciais para se manter no meio rural nos dias de hoje, como, canalizar o capital conquistado por entre as cercas da fazenda para sua inserção na atividade da pecuária.

Existem também aquelas famílias que passam a direcionar suas atividades para outras não agrícolas, como a prática do comércio de roupas e produtos industrializados, adquiridos no centro urbano de Marabá.

De acordo com Carvalho (2005), por mais que os agricultores familiares passem a exercer atividades não agrícolas e até mesmo passem a estabelecer relações capitalistas de produção, como o assalariamento, ele não necessariamente perderá suas características, como agricultor, visto que, diferentemente dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucros, a unidade familiar camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução do estabelecimento familiar.

É justamente esta a dinâmica percebida em campo, pois mesmo quando um membro do grupo familiar canaliza a sua força de trabalho para a realização de atividades não agrícolas o objetivo final tem sido o de primeiramente contribuir com a subsistência do núcleo familiar, garantindo o acesso a produtos necessários ao consumo diário e que não são produzidos no estabelecimento agrícola, como o açúcar, o sal e o café; e também canalizam os ganhos para potencializar as condições reprodutivas do patrimônio familiar.

Figura 18: Pequeno comércio



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

“Agente só decidiu mesmo começar com esse trabalho de venda aqui em casa porque tá cada vez mais difícil sobreviver só da roça... agente também precisa de ter dinheiro pra poder comprar aquelas coisas que agente não tem. Mas é um dinheirinho muito pouco, quase não se vê, os meninos até reclamam que querem isso, querem aquilo, mas eu acho que primeiro tem que botar as coisas pra dentro de casa. É por isso que quando entra qualquer dinheirinho primeiro a gente vê o que tá faltando na cozinha, depois a gente vê se tá precisando melhorar alguma coisa no lote e só depois, se sobrar é que agente faz um agrado pros meninos.” (Cravo, 54 anos)

Com a fala acima fica bastante explícito que mesmo o agricultor canalizando parte do seu tempo para atividades não agrícolas, o seu objetivo final continua sendo o atendimento das necessidades imediatas do núcleo familiar e também maior eficiência do estabelecimento agrícola, ou seja, as estratégias escolhidas mesmo que num primeiro momento pareçam contraditórias, ainda se percebe nelas uma racionalidade que nos dias de hoje guarda traços de um modo de vida camponês.

Para finalizar, enfatiza-se também como elemento potencializador da capacidade de reprodução social, a longo prazo, dos agricultores familiares o desenvolvimento de atividades coletivas, como, as práticas de ajuda mútua, como os mutirões e as trocas de dias que ainda

hoje, mesmo com a cultura do individualismo, apresentam-se como estratégias eficientes na produção e reprodução social local. Estas práticas coletivas estão embutidas de toda uma carga cultural específica de um determinado modo de vida, como evidencia a seguinte reflexão tecida por Vasconcellos (1996):

Enquanto atividade produtiva fundamental dos grupos familiares, o trabalho coletivo constitui-se no desdobramento de um costume, de um hábito inerente ao tipo de socialização desenvolvida ao longo das gerações. É a partir das necessidades de comer, de vestir-se e de ter abrigo que os homens contactam outros homens e com a natureza. Esta relação que leva-os a desenvolver técnicas de trabalho condizentes com seu modo de vida específico. É com base nesta atividade matéria sobre a natureza e sobre eles mesmos, que os homens desenvolvem a sua consciência e constroem uma determinada organização social. (VASCONCELLOS, 1996,p.89)

Nesse sentido acredita-se que, ao construírem políticas de desenvolvimento rural, as instituições responsáveis devem levar em consideração o incentivo e a manutenção de práticas coletivas e de ajuda mútua que fortaleçam laços internos de solidariedade capazes de superar a cultura individualista hoje predominante, para que assim não se perca mais um instrumento de luta por melhores condições de sobrevivência dentro do espaço rural.

3.5 DOS NOVOS CONTORNOS DO ESTADO AOS NOVOS CAMPOS DE POSSIBILIDADE PARA AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS

Como foi mostrado no capítulo anterior houve, uma profunda ressignificação nas práticas do Estado com relação à agricultura familiar. A necessidade de se pensar estratégias de desenvolvimento partindo das diferentes formas de construção dos espaços já se colocava como indispensável para a elaboração de políticas públicas significativas para as famílias agricultoras. Foi então que se mudou o enfoque do desenvolvimento para a escala territorial de atuação, como está evidenciado no pronunciamento colocado no site do MDA:

A abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

É assim que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003)

Vale ressaltar que a mudança do enfoque de setorial para territorial apresenta uma grande perspectiva de avanço, visto que se aproximando da noção de território pretende-se ultrapassar a forma homogeneizante de se perceber os espaços, pois compreender os lugares a partir da lente do território é antes de qualquer coisa perceber as múltiplas formas existentes na relação homem x natureza. Ou seja, a apropriação da categoria de território para se pensar o desenvolvimento rural traz a ideia da necessidade de se levar em consideração toda a diversidade do grupo social em questão, tanto no que se refere à vertente econômica, quanto à política e à cultural, uma vez que o território, enquanto um conceito de análise espacial, consegue, em virtude de seu dinamismo, auxiliar uma compreensão mais abrangente das múltiplas relações estabelecidas em um determinado tempo e espaço, pois o termo território está assentado nas múltiplas lógicas de ação (política, social, econômica e cultural).

Com esta nova roupagem no discurso acerca do desenvolvimento rural, o espaço agrário do sudeste paraense se vê mergulhado em um novo quadro de possibilidades criado pelas políticas de apoio à agricultura familiar implementadas pelo governo federal, como, as políticas de ATES e o PRONAF, que injetaram um maciço investimento de capital na região e foram responsáveis também por profundas transformações nas dinâmicas territoriais locais. Segundo Wanderley (2009), a política de crédito além de provocar mudanças na estrutura organizativa regional, também provocou outras mudanças institucionais importantes com o surgimento de prestadoras de serviço de assistência técnica, diretamente responsáveis pelo apoio técnico dos programas de crédito nas áreas de reforma agrária.

A presente pesquisa também tem o objetivo de analisar não somente os avanços propiciados por essas transformações no meio rural, mas também identificar os possíveis retrocessos que esta nova dinâmica desencadeou nos espaços-vividos dos agricultores familiares.

Dessa forma ao se analisarem as políticas de crédito, como o PRONAF, por exemplo, percebe-se claramente os avanços por ela desencadeados, visto que a maioria dos agricultores que tiveram acesso a este crédito investiram na compra de gado e assim, segundo eles próprios, puderam ter acesso a um elemento que representa uma reserva de valor para o grupo familiar.

Ao se inserirem, porém, na atividade da pecuária, a maioria dos agricultores passou a canalizar a maior parte de sua força e de seu tempo para esta atividade, deixando em segundo plano as atividades da roça. Fato este que tem representado uma queda considerável na produção agrícola. Já existem agricultores que, por acabarem se especializando principalmente

na criação do gado, já se veem tendo que comprar produtos básicos para a sua alimentação, como o arroz e o feijão.

Nesse contexto o acesso ao PRONAF que tinha como objetivo também contribuir com maior variedade produtiva no estabelecimento familiar acabou desencadeando o processo contrário de crescente especialização e homogeneização das atividades produtivas. Sem contar também que existem muitas famílias que - não conseguindo prestar conta das parcelas do empréstimo do crédito, umas por terem precisado vender o gado por questões médicas, outras por alegarem ter recebido animais de baixa qualidade não tendo o desempenho esperado, encontram-se hoje com os seus nomes bloqueados para retirar qualquer outro tipo de crédito.

Dessa forma o acesso ao crédito do PRONAF representou para alguns um grande avanço no que se refere às condições de sobrevivência dentro do espaço rural, mas para outros significou de retrocesso, como mostra as seguintes falas:

“Uma das melhores coisas que aconteceu pra nós aqui dentro foi ter conseguido o PRONAF, porque hoje o pouco que agente tem,consequimo com o gado. Se não fosse o gado a vida aqui dentro ia ser uma das mais triste do mundo... O gado é aquele socorro na hora da precisão, de uma doença. Eu já tô tendo até o retorno e se um dia vier de novo, eu vou pegar e investir tudo no gado.” (Flor de Laranjeira, 34 anos)

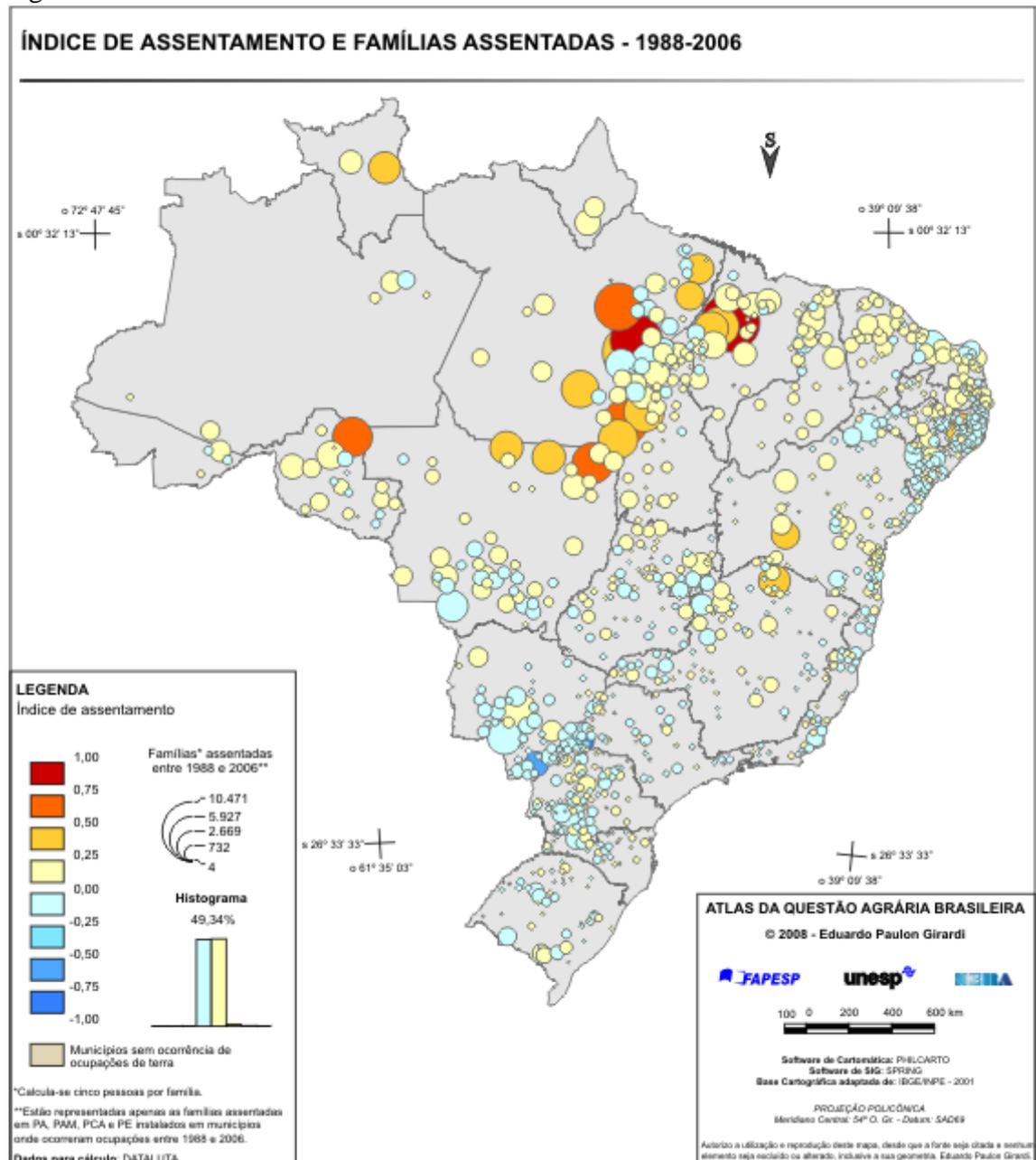
“Olhe pra lhe falar a verdade esse negócio de PRONAF foi uma grande armadilha, porque agente nem escolher o gado que queria podia, então só veio bucha que não prestou pra nada e logo eu tive que me desfazer de tudinho...sem dizer que o pessoal da assistência técnica nem auxiliou nós direito aqui dentro, os bichos vão ficando doente e agente sem saber o que fazer. Agora só o que tem de lembrança é essa dívida que eu acho que vou morrer e nunca é que vou conseguir pagar, é por isso que eu digo que esse negócio de PRONAFveio mais atrapalhar do que ajudar.” (Narciso, 56 anos)

Outro ponto negativo destacado por alguns agricultores com relação à criação de gado possibilitada pelas políticas de desenvolvimento da agricultura familiar é o fato de que, ultimamente com o discurso da sustentabilidade ambiental, os agricultores não estão podendo mais realizar derrubada dentro do seu lote, visto que com a implantação da atividade pecuária uma grande parcela de mata fechada daquela região veio a baixo para a criação de pasto. Mas é justamente aí que reside um complexo problema.Como a maioria dos agricultores tiveram acesso ao gado, diminuiu a área de roça, para eles investirem na pecuária, agora com as diretrizes da preservação não podem mais aumentar o pasto e conseqüentemente acabam impossibilitados de intensificarem a sua produção agrícola.

“As coisas hoje aqui dentro tão ficando mais difícil, porque antes era aquela coisa toda com negócio de projeto, gado e agente foi se animando e haja a derrubar pra colocar o animal. Hoje não pode mais derrubar nada... então agora não pode mexer nem com o gado e nem na roça. E agora do que é que agente vai viver aqui dentro? Às vezes eu fico pensando nessas injustiças que são feita com nós porque pense só foi o próprio governo que deu a arma(gado) pra gente e agora vem com essa história de não poder mais derrubar nada, sem dar outra alternativa pra nossa sobrevivência. E vê se eles mandam os fazendeirão pararem de colocar gado? Não né, só agente que já ta na peleja pra sobreviver.” (Orquídea, 43 anos)

Com todos esses novos contornos impressos dentro do espaço rural do sudeste paraense, foram desencadeadas transformações significativas, principalmente no que se refere às mobilizações populacionais que até certo ponto eram fenômenos recorrentes nesta região. Porém a partir da década de 90, os processos migratórios passaram por uma relativa queda, sobretudo em função do aumento da possibilidade do acesso a terra e de regularização fundiária. Foi justamente nesse contexto histórico que se experimenta uma efetiva ação dentro da política de reforma agrária com a criação de assentamentos na região do sudeste paraense desencadeada, principalmente, pela forte pressão exercida pelos movimentos sociais e pelas instancias de representações da agricultura familiar. Destacando-se nacionalmente como a região de maior concentração de assentamentos criados.

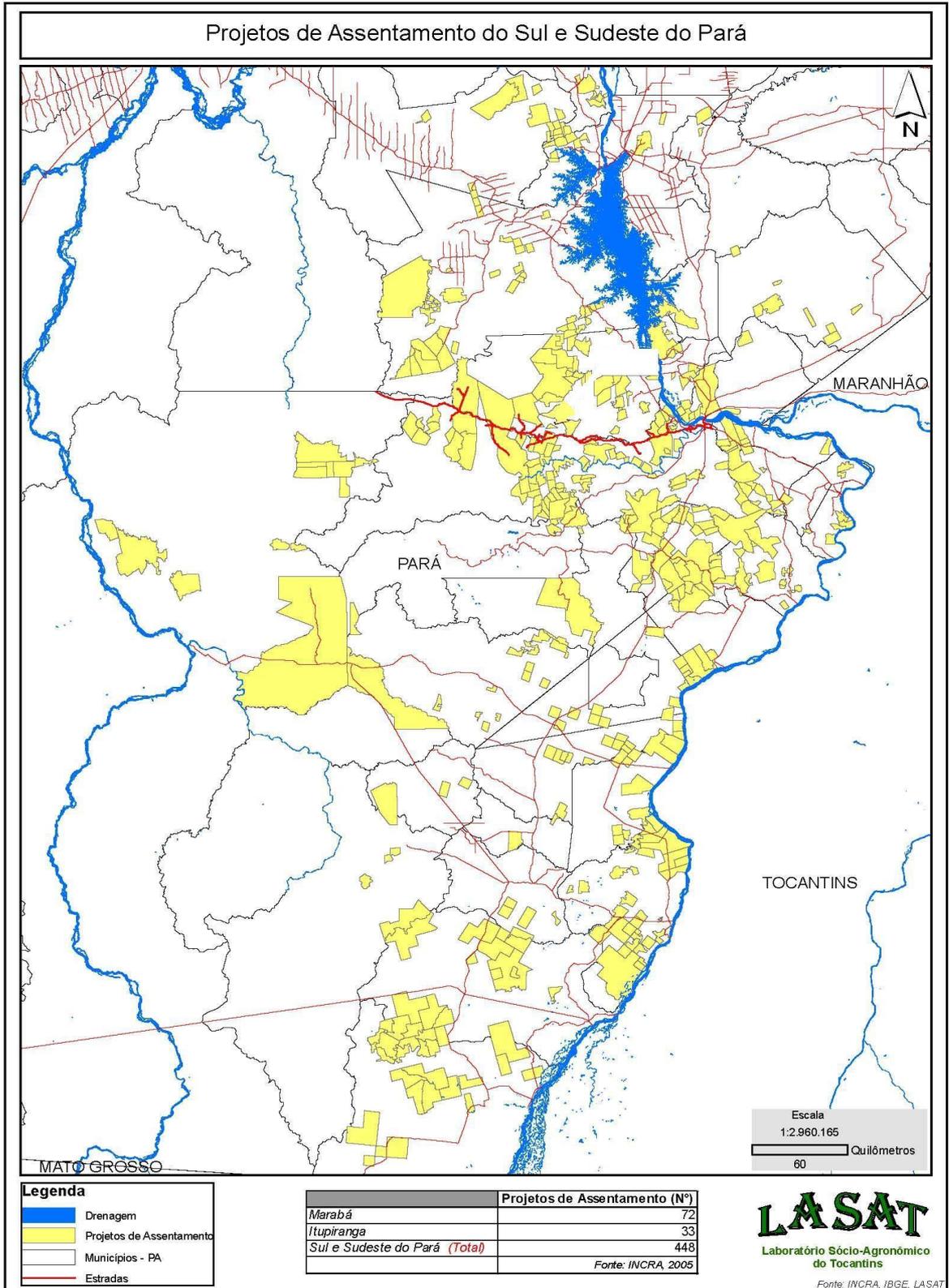
Figura 19 - Índice de assentamento e famílias assentadas



Fonte: DATALUTA / UNESP

Como percebemos no mapa acima, foi justamente no final da década de 80 e ao longo das duas décadas subsequentes, que, principalmente, a região do sul e sudeste do Pará presenciaram um grande crescimento no número de assentamentos rurais criados. Fato este que desencadeou importantes rebatimentos na escala cotidiana daqueles que por tempos buscavam a consolidação de um espaço de trabalho e de morada.

Figura 20 - Projetos de assentamento criados no sul e sudeste do Pará



Fonte: LASAT

Hoje em dia, a mesorregião do Sudeste do Pará, onde se localiza a região de Marabá, é uma das áreas mais importantes dentro da política de reforma agrária, uma vez que conta o maior número de assentamentos do país, a saber, 481 assentamentos criados até início de 2008. (ASSIS, 2008, p. 238)

O autor supracitado afirma que a diminuição da mobilidade espacial também está vinculada à melhoria na infraestrutura regional e na oferta de serviços viabilizada em sua maioria pela política de assentamentos, além das maiores possibilidades de acesso a financiamento para as atividades produtivas por meio da política de crédito. Fato este que se tem revelado decisivo para o aumento do tempo de permanência das famílias agricultoras em uma mesma área, favorecendo assim a construção de um processo que aqui denominamos de consolidação do espaço-vivido como lugar de projeto.

Outro campo de possibilidades que se abriu para a maioria dos agricultores dentro do PA foi o acesso à educação para os seus filhos, pois na maioria dos casos os pais são analfabetos ou na melhor das hipóteses conseguiram estudar somente até as séries iniciais, pois nos seus lugares de origem ou não tinha escola ou era muito distante, o que dificultava a permanência em sala de aula.

Assim, foi somente dentro do assentamento Bom Jardim que muitos tiveram acesso à educação e principalmente os filhos puderam ter a possibilidade de frequentar escola.

“Eu hoje não sei ler não, foi só depois que os meus meninos entraram na escola que eles começaram a me ensinar a escrever pelo menos o meu próprio nome. Infelizmente eu não tive a oportunidade por que logo perdi a mãe; e pai, cê sabe como é que é, não cuida muito pra isso não, então não teve jeito mesmo, ficou mais difícil pra mim pra estudar, mas hoje eu fico muito feliz de ver os meus filhos indo pra escola e lendo alguma coisa... Isso é uma grande emoção pra minha vida. “ (Camélia, 43 anos)

3.6 A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO-VIVIDO COMO LUGAR DE PROJETO

Os novos campos de possibilidade oferecidos a partir dos novos contornos do Estado, mais precisamente no pós-90, têm proporcionado rebatimentos diversos no cotidiano das famílias agricultoras do sudeste paraense. As transformações desencadeadas no espaço rural não se limitam ao meio, pois os próprios agricultores também experimentam algumas mudanças no seu modo de se relacionar com o meio e com o outro. As novas configurações requerem dos homens e mulheres do campo novas competências socioprofissionais para estes poderem minimamente se inserirem nesse novo contexto agrário.

O processo de desenvolvimento de novas competências socioprofissionais é definido por Wanderley (2010) como uma reconstrução da identidade profissional dos agricultores, em função das novas reconfigurações criadas no meio rural.

Nesse contexto a identidade socioprofissional dos agricultores tende a ser caracterizada pela diversidade de situações a eles imposta e conseqüentemente pelas estratégias adotadas para conseguir lidar com o novo contexto agrário.

Novamente o debate acerca da construção da identidade se coloca como indispensável dentro da presente pesquisa, visto que antes de qualquer transformação na identidade profissional do indivíduo dentro de um determinado lugar, ele primeiramente se submete a uma construção de identidade com o próprio lugar, pois entende-se que a identidade local é indispensável como alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social e profissional. À medida que o indivíduo se percebe como parte do lugar, ele terá a necessidade de construir estratégias para a sua reprodução local e é justamente nesse processo que o seu espaço-vivido vai-se consolidando enquanto um lugar de projeto.

Dessa forma em certos momentos percebe-se que esta nova dinâmica tem contribuído para a consolidação dos espaços-vividos enquanto lugares de projetos das famílias agricultoras, porém deve-se destacar que para além das diretrizes das políticas públicas os próprios agricultores criam estratégias que permitam a construção desse processo.

Quando se fala em lugar de projeto, está-se referindo àquele espaço onde os agricultores projetam tanto a sua reprodução social quanto a de sua família, vislumbrando a consolidação de dias melhores para os seus filhos e filhos dos seus filhos.

O lugar de projeto é entendido também como aquele lugar que se contrapõe a processos desgastantes, como, a forte mobilidade espacial tão característica da população que compõe nossa região de pesquisa. Porém como foi mostrado no tópico anterior, as políticas de desenvolvimento experimentadas na região estudada têm contribuído para uma certa diminuição desse fenômeno de constante mobilidade espacial.

Segundo Wanderley (2010), os agricultores tem um “projeto residencial” no meio rural e o defendem, não apenas como um campo econômico, mas, sobretudo como um lugar de vida.

Em suma o lugar de projeto é o espaço onde os indivíduos podem vislumbrar um futuro menos incerto e mais justo para o seu cotidiano, é também o lócus da construção de sujeitos que acreditam e lutam pela construção de um espaço que lhes garanta mais liberdade e autonomia.

Entende-se, então, que a autonomia é condição *sine qua non* para o processo de elaboração de estratégias, por parte dos agricultores, que buscam consolidar seus espaços-vividos em lugar de projeto. Dessa forma utiliza-se o conceito de autonomia elaborado por Souza (2001), entendido como um processo de autoinstituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra **defender e gerir** livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106, grifo nosso).

O mesmo autor baseado no pensamento do filósofo CornéliusCastoriadis, afirma ainda que a autonomia é [...] “A auto-instituição consciente da sociedade, alicerçada na garantia política e na possibilidade material efetiva de igualdade de chances de participação nas tomadas de decisão”. (SOUZA, 1997, p.20)

É justamente com essa ideia da construção de uma autonomia dos indivíduos dentro de seus espaços vivido que a pesquisa se propõe a analisar em que medida a nova dinâmica da política do sudeste paraense tem contribuído ou não para o desenvolvimento desse processo e assim fomentado a consolidação dos espaços-vividos dos agricultores em lugar de projeto.

Com a pesquisa de campo pode-se perceber que as estratégias utilizadas pelos agricultores para a consolidação do espaço-vivido como lugar de projeto são, basicamente, as de organização coletiva, como, a construção de uma associação dos agricultores, o desenvolvimento de atividades coletivas de produção e comercialização e a realização de mutirões que visem a construir melhorias no lugar.

A primeira associação dos moradores data desde os primeiros anos de ocupação do PA Bom Jardim, pois esta organização social sempre foi considerada como indispensável no que se refere à busca por melhores condições de sobrevivência dentro do assentamento. Dessa forma as práticas coletivas sempre foram vistas como essenciais na busca de melhorias no lugar e assim consolidar o então espaço-vivido num futuro lugar de projeto.

“Quando foi no final de 1997 agente ajuntou um bocado de gente que já tava aqui e fizemos a associação pra lutar pra trazer o INCRA aqui pra dentro pra começar a trazer as melhorias pro lugar. E foi no final de 97 através da associação que foi feito o primeiro cadastro com o INCRA e depois outras conquistas foram chegando graças à união do povo na associação, que bem ou mal ainda tá de pé.” (Flor do campo, 44 anos)

Então a associação dos moradores foi muito importante para se alcançar todas as conquistas obtidas até o momento, como os primeiros créditos, a escola e a energia elétrica.

Dessa forma a maioria dos agricultores que hoje moram no assentamento fazem parte da associação, e quando lhes é perguntado o porquê da vinculação sempre a resposta está relacionada à busca de melhorias para o lugar, ou seja, o associativismo tem sido utilizado como uma estratégia de construção do lugar de projeto para as famílias agricultoras.

“Eu que tô aqui desde o início vi com esses próprios olhos como é importante ter uma associação forte pra conseguir as coisas pra dentro do nosso lugar e desse jeito ir conseguindo viver aqui dentro. Então eu ainda acho muito importante a associação porque a pessoa sozinha não consegue nada, você pega um graveto e consegue quebrar, mas se você pega mais três já vai ficando mais difícil. Então a associação pra mim quer dizer o povo completo, unido. Porque se eu ir sozinha atrás de um projeto eu não consigo, mas se for a turma unida aí consegue tudo...se tiver no coletivo na hora da luta você consegue tudo o que quiser.”(Flor do Campo, 44 anos)

“Eu faço parte da associação porque como a gente já tá aqui dentro mesmo agora tem mais é que tentar de tudo pra ver se as coisas melhoram por aqui, então pra mim a associação é uma forma de tentar encontrar uma melhoria pro nosso lugar, sabe lutar pelas coisas que agente também tem direito, porque não só por que a gente tá aqui dentro longe de tudo que agente também não mereça conseguir as coisas, não é só porque os nossos filhos são filhos de agricultores que eles só podem estudar até a 8 série. Não é porque eu não pude estudar e hoje nem sei ler e escrever que agora vão decidir que os meus filhos só podem estudar até a série tal, acho que isso tinha que ser uma escolha dos meninos e não de gente que tá lá fora e nem sabe dos nossos desejos...”(Rosa , 46 anos)

*“Eu só aceitei ser o presidente da associação porque justamente **eu tenho a ideia de viver aqui o resto dos meus dias**, então eu tenho mais é que lutar por melhorias aqui desse lugar. Por isso que agente até entende aquele morador que não quer se organizar em nada porque na verdade ele já tá é com plano de ir embora não pensa em ficar por aqui , então ele não vê a necessidade de lutar por melhorias aqui de dentro, mas agente que tem o plano de ficar aqui com a família, busca sempre tá no envolvimento da luta.”(Cravo, 54 anos)*

Mas existem aquelas pessoas também que por não terem o projeto de permanecer no assentamento, devido a inúmeros outros objetivos, não fazem questão em se vincular à associação dos moradores. Pois para estes, fazer parte desta organização é para aqueles que pensam em ficar no assentamento e devem então usar todas as estratégias possíveis para torná-lo um espaço mais ameno para sua reprodução e de sua família. Ou seja, mesmo os indivíduos não fazendo parte da associação, ele reconhece a importância dessa prática coletiva no que se refere a mudanças de fato no cotidiano dos homens e mulheres do campo.

“Não, agente não faz parte da associação não, sei lá nunca quis me envolver muito, porque eu sempre soube que esse lugar aqui só era uma passagem pra mim... eu tenho outros planos, quero ir pra junto dos meus parentes, mas com um tempo nós tamo indo embora. Foi por isso que agente não se meteu com esse negócio de associação, isso é pra quem quer ficar aqui dentro mesmo e tem mais é que se juntar com esse povo pra conseguir um pouquinho mais de sossego e melhoria aqui pra dentro.” (Alfazema, 45 anos)

“Como agente não quer ficar por essas bandas agente nem se mete nesse negócio de associação... o meu sonho mesmo é sair andando pelo mundo, ter uma casa mais perto da “rua”...não é fácil viver dentro do mato, falta de um tudo. E eu nunca quis mesmo terminar meus dias no mato, vi muito sofrimento dentro desses matos por aí e disse que um dia ia sair dessa vida...Só tô por aqui de passagem, um dia eu arranjo um outro caminho pra continuar caminhando.” (Flor de laranjeira, 30 anos)

Dessa forma entendemos assim que existem aquelas pessoas que por não perceberem o atual espaço-vivido como lugar de projeto decidem não se inserir em atividades que de modo geral apresentam a finalidade de uma consolidação do atual lugar de vivencia em um lugar de projeto. Porém queremos deixar claro que as nossas reflexões estão sendo tecidas principalmente em torno das famílias agricultoras que se dispõem a participar desse processo de consolidação, mas sem desconsiderar que a situação social analisada está longe de ser um universo social homogêneo.

Outra estratégia utilizada pelos agricultores para a consolidação do espaço-vivido enquanto lugar de projeto é o desenvolvimento de atividades coletivas de produção e comercialização. Nesse sentido pôde-se identificar dois grupos relativamente consolidados dentro do assentamento. A saber: o grupo da farinha e do pescado, sendo que existe também uma reunião em torno da pratica da caça, porém em menor frequência e organização.

O grupo da farinha, também conhecido como “o pessoal da farinha” é a organização bem mais consolidada dentro do PA, a notícia a respeito deles ultrapassa os limites do PA Bom Jardim, pois o grupo é conhecido nos outros PA’s e também na Vila Santa Fé como os melhores produtores de farinha da redondeza.

A farinha é formada exclusivamente por nordestinos, na sua maioria maranhenses, que migraram para a região paraense desde a década de 70 com o sonho de conquista da terra própria. A ideia de montar uma grande farinha remonta desde os anos vividos no Maranhão, porém só com a migração para o estado do Pará é que esse desejo se tornou realidade.

Os criadores da farinha são a família de dona Camélia que chegou ao assentamento no ano de 2003 e com um capital que haviam conseguido com o trabalho “nas terras alheias”

do Maranhão conseguiram comprar dois lotes, onde um seria destinado justamente para a construção da farinheira. E como se percebe nas fotos a seguir a casa da farinha (farinheira) dispõe de uma boa estrutura, fato que tornou esta uma das principais atividades dentro do assentamento.

Figura 21 - Estrutura Farinheira dos Nordestinos



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Figura 22 - Farinheira dos Nordestinos



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

*“Agente saiu de lá de onde é a farinha hoje porque agente sempre planejou de fazer a farinha lá mesmo, porque agente sempre quis encontrar um lugar onde agente pudesse montar um grande farinha e quando agente chegou aqui agente sentiu que ia ser aqui nessa terra que agente ia construir o nosso sonho, então fizemos o poço pra trabalhar tudo direitinho e hoje eu posso lhe dizer que lá é muito bom é tudo bem direitinho que dá até gosto de trabalhar e com toda certeza depois da família é o nosso maior bem aquela farinha .E eu lhe digo se agente não tivesse conseguido realizar esse plano acho que nós não tava mais nem aqui.”
(Camélia, 43 anos)*

Com o passar dos anos eles foram chamando os maranhenses que também moravam no PA para se juntarem a eles no trabalho com a farinha e cada vez mais iam se aprimorando neste ramo. A preferência por trabalhadores nordestinos, principalmente os maranhenses, é pelo fato de dona Camélia acreditar que por essa ser uma atividade bastante comum no Maranhão, eles já têm muita experiência com a produção da farinha, o que segundo ela facilita o trabalho.

A produção de farinha, quando se está realizando de maneira intensa chega até a 40 sacas por mês que são levadas em motos ou em carros alugados para serem comercializadas na Vila Santa Fé onde já tem os compradores certos. Segundo eles mesmos a produção não consegue atender à grande demanda, principalmente pela falta de condições necessárias de transporte até a vila, visto que não há nenhuma linha de transporte dentro do PA, fato que acaba deixando o processo um tanto quanto mais oneroso.

Vale ressaltar que esta organização do grupo da farinha teve como objetivo principal o de tornar possível a reprodução daquele pequeno grupo dentro do Assentamento Bom Jardim, ou seja, a reprodução de antigas práticas de produção foi uma estratégia de consolidação do atual espaço-vivido em um lugar de projeto. Não se pode deixar de registrar que esta iniciativa não tem só favorecido os moradores do PA, pois segundo os relatos obtidos é bastante frequente a contratação temporária de parentes que moram no Maranhão para virem trabalhar na produção da farinha, o que revela a grande importância que esta atividade representa na vida de um grande número de famílias agricultoras, ultrapassando até mesmo o limite da fronteira estadual.

Outro grupo que também se utiliza da organização coletiva como estratégia de consolidação de um lugar de projeto é o grupo da pesca, no qual o seu Narciso foi o fundador. Este grupo é formado por homens do assentamento que, buscando outras alternativas de sobrevivência dentro do PA, acharam na pesca uma alternativa de melhores condições de sobrevivência dentro do assentamento.

Como o assentamento está às margens do rio Itacaiúnas e, segundo os próprios moradores, este é um rio que ainda apresenta grande abundância de pescado, não foi difícil a formação do grupo. Porém, como no lote do seu Narciso ainda não chegou a energia elétrica, o pescado é levado para a casa de um outro membro do grupo onde o peixe é armazenado até o dia seguinte quando eles vão para a Vila Santa Fé comercializar o pescado em um pequeno comércio alugado pelo próprio grupo.

“Quando eu pensei em montar o grupo da pesca foi com a ideia de tentar melhorar as condições de vida aqui dentro, por que não tava mais dando de viver só da roça....e a gente não queria mais tá mudando de um lado pro outro. Então eu pensei nesse grupo e chamei os mais chegados, aí agente começou com o trabalho, graças a Deus muita coisa agente conseguiu com esse serviço...hoje tá um pouco fraco, mas agente vai se levantar de novo e botar esse negócio pra frente.” (Narciso, 52 anos)

Segundo dois agricultores participantes desse grupo, esta representa uma das atividades mais importantes para o sustento da família, pois ao mesmo tempo em que mata diretamente a fome da família com o consumo do pescado, ainda possibilita o acesso a mantimentos não encontrados no lote e que, segundo estes, seria bastante difícil a vida no PA se não tivesse essa possibilidade de renda extra.

O grupo da caça diferentemente do da farinha e da pesca não trabalha de forma frequente e nem tão organizada, mas também representa para aqueles que dele participam uma alternativa de melhores condições de sobrevivência dentro do lugar. Apesar de o produto final não se destinar à venda e assim não gerar lucro, a sua importância está no suprimento de uma necessidade básica que é a alimentação e a manutenção de antigas práticas que, na maioria das vezes representam um modo específico de vida.

“É porque eu gosto tanto de tá no mato que eu resolvi entrar no grupo de caça que agente tem por aqui, hoje mesmo eu cheguei com quatro amigos do mato agente passou três dias por lá e conseguimos duas pacas , 2 tatus e um porcão do mato. Pra mim essa foi uma boa invenção de se unir nos grupos pra poder ir caçar, pecar e tem até um grupo bom da farinha eles são conhecidos por toda essas redondeza. Eu acredito que as coisas feitas na união ficam muito mais fáceis porque um ajuda o outro e logo chega no objetivo... diferente se fosse sozinho. Acho que o homem não nasceu pra ser sozinho, acho que o homem é tipo muitos bichos que pra sobreviver tem que viver em grupo.” (Cravo, 53 anos)

A atividade da caça veio se consolidando desde os primeiros anos de ocupação do assentamento, visto que até hoje este continua sendo o meio principal de se ter acesso à carne vermelha na alimentação das famílias agricultoras. Dessa forma a prática da caça também pode ser considerada como uma estratégia de reprodução social dentro do PA, no qual os

participantes têm como objetivo final tornar possível a sobrevivência da família a longo prazo naquele lugar.

Em suma as práticas coletivas aqui relatadas sejam elas com caráter lucrativo ou não, sempre se apresentam como alternativas de buscas por maiores possibilidades de reprodução social da família no espaço escolhido não só como o lugar do trabalho, mas também como o lugar da vida e da concretização dos antigos sonhos.

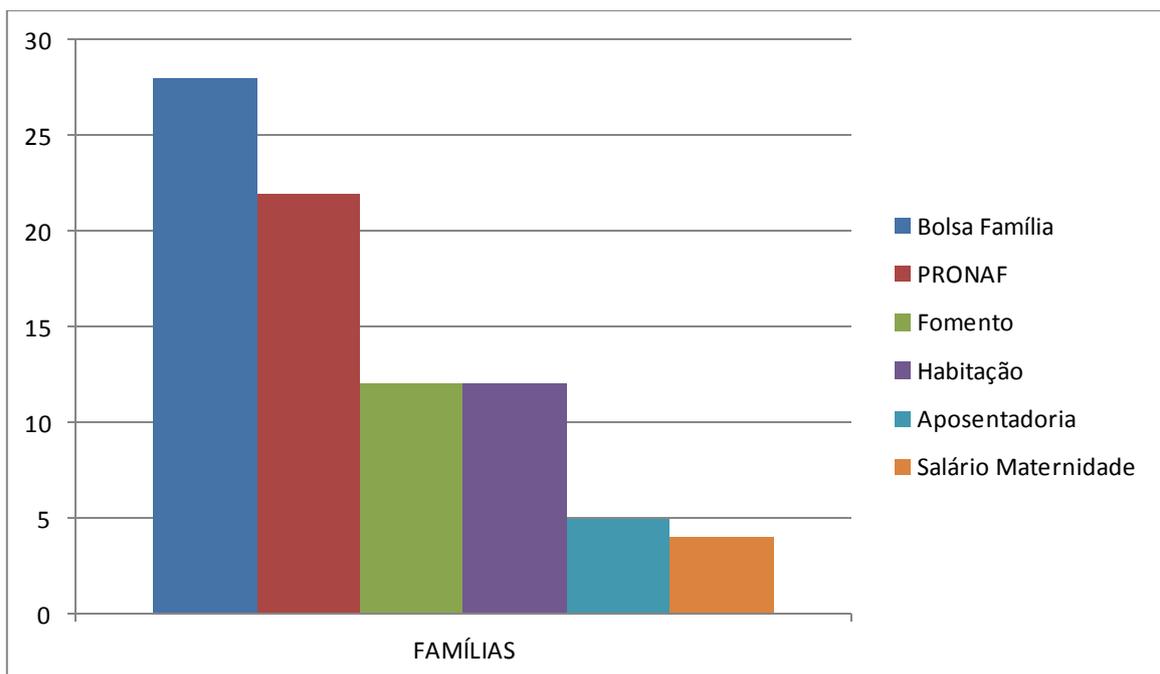
4 AS IMBRICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO PA BOM JARDIM

Não há como negar as profundas transformações que a nova postura estatal, com a implementação de inúmeras políticas de desenvolvimento, desencadeou nos espaços-vividos dos agricultores familiares e na forma de vida daqueles que nele se reproduzem.

Com os novos contornos da política do governo federal, a agricultura familiar passa a ter garantido recursos tanto na regularização fundiária como nas atividades agropecuárias e de assistência técnica. Sem contar também com o relativo investimento de capital direcionado aos assentamentos rurais via programas de financiamento e transferência de renda.

De acordo com as entrevistas, o benefício do governo de maior incidência entre as famílias do assentamento Bom Jardim é o bolsa família, seguido pelo PRONAF, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Tipos de financiamento e quantidade de famílias contempladas.



Fonte: Trabalho de Campo, Clarissa Santos (2010)

Dessa forma, com esse novo contexto, o que se percebe nos espaços-vividos dos agricultores é uma gama de novos rebatimentos em sua esfera doméstica que se tem refletido até mesmo em uma recomposição nos modos de vida das famílias agricultoras em função desse novo campo de possibilidades. Acredita-se, então, que a construção de novas realidades impõe redefinições tanto nos costumes, quanto nas tradições de um determinado grupo social.

Em função disso, a questão que se coloca neste momento é a de tentar compreender se na construção do projeto de vida das famílias agricultoras do PA Bom Jardim ocorre o processo de mediação entre a esfera governamental e a esfera doméstica de ação, pois deve-se compreender até que ponto os projetos de vida das famílias agricultoras, dentro desse novo campo de possibilidades, têm sido mediatizados pelas políticas governamentais ou se estes indivíduos, a partir de suas diferentes lógicas de ação, têm dado novos significados às atuais diretrizes estatais. Nesse sentido, viabilizando a possibilidade de construção de uma ação pública que, grosso modo, seria a ação desencadeada a partir de um processo de reflexão dos indivíduos que se deparam com diferentes ações governamentais e que, partindo de suas múltiplas lógicas de ação, não só incorporam as diretrizes externas no processo da socialização comunitária, mas, sobretudo, resignificam tais diretrizes a partir de seus quadros de referências, possibilitando assim a construção de uma socialização societária.

Dessa maneira, o debate acerca de uma possível emergência de indivíduos que se colocam enquanto sujeitos no bojo dessa nova dinâmica se revela como indispensável dentro da presente pesquisa. Dessa maneira segue-se uma breve construção teórica do que se entende a respeito do debate sobre a construção do sujeito.

Para um debate em torno da ideia de sujeito, propõe-se uma reflexão a partir dos escritos de Alain Touraine (2002) e François Dubet (1996), os quais defendem a ideia de que o indivíduo passa a ser sujeito quando consegue realizar uma reflexão crítica a partir do que lhe é imposto pela sociedade enquanto norma, valores e papel, nesse movimento vai-se construindo uma distância crítica que irá definir a autonomia dos atores, tornando-os sujeitos, já que os atores não podem se manter enclausurados em seus papéis.

Diante das reflexões defendidas pelos autores supracitados, pode-se afirmar que a ideia de sujeito é antes de tudo contestadora, pois ser sujeito de sua própria história requer um movimento de contestação ao papel social previamente definido para os indivíduos, como fica claro no seguinte enunciado:

O sujeito não é reflexão sobre o Si-mesmo e sobre a experiência vivida; ao contrário ele se opõe ao que tentamos chamar primeiramente de papéis sociais, e que na realidade é a construção da vida social e pessoal pelos centros de poder que criam consumidores, eleitores, um público, pelo menos enquanto oferecem respostas às demandas sociais e culturais. (TOURAINÉ, 2002.p.247)

Nessa conjuntura é coerente afirmar que o sujeito é o autor de Si-mesmo e nas palavras de Touraine (2002, p. 248) “[...] ele é um modo de construção da experiência social.” Tal ideia é também claramente encontrada nos escritos de Dubet (1996), quando este afirma que, no pensamento clássico da sociedade, o indivíduo é o produto de uma socialização que

visa à incorporação de valores e de condutas socialmente adaptadas ao funcionamento da sociedade. Porém, enquanto contestação, o autor afirma que não se defende mais o papel social do indivíduo, mas sim a autenticidade e identidade do sujeito, a afirmação de si e o desejo de ser autor de sua própria vida, produzindo ao mesmo tempo a sua ação e o sentido de sua existência.

Nessa reflexão o indivíduo se destacaria pela capacidade de distanciamento em relação ao sistema e pela sua capacidade de iniciativa e de escolha. Sendo assim os indivíduos constroem um trabalho reflexivo em que julgam suas experiências e as redefinem de acordo com as suas múltiplas lógicas de ação e com o atual contexto vivenciado por ele.

François Dubet (1996), em sua sociologia da experiência, defende claramente que existe uma pluralidade de lógicas de ação que influenciam nas tomadas de decisões dos indivíduos, contrapondo claramente a ideia de um único foco de interesse (econômico) que direcionaria os atores sociais em suas escolhas, valores e objetivos. Reforçando, assim, que os diferentes grupos sociais, a partir de seus, diferentes esquemas de pensamento, constroem o seu espaço-vivido direcionados não somente por um único viés, mas por uma pluralidade de lógicas de ação presente nas experiências sociais.

Para este autor, é preciso construir uma análise mais abrangente no que se refere aos sistemas que influenciam as tomadas de decisões dos grupos sociais. Para isto deve-se partir da experiência social dos indivíduos para minimamente compreender-se o que está por trás das diferentes maneiras de construir os espaços-vividos.

Dubet (1996) define a experiência como um objeto sociológico e para ele a experiência é vista como:

[...] uma combinatória de lógicas de ação que vincula o ator a cada uma das dimensões de um sistema. o ator deve articular estas lógicas de ações diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade.(DUBET, 1996, p.107)

Nessa perspectiva, a experiência social se apresenta como mecanismo capaz de dar um sentido às práticas sociais. Pois ela designa as condutas sociais e coletivas dominadas pela heterogeneidade de seus princípios construtivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir os sentidos de suas práticas no meio dessa heterogeneidade. Dubet (1996) afirma que o “conjunto social” é uma justaposição de três tipos de sistema: comunidade, mercado e sistema cultural. Cada um desses sistemas tem uma lógica própria (integração, estratégia e subjetivação), sendo assim a experiência social vai ser um reflexo da articulação entre essas três lógicas diferentes. O quadro a seguir apresenta uma breve descrição dessas três lógicas de ação.

Quadro 04 - Lógicas de ação



Lógicas de ação Critérios	Integração (Comunidade)	Estratégia (mercado)	Subjetivação (lógica cultural)
<i>Identidade do ator</i>	Adscrição Estratégia: interiorização de valores e modelos culturais institucionalizados através de papéis ? identidade integradora como fim	Status Estratégia: regulação dos intercâmbios sociais (regras do jogo) ? identidade = recurso – meio para atingir fins	Engajamento (na construção do sujeito) Estratégia: distanciamento crítico ? identidade = procura inacabada para ser autor da sua própria vida
<i>Natureza das relações sociais</i>	Oposição (em relação a quem não é da comunidade) Eles/nós; conformidade/desvio; in/out.	Concorrência Rivalidade de interesses ? interdependência (quem sai do jogo é um perdedor)	Obstáculo à expressão da subjetividade, ao reconhecimento ? conflito = luta contra a alienação e a dominação, tornando o ator sujeito
<i>O que fundamenta a ação dos atores</i>	Valores como fim Cultura entendida como fundamento da identidade	Poder (estratégia para influenciar os outros) ? mobilização racional	Crítica social Cultura como definição do sujeito, como criatividade
<i>Tipos de explicação da sociedade (Sistema de referência)</i>	Visão clássica Continuidade das identidades e estabilidade das condutas sociais (adesão a expectativas sociais interiorizadas) → denúncia das condutas de “crise”	Sociologia da ação estratégica Visão liberal da sociedade: procura de equilíbrio numa sociedade “aberta” à concorrência. → denúncia da sociedade “bloqueada”.	Sociologia do sujeito e da ação A crítica como condição de construção das experiências sociais (criatividade e autonomia) → denúncia da alienação
<i>Conceito – chave</i>	Vínculos (identidades culturais)	Interesses (racionalidade instrumental)	Atividade crítica (ação política)

Espaço-vivido= Lugar da Experiência Social

Fonte: Dados elaborados a partir da obra de Dubet (1996)
In :Waltier, 2003.

Diante disso, Waltier (2003, p. 15) afirma que “a experiência social é a atividade, o trabalho pelo qual o indivíduo pode construir uma identidade social, quando articula as diversas lógicas de ação nas quais ele está engajado.”. Porém vale ressaltar que nesse movimento há o desenvolvimento de tensões entre as diferentes lógicas de ação. Sendo assim o trabalho do ator neste contexto é justamente ir definindo as suas afinidades e os seus vínculos dentro deste quadro de tensão. Em suma, é o ator que articula as diferentes dimensões da ação, procurando dar sentido às suas próprias práticas reconstruindo assim a sua própria identidade.

Para este autor é preciso construir uma análise mais abrangente no que se refere aos sistemas que influenciam as tomadas de decisões dos grupos sociais. Para isto deve-se partir da experiência social dos indivíduos para minimamente compreender-se o que está por trás das diferentes maneiras de construir os espaços-vividos.

Partindo das reflexões acima desenvolvidas, percebe-se que, no caso do assentamento estudado, a questão da experiência social vista como instrumento essencial no que se refere à construção das práticas sociais cotidianas desenvolvidas pelos agricultores se materializa claramente ao analisarmos a dinâmica em torno da construção do grupo da farinha. Pois mesmo com o grande incentivo das políticas de crédito para a inserção em outras atividades que se apresentam mais rentáveis, como, a criação bovina, existem aqueles que, partindo de suas antigas experiências e trajetórias sociais, decidem por reproduzir antigas estratégias de reprodução social alicerçada na produção da mandioca.

A situação está explicada pelo fato de que, ao se reterritorializarem em outros espaços e ao perceberem este enquanto um lugar de projeto, os agricultores familiares revivem suas experiências da memória e, num processo de interface com o novo quadro de significados e possibilidades. Eles adquirem novos conhecimentos e assim vão construindo e reconstruindo novas formas de ver e viver o campo.

De acordo com as entrevistas realizadas em campo, existem inúmeros motivos que levam os agricultores a preferirem o trabalho com a mandioca ao invés do gado, pois segundo eles próprios as principais vantagens na produção da mandioca é que ela consome menos espaço que o gado, tem uma ótima inserção no mercado e também possibilita a construção de um espaço de sociabilidade, pois como já foi evidenciado no capítulo anterior foi somente a partir da consolidação do grupo da farinha que alguns agricultores puderam rever antigos parentes que agora vêm até mesmo do nordeste para o assentamento a fim de trabalhar na produção da farinha.

“Agente continuou com o trabalho da farinha porque agente já tinha uma experiência antes com essa lida, e o gado agente nunca teve nem uma cabecinha, e também pra ter o gado tem que ter muita terra, já a mandioca não. Outra coisa também é que aqui no Pará sempre tem quem compre a farinha, todo dia tem farinha na mesa do peão e assim agente vai conseguindo algum dinheirinho, sem contar que é uma festa só, lá na casa da farinha... lá é a hora de encontrar aquele parente distante, de lembrar das histórias de sofrimento vivido lá no Maranhão... é o lugar de matar a saudade... (Dália, 56 anos)

As estratégias de reprodução social apropriadas pelas famílias agricultoras não se limitam unicamente ao campo econômico, mas, sobretudo a lógicas de ação que partem de suas antigas experiências sociais e de seus laços culturais, e por que não dizer também afetivos? Por exemplo, a experiência vivida na construção da farinheira e outros exemplos, como o da seguinte agricultora, que para nós representam traços de uma socialização comunitária:

“Então eu prefiro fazer aquilo que me dá gosto porque não adianta eu tentar ficar fazendo uma coisa que eu não gosto se não, não vai dar nada certo, então eu prefiro continuar com o trabalho de roça que é o que eu realmente gosto de fazer. Então deixa o gado pra esse pessoal que sempre quis trabalhar com ele. Eu já tô muito satisfeita com o que eu faço, acho que só tá faltando mesmo eu ir morar lá no meu lote pra tudo ficar do jeitinho que eu sempre sonhei. Quando isso acontecer, aí sim eu vou ser uma mulher muito feliz e satisfeita, porque eu vou tá fazendo o que eu quero e morando onde eu quero.” (Jasmim, 44 anos)

Porém esta relação não é unânime dentro do assentamento, segundo SILVA (2009, p. 59):

Na verdade, a maioria das atividades produtivas sugeridas para financiamento é exógena as famílias ou ainda estão limitadas às convicções profissionais dos próprios técnicos responsáveis pelo acompanhamento do assentamento. Mesmo com a possibilidade de reverter à dinâmica de fronteira, a pecuária bovina ainda predomina nas propostas submetidas junto às agências bancárias.

Dessa forma agricultores como seu Linho que mesmo não tendo nenhuma experiência passada com a criação de gado e acreditando que teria de fato uma assistência técnica efetiva para estar lhe auxiliando no decorrer da atividade, retirou o crédito do PRONAF para o gado e, segundo ele mesmo, só teve prejuízos, pois o gado que veio para ele era de baixa qualidade e logo depois um animal ficou doente e pelo medo de acabar perdendo toda a criação resolveu vender o gado e dar o que conseguiu para pagar parte da dívida e hoje se encontra com o nome “sujo” e sem nenhuma cabeça de gado.

“Eu sempre tive o sonho de ter a minha própria criação de gado, sabe? E quando eu vi a oportunidade com o governo, eu não pensei duas vezes... Mas me arrependi, o gado que veio pra mim era só bucha, não valia nada, teve até um que morreu logo e a assistência técnica abandonou agente aqui a Deus dará, então, eu vendi logo tudo, tava com medo dos bicho morrerem tudinho, com o dinheiro paguei parte da dívida e o resto até hoje não consegui pagar, pra mim foi só prejuízo.” (Linho, 61 anos)

Entende-se então que a experiência social é a atividade pela qual cada um de nós constrói uma ação cujo sentido e coerência não são mais dados por um sistema homogêneo e por valores únicos. Pois a experiência é como uma combinatória de lógicas de ação que vincula o ator a cada uma das dimensões do sistema de acordo com seus interesses e objetivos próprios. Dessa forma percebe-se que os atores sociais constroem suas experiências em cima dos sistemas previamente definidos, porém os mesmos têm a capacidade de uma ação reflexiva de construção crítica do real, no qual os indivíduos passam a julgar suas experiências e as redefinirem. Em suma a partir do estranhamento em relação ao sistema e do distanciamento e por este questionamento ele vai se constituindo enquanto sujeito, evidenciando assim o processo de construção da autonomia.

Antes de adentrarmos propriamente no debate acerca das possíveis mediações existentes entre a esfera governamental e a esfera doméstica de ação acredita-se ser de extrema relevância o entendimento do que vem a ser mediação, na proposta da presente pesquisa. Para nos auxiliar nessa construção teórica lançamos mão dos escritos de Neves (1999) e (2008).

A autora supracitada entende que o processo da mediação não pode se limitar à noção de passagem, pois vai muito além, sendo entendido como uma articulação/intercomunicação. Nas palavras da autora a mediação é *“a integração do homem a universos de significações específicas”* (p.21), *“é a interligação de mundos diferenciados”* (p.22). Ou seja, a mediação nesses moldes seria encarada como uma espécie de elo no processo da união de mundos diferenciados, mundos estes que não perdem a sua especificidade no momento da intercomunicação, mas num rico movimento, criam e recriam identidades sociais dentro desse campo de lutas.

Corretamente o termo mediação alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso. Portanto, refere-se à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e forma de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas. Equivale a institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo relações sociais estruturadas por interações que agregam redes de interseção.

Envolve, por fim, engajamentos e mobilização de segmentos selecionados para reordenação de modos de conduta e visão social de sua posição. (NEVES, 1999, p.5)

Vale ressaltar que como se trata de uma interação entre diferentes universos de significações o processo da mediação perpassa pela construção de um *campo* (Bourdieu, 1996), o qual se define por um espaço não só de construção de alianças, mas, sobretudo de disputa. Enfim, a mediação é o movimento das múltiplas contradições que envolvem tanto reciprocidade, quanto dominação. Tal reflexão é claramente explicitada nos escritos de Simões (2002), ao analisar o conceito de mediadores como:

Agentes que se constituem no seio do processo de desenvolvimento no campo de forças, processos estes reveladores do que está em jogo, dos diferentes interesses, dos conflitos e das negociações que se estabelecem. Deriva daí, a emergência da prática da mediação, sendo que os agentes podem pertencer a qualquer um dos campos identificados, dependendo dos diferentes interesses em jogo. (SIMÕES, 2008, p. 125)

Então para a análise de uma possível interação entre a esfera governamental e a esfera doméstica dentro do lócus da pesquisa, deve-se partir do entendimento de que o movimento da mediação, antes de qualquer coisa, envolve relações de poder, se apresentam também na sua escala mais micro de ação – micro-poder - (FOUCAULT, 1990), em que existem formas variadas de exercício de poder. Sendo assim até mesmo as relações mais corriqueiras do cotidiano podem expressar relações de poder.

Para Foucault (1990), o poder não está limitado ao aparelho Estatal como órgão central e único de poder, pois para ele existem também formas de exercício de poder diferentes do Estado e que a ele estão articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz. Em suma, para o autor o poder não pode ser visto como coisa/ objeto que está localizado em determinado ponto específico da estrutura social.

O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. [...] Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde. (MACHADO IN FOUCAULT, 1990, p. 14)

Nessa perspectiva o processo de mediação deve ser entendido como uma articulação complexa através da qual os vários atores sociais em jogo utilizam-se de diferentes

mecanismos de poder a fim de se colocarem na trama social, defendendo seus diferentes interesses em jogo, mas sem perderem as suas especificidades.

No que se refere à existência de uma interação entre a esfera governamental e a esfera doméstica de ação na elaboração dos projetos de vida da família agricultoras do PA Bom Jardim, percebe-se que, em virtude dos novos campos de possibilidade desencadeados pelas inúmeras políticas de desenvolvimento pensadas para a região do sudeste paraense, os agricultores tiveram a possibilidade de criar novas estratégias de reprodução social, partindo do novo contexto no qual estão inseridos.

Dessa forma, os projetos de vida das famílias agricultoras assentadas no PA Bom Jardim pautados no sonho da conquista de um pedaço de chão no qual pudessem reproduzir-se socialmente, enfim tornaram-se plausíveis em virtude da intensificação das políticas de regularização fundiária desencadeadas pelas constantes mobilizações sociais no campo. Nesse sentido, afirma-se que houve uma interação entre a esfera governamental e a esfera doméstica na consolidação do projeto de vida dos agricultores em conquistarem a tão sonhada terra de trabalho e de morada. Pois, como se sabe, a região do sudeste paraense concentra o maior número de assentamentos criados nacionalmente.

Outro exemplo em que se pode perceber uma certa imbricação entre as duas esferas para a consolidação de um projeto dos agricultores é o desejo de algumas famílias em se estabelecer, a longo prazo, em um determinado lugar, uma vez que estas percebem o constante processo migratório como um problema, diferentemente daquelas experiências analisadas por Félix(2008) em que os agricultores utilizam a prática da mobilidade espacial como uma estratégia de sobrevivência. Os desejos dos agricultores do PA Bom Jardim puderam ser contemplados em virtude do crescimento da regularização fundiária com a criação de novos assentamentos e pelos projetos de incentivo à agricultura familiar.

*“Eu já tava cansado de tanto tá correndo esse mundo a fora, já tava mesmo querendo me aquietar, achar um lugar pra fazer minhas coisas, mas só que não é nada fácil encontrar um lugar bom pra morar...então eu ainda rodei muito por aí até achar essa terra aqui. E agora tô realizando o meu sonho aos poucos, já tenho até um lote que é meu! Acho que vai ser aqui mesmo que eu vou criar raiz.”
(Copo de Leite, 55 anos)*

A interconexão entre o governamental e o doméstico também pode ser identificada no contato com a escola pela maioria dos filhos dos agricultores, cujo os pais, em sua maioria, são analfabetos e apresentam em suas histórias de vida muita dificuldade em seus locais de origem, muito maior, no que se refere ao acesso à educação.

Nesses moldes existem famílias que tiveram como um dos requisitos básicos para migrarem para o Assentamento Bom Jardim a “facilidade” do acesso à educação. Pois como já evidenciamos anteriormente o assentamento possui duas escolas, uma de ensino básico de 1ª a 4ª séries e outra de ensino fundamental até a 8ª série.

Fizemos questão de colocar a palavra facilidade entre aspas, pois tivemos a oportunidade de acompanhar algumas crianças no trajeto percorrido todos os dias, de casa até a escola. Percebemos, então, que muitas crianças, na maioria as que moram nos lotes, andam cerca de 10 km todos os dias para poderem ter o direito de sentar-se em uma sala de aula. Se não bastasse o sacrifício feito por aqueles pequenos ao percorrerem longas distâncias, ainda contam, em períodos de chuvas com constantes “atoleiros” e com a própria configuração do terreno que na sua maioria é repleto de aclives e declive.

“A gente decidiu vir pra cá porque lá de onde agente veio, a escola era muito difícil, a minha menina tem 12 anos e só agora é que tá na quarta série, pois lá tinha tempo que estudava e outro que não estudava porque a escola é muito mais longe então no inverno quando tinha carro pra buscar não chegava até lá e pra piorar lá só tem até a quarta série, então decidimos vir pra cá pois a escola vai até a oitava série então agente teve que caçar um lugar com a escola mais fácil pras crianças. Então apesar de aqui eles também terem que andar por horas pra chegar na escola, eles vão poder ter um estudo mais elevado do que lá. Sabe como é né? Depois que agente casa e arruma menino não dá mais pra ficar pensando só na gente, tem que pensar neles em primeiro lugar. E eu já sofri bastante nessa vida, então não quero o mesmo pros meus filhos, então o que eu poder fazer pra eles estudarem eu vou fazer. Foi por isso que eu vim pra cá.” (Grampoula, 31 anos)

Dessa forma com o programa de educação no campo, desenvolvido pela esfera governamental de ação, mesmo reconhecendo suas limitações, reconhecemos também que esta iniciativa propiciou aos que se reproduzem no espaço agrário brasileiro maior possibilidade de acesso à educação, contribuindo assim para a consolidação, e não para a construção, dos projetos das famílias agricultoras de verem seus filhos conquistando um direito que aos pais fora negado.

Também se pode perceber uma imbricação entre essas duas esferas de ação, quando se analisa a recomposição desencadeada nos modos de vida das famílias agricultoras dentro do assentamento em virtude de todo esse novo quadro que se colocou, a partir da década de 90 para a agricultura familiar. Em virtude do acesso ao crédito habitação, percebeu-se uma mudança nos modos de habitar dos agricultores locais, mudou-se a configuração da estrutura das casas que anteriormente ao crédito eram na sua maioria feitas de taipa com cobertura de palha. Agora o que se vê são casas construídas em madeira com o piso de cimento.

Porém o que se tem percebido é a justaposição de dois modelos na forma de habitar, pois mesmo com o acesso a casas de melhor qualidade para a sua sobrevivência, as famílias agricultoras têm mantido antigos hábitos que fazem referência a um modo específico de vida, como, a manutenção nos fundos da nova casa, de um espaço da residência antiga destinado para a localização do fogão a lenha que ainda representa um elemento constitutivo da identidade local. Como revelam as fotos a seguir:

Figura 23 - Justaposição de dois modelos na forma de habitar



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Figura 24 - Cozinha de barro mantida junto a nova casa



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Em suma, este exemplo é a materialização da justaposição de duas lógicas diferentes que não se anulam, ao contrário, complementam-se para trazer novos rearranjos na configuração da paisagem rural. Mostrando assim que existe uma inter-relação entre os lugares e as pessoas, pois, na medida em que os lugares se transformam, os indivíduos que neles se reproduzem também passam por profundas transformações no seu modo de ver e de se relacionar com o meio.

Nessa perspectiva acredita-se que há a possibilidade da construção de relações com diversas esferas, tanto com a esfera comunitária, quanto com a societária, pois ao reproduzirem antigas lógicas de produção como as baseadas em práticas de ajuda mútua, como os mutirões, por exemplo, o grupo social lança mão da relação comunitária, porém quando este se projeta para uma escala externa, mais precisamente na relação com o mercado, este agora está tecendo relações ditas societárias.

Então acredita-se que os projetos de vida das famílias agricultoras não necessariamente são determinados pela esfera governamental, pois, o que se percebeu com o trabalho de campo no assentamento Bom Jardim, foi que muitas das situações possibilitadas pela escala governamental já se apresentavam como projeto de vida para as famílias agricultoras, como, encontrar um lugar de trabalho e morada, ter acesso à educação para os filhos, conseguir casas com melhor qualidade e se inserir na atividade da pecuária. Sendo, assim, as políticas públicas só facilitaram o acesso a questões que já se revelavam nos anseios dos homens e mulheres do campo.

Partindo desses pressupostos, acreditamos que, ao receberem uma política de desenvolvimento, os agricultores, usando de sua racionalidade que podem ser múltiplas dependendo do contexto, têm a possibilidade de criarem suas próprias estratégias e de se colocarem como atores sociais ativos no processo de construção de seu espaço-vivido. Indo mais além, ao refletirem sobre sua própria condição e buscando ser autor de sua própria história, os agricultores se apresentam também enquanto sujeito que podem assumir, no campo de forças, seu próprio destino.

Nesse viés acreditamos que no processo de transformação do lugar do cotidiano em um lugar de projeto, os indivíduos que vivem essa dinâmica transformam-se em sujeitos-lugar o que nada mais é do que aquele indivíduo que se percebe enquanto parte do lugar de vivência e, conseqüentemente, como um porta-voz que luta por transformações mais profundas do seu espaço-vivido. Tal ideia parte de uma abordagem que considera o sujeito inseparável de seu

lugar. Como afirmou Sartre (2005); “Sujeito e lugar são inseparáveis: um não existe sem o outro”.

Partindo dessa reflexão, defendemos a possibilidade da construção da seguinte dinâmica: ao se identificar com determinado espaço e construir laços de pertencimento com o mesmo, o indivíduo produz o seu lugar, e, ao projetar para este lugar a reprodução social sua e de sua família a longo prazo, eis que surge a consolidação do lugar de vivência em lugar de projeto e, completando esse movimento, surge então a possibilidade, a partir do processo de emancipação, de o indivíduo se transformar em um sujeito-lugar.

No trabalho de Sartre (2005), podemos encontrar essa grande importância da construção de laços de pertencimento com o lugar, para que de fato os indivíduos possam se constituir enquanto sujeitos que refletem sobre sua própria condição. Segundo este autor, “A identificação com um lugar de vida é um dos fatores mais importantes da emergência do sujeito”. (SARTRE, 2005, p.119)

É também enquanto sujeito-lugar que o indivíduo constrói, a partir de um movimento de ressignificação das deliberações externas e de seu quadro de possibilidades, condições favoráveis para a sua reprodução social e de sua família. Dessa forma, acreditamos que o sujeito-lugar é o indivíduo que constrói, no seu próprio mundo, um lugar que é o dele, esse indivíduo também é aquele que manifesta o seu caráter ativo de quem não só consome a sociedade mais também a produz e transforma.

*“O que tá sendo muito ruim agora é que tão dizendo que agente não pode derrubar mais nem um metro de mata por causa da preservação. Mas é difícil porque foi o próprio governo quem incentivou a criação do gado agora ele quer punir quem seguiu as ordens deles, aí fica complicado. **É por isso que a gente tá tentando pensar em outros meios de sobrevivência.** Nós da associação estamos conversando a respeito da possibilidade da criação de peixe, a piscicultura, porque agente já tem uma represa ali que só é melhorar. Então agente vai poder ter a outra atividade que não vai agredir o meio ambiente e ainda vamos poder ganhar dinheiro com isso, porque peixe quase todo mundo gosta, é bem aceito no mercado. Outra saída também pode ser a de plantar hortaliça e tentar ganhar o mercado da escola pra merenda escolar dos alunos, mas a gente acha um pouco difícil porque desde esse ano a merenda é por conta de uma empresa terceirizada.” (Cravo, 54 anos)*

A fala acima é uma pequena expressão do que estamos entendendo por sujeito-lugar, uma vez que, ao se depararem com as novas indicações da esfera governamental, pautadas no discurso da sustentabilidade, os próprios agricultores que percebem o espaço-vivido enquanto lugar de projeto criam e recriam novas possibilidades e estratégias que garantam a reprodução social sua e de sua família.

Nessa dinâmica, como já foi evidenciado no capítulo anterior, as práticas coletivas são percebidas pelos próprios agricultores como estratégias viáveis e indispensáveis para a construção do processo de consolidação do espaço-vivido como lugar de projeto. E é justamente nesse movimento de união que se pode perceber mais claramente a emergência do que aqui estamos entendendo por sujeito-lugar, pois, ao se perceberem também responsáveis e, sobretudo capazes de contribuir ativamente no processo de desenvolvimento do seu lugar, as famílias agricultoras lançam mão de práticas coletivas que os colocam dentro desse movimento.

“Eu acredito se cada vez mais pessoas se unissem seja pra qualquer atividade a tendência é a melhoria ainda mais do lugar e com certeza da nossa situação que vive aqui dentro. Porque eu acho assim que se o lugar melhora também a nossa vida melhora, é como se fosse uma coisa só. Então eu acredito que a luta tem que ser uma luta de todos e não uma luta sozinha.” (Cravo, 54 anos)

“Eu vivia metido nessas coisas da comunidade porque eu sempre acreditei que se agente quer a nossa melhora então agente te que correr atrás dela, não adianta só reclamar e ficar de braços cruzados. Então eu sempre me envolvi em tudo que dava por que eu acho que somos nós também que temos que lutar pela melhora do nosso lugar, então eu fiz o que eu pude e até o que eu não podia eu tentei fazer.” (Narciso, ex. presidente da associação)

Dos 45 entrevistados, 28 disseram não ter projeto de sair do assentamento, 12 apresentaram vontade de migrar e 5 não souberam se posicionar. Dessa forma, ficou evidente que a maioria dos agricultores tem a percepção do PA Bom Jardim como um lugar de projeto em longo prazo e conseqüentemente é expresso o desejo de também poder contribuir com a possibilidade de melhora do seu espaço-vivido.

“Eu só entrei na associação porque eu tenho a ideia de viver aqui nesse lugar até os últimos dias da minha vida, então eu tenho mais é que fazer de tudo pra conseguir contribuir com a melhoria aqui de dentro. O que tiver acontecendo e que for pra melhorar a nossa condição de sobrevivência aqui eu topo fazer, eu sou o primeiro a me levantar pra ir roçar a estrada no mutirão, porque se não for agente quem é que vai fazer?” (Lírio, 63 anos)

Nas entrevistas em que não se manifestou o desejo de consolidação do espaço-vivido, como lugar de projeto, constatou-se também que estas pessoas, na maioria das vezes, não participam de nenhum tipo de atividade coletiva dentro do assentamento, pois, como elas não têm a pretensão de continuar vivendo no PA, não consideram importante se envolver nas práticas que, para eles, são de responsabilidade só de quem quer continuar vivendo no assentamento.

“Eu não quero ficar morando aqui por muito tempo... não gosto daqui. Vim só porque eu fiquei grávida e tive que vir com ele, porque a mãe dele conseguiu uma casa aqui na vila do assentamento, mas eu já quero ir embora... quero ir pra perto dos meus parentes, aqui eu não tenho ninguém. E ainda mais agente não tem nem roça pra ter de onde tirar o sustento. Então como eu já vou embora, se Deus quiser, não quis me envolver nesses negócios da associação, isso é pra esse pessoal que gosta daqui e não vai embora, eu não.” (Amélia, 15 anos)

No caso específico acima, com uma observação mais atenta, percebeu-se que são múltiplos os motivos que levam uma pessoa a não querer permanecer em determinado lugar e assim não se envolver diretamente com as práticas coletivas desenvolvidas dentro de determinado local.

Os fatores que contribuem para o não desejo de permanecer no assentamento, como foi explicitado na fala da entrevistada acima, não se limitam apenas a sofrimentos ligados as condições físicas precárias vividas dentro do assentamento, mas também aos sofrimentos de ordem simbólica, como, a separação das redes familiares. Estar distante dos seus, ainda mais na fase da adolescência e com um filho recém-nascido, revela-se como uma situação um tanto quanto difícil, para alguns até mesmo insustentável. Neste caso específico, percebeu-se que existem fatores de ordem conjugal que contribuem para que a entrevistada se sinta insatisfeita no lugar, pois ela acaba projetando para o atual lugar de vivência toda a sua insatisfação pessoal. Nem sempre é o lugar que necessariamente se apresenta como ruim para as famílias mas sim as experiências pessoais vividas nele é que acabam caracterizando o lugar como bom ou ruim.

Outro fator que também se tem revelado, como decisivo no que se refere ao desejo de permanecer ou não dentro do assentamento, é o fato de alguns moradores não possuírem um lote dentro do PA. Na maioria das entrevistas em que os agricultores não percebiam o atual espaço-vivido como um lugar de projeto, o fato de não ter um lote para trabalhar se revelava como um dos principais motivos da vontade de migrar, como fica explícito na seguinte fala:

“Acho que não tem sentido ficar dentro de um lugar como esse se você não tem terra de onde tirar o sustento. Aqui não tem outra maneira de sobreviver se não for da sua própria força dentro da sua própria terra. Quem não tem terra, passa maior sufoco aqui dentro, tem que tá contando com a bondade alheia, porque emprego nunca que tem aqui... o de comer tem que vir do lote. Então como é que vivi sem lote? É por isso que eu já tô caçando um outro lugar pra ir embora. Não dá mais pra ficar aqui desse jeito. O campo é pra quem sabe e tem terra pra trabalhar.” (Cravina, 44 anos)

Não devemos deixar de pontuar que os motivos mais recorrentes que levam as pessoas a sentirem o desejo de migrar para outros espaços ainda continuam sendo as péssimas condições de sobrevivência vivenciadas dentro de assentamentos de reforma agrária, pois na maioria das vezes o que se tem percebido é somente o processo de regularização fundiária, mas que estes espaços continuam sendo caracterizados por uma precária infraestrutura básica, pela dificuldade e até inexistência de acesso a bens e serviços, e por que não dizer por condições subumanas de sobrevivência. As famílias agricultoras, sejam qual for o tempo e o espaço vividos por elas, não necessitam apenas de um pedaço de chão para sobreviverem, mas de uma gama de outros fatores que possibilitem minimamente a sua reprodução social e dignidade humana.

Neste sentido defendemos a necessidade e a importância de os agricultores se perceberem como “peças” fundamentais no quebra cabeças do desenvolvimento local, pois como já explicitamos anteriormente, ao se perceberem parte do seu lugar e também responsáveis pelas conquistas para o seu espaço-vivido, os indivíduos vão-se constituindo enquanto sujeito-lugar e, assim, criam estratégias que possibilitem a concretização de transformações mais profundas e significativas para o seu lugar de morada.

Dessa forma afirmamos que o melhor caminho, para a construção de políticas de desenvolvimento que sejam realmente significativas e transformadoras para situação social em que se encontram os agricultores do sudeste paraense é o da construção de ações que partam de uma perspectiva endógena, em que se possibilite a emergência de sujeitos autônomos que sejam capazes de refletir a respeito da posição que ocupam na dinâmica do desenvolvimento de seu espaço-vivido. A importância dada a perspectiva do sujeito é claramente defendida por Sartre (2005, p. 121):

Mas é justamente por meio dos problemas e dos desafios enfrentados pelos especialistas do desenvolvimento local que se pode ver que a preocupação com o sujeito não é um luxo para intelectuais; constitui uma base essencial na qual se assentam as ações de desenvolvimento local.

Entretanto gostaríamos de deixar claro que reconhecemos as limitações que envolvem esse processo de construção do sujeito-lugar, pois como já mencionamos anteriormente pensar na construção de sujeitos é automaticamente falar em contestação, ou seja, em conflito. Não é de hoje que sabemos que todo e qualquer movimento que ande em direção de mudança tende a ser instantaneamente embargado por aqueles que lutam justamente para que as situações continuem a se reproduzir da mesma forma em que estão colocadas.

Outro fator limitante é a recorrente forma de se pensar o desenvolvimento, principalmente quando se refere ao espaço rural, pois, na maioria das vezes, as políticas criadas com este fim não refletem as reais demandas dos agricultores, uma vez que são deliberações totalmente alheias às realidades vividas por esses homens e mulheres. Dessa forma tais políticas têm servido muito mais para a perpetuação de relações sociais de dominação, como, o clientelismo e o paternalismo, do que como instrumento de libertação.

Concluimos, então, que os projetos de vida das famílias agricultoras são construídos baseados, principalmente, nas múltiplas privações sofridas ao longo de suas trajetórias de vida, que também são reflexos de múltiplas lógicas de ação dos indivíduos. Dessa forma as políticas públicas não aparecem como determinantes na construção desses projetos, pois se apresentam muito mais como facilitadoras ao acesso de serviços que sempre se fizeram presente nos anseios dos homens e mulheres do campo, do que propriamente como construtora de novas perspectivas.

4.1- O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

A partir dessas reflexões e como um contraponto ao que está colocado, propomo-nos a trabalhar o conceito de desenvolvimento defendido por Amartya Sen (2000), pois entendemos que este autor avança no debate acerca da superação da noção de desenvolvimento somente como índices econômicos. Para ele o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam, em que o crescimento do poder aquisitivo é visto somente como mais um dos elementos que possibilitam a expansão das liberdades humanas, juntamente com outros determinantes como as disposições sociais e econômicas, e os direitos civis.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria. (SEN, 2000, p.18)

Assim, para este autor, as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais para este, em que o desejo de acumulação de riqueza quase sempre representa um meio para suprir determinadas limitações como, o acesso à educação de qualidade e a assistência médica digna. Portanto a geração de renda não se apresenta como um fim, mas como um dos meios para o processo de expansão das liberdades humanas.

Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razões para valorizar. (SEN, 2000, p.28)

Fica claro então que a riqueza deve ser entendida como uma possibilidade de garantir a expansão das liberdades substantivas dos homens, longe de ser o único caminho, visto que existem outras variáveis que também influenciam significativamente na qualidade de nossas vidas. É preciso enxergar muito além do puro crescimento econômico. Existem outras variáveis que influenciam e contribuem para o processo de expansão das liberdades humanas. A questão da acumulação ou não de riqueza, num processo dialético, influencia e é influenciado pela privação de outras oportunidades, por exemplo, o baixo nível de renda pode ocasionar o não acesso a uma educação e saúde de qualidade e também esta privação da educação e saúde pode levar ao baixo nível de renda dos indivíduos. Assim, como afirmou Sen (2000), o desenvolvimento tem que estar relacionado primordialmente à melhora de vida que levamos e às liberdades de que desfrutamos.

Fazendo uma ligação com a experiência vivenciada no trabalho de campo dentro do assentamento Bom Jardim, o raciocínio acima desenvolvido fica bastante claro, quando partimos da fala de alguns agricultores. Ao serem questionados a respeito das principais limitações vividas por eles dentro de seus espaços-vividos, a grande maioria sempre se referiam à falta de emprego como uma das maiores precariedades amargadas cotidianamente. De acordo com alguns relatos, se os agricultores pudessem ter acesso a um emprego, outras possibilidades poderiam ser expandidas, a partir da melhoria de renda desses indivíduos. Por exemplo, teriam mais possibilidades de se locomoverem até outros lugares, a fim de terem suas necessidades de saúde e educação contempladas, já que dentro do assentamento esta é uma questão bastante limitada.

“Aqui dentro tem muita coisa difícil, mas eu acho que a falta de emprego é a pior de todas. Não tem jeito de arranjar emprego aqui dentro, então não tem como melhorar o dinheiro da gente. Eu acho que se agente tivesse um emprego as coisas iam ser melhor, ai o que não tem aqui dentro agente ia poder buscar lá na rua. Sem dinheiro não dá nem pra ir ali na Santa Fé fazer um curativo. Não é nada fácil a vida aqui dentro, não tem muita condição pra viver.”
(Acácia, 46 anos)

Nesse contexto fica bastante compreensível a ideia defendida por Sen (2000), pois além de necessidades econômicas, existem tantas outras necessidades essenciais para a reprodução dos agricultores familiares dentro de um contexto de assentamento rural. Se nos propusermos a um olhar mais atento para dentro do espaço-vivido dos agricultores e de suas

reais demandas, vamos entender que o que se tem reivindicado nada mais é do que aquilo que todo e qualquer cidadão necessita para a sua sobrevivência. Como indica o trecho retirado do diário de campo:

“É surpreendente perceber que nós ditos cidadãos temos a falsa ideia de que os moradores do campo apresentam necessidades totalmente diferentes das nossas. Com o curto espaço de tempo e com as longas conversas tecidas em campo pude perceber que as principais reivindicações das famílias agricultoras nada mais são do que aquilo que todo e qualquer cidadão necessita para sobreviver: o mínimo de possibilidade de acesso aos bens e serviços básicos à sobrevivência humana.” (Diário de Campo, 2010)

Dessa forma, não cabe mais continuar defendendo um desenvolvimento territorial rural que se volte unicamente para a criação de território que é percebido somente como um recurso econômico a mais, uma variável que deve valorizar-se para conseguir um bom desempenho econômico e assim aumentar a sua capacidade de competir no mercado. Como já definiu Sen (2000), só se pode pensar na construção de um desenvolvimento, e aqui falamos de um desenvolvimento rural, se juntamente com a liberdade econômica for somada a esta a possibilidade de expansão das outras liberdades humanas, contribuindo, assim para a construção de sujeitos autônomos no processo de tomada de decisão. Ao mesmo tempo em que o indivíduo é influenciado pelo mundo, ele também o influencia.

Expandir as liberdades que temos razões para valorizar não só torna a nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29)

Dessa forma, como afirmou este autor, efetiva-se a condição de agente do indivíduo. Agente aqui no sentido de ser alguém que age e ocasiona mudança, e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos.

Nessa ideia podemos nos referir aos escritos de François Dubet (1996), que em sua sociologia da experiência defende claramente que existe uma pluralidade de lógicas de ação que influencia nas tomadas de decisões dos indivíduos, contrapondo claramente a ideia de um único foco de interesse (econômico) que direcionaria os atores sociais em suas escolhas, valores e objetivos. Reforçando assim que os diferentes grupos sociais, a partir de seus diferentes esquemas de pensamento, constroem o seu espaço-vivido direcionados não somente por um único viés, mas por uma pluralidade de lógicas de ação presente nas suas experiências sociais.

Sendo assim, é preciso construir uma análise mais abrangente no que se refere aos sistemas que influenciam as tomadas de decisões dos grupos sociais. Para isto deve-se partir

da experiência social dos indivíduos para minimamente compreendermos o que está por trás das diferentes maneiras de construir os espaços-vividos.

Nessa reflexão a experiência se coloca como uma combinatória de lógicas de ação que vincula o ator a cada uma das dimensões do sistema de acordo com seus interesses e objetivos próprios. Assim toda experiência social é construída a partir de sistemas anteriormente definidos, entretanto há a capacidade de uma ação reflexiva de construção crítica do real em que os indivíduos passam a julgar suas experiências e as redefinirem. Em suma, a partir do estranhamento em relação ao sistema e do distanciamento e por este questionamento, ele vai se constituindo enquanto sujeito, o que possibilitará o processo de construção da ação pública e da autonomia.

É justamente nesse sentido que defendo que nós, enquanto pesquisadores, devemos questionar se as políticas ditas de desenvolvimento pensadas para os assentamentos do sudeste paraense têm contribuído, minimamente, para a construção de sujeitos que se percebam responsáveis pela transformação de seus espaços-vividos, a partir de um processo de construção de sujeitos autônomos que rompam com as relações de dominação que por décadas tem-lhes amputado o direito à plena cidadania.

Nem tudo pode ser entendido, as aparências, assim como as essenciais, são persistentemente enganosas, e o real nem sempre pode ser captado, mesmo numa linguagem extraordinária. Mas isso torna o desafio mais instigante, especialmente quando, vez por outra, tem-se a oportunidade de decompor tudo e reconstruir o contexto. (Edward Soja. Geografias pós-modernas, p.299)

5 CONCLUSÕES

Ao finalizar a presente pesquisa convidamos o leitor a resgatar as principais reflexões tecidas ao longo dos quatro capítulos que estruturam esta dissertação.



Analisar uma região como a do sudeste paraense é mergulhar nas águas escuras de um mar desconhecido, posto que este espaço se construiu, principalmente no pós-70, no emaranhado de multiplicidades. Multiplicidade de interesses, de objetivos, de sonhos e de gente.

Ao longo das décadas subseqüentes o que se presenciou foi uma intensa chegada de migrantes, vindos de todas as regiões do Brasil, com os mais diversos objetivos. Desde aquele que buscava um pedaço de chão para se reproduzir, até aquele que migrava como estratégia de maximização dos lucros. Todos, indiferentemente, lançaram seus sonhos para esta fração do território amazônico, porém como se trata de um “campo” de disputa no qual os atores que nele estão inseridos protagonizam uma relação conflituosa que se intensifica pela diferenciação de acesso aos recursos tanto simbólicos como materiais, o que se veio consolidando nesta região foi um profundo privilégio ao grande capital.

Nesse contexto, grupos sociais como os agricultores familiares tiveram suas vozes sufocadas e suas necessidades deixadas em último plano. Fato este que desencadeou, ao longo do tempo, um intenso processo de luta por direitos e uma persistente atividade política das diferentes entidades de representação da agricultura familiar, pois estes entenderam que a organização social seria, senão o único, o mais eficiente caminho para conseguirem mudar o rumo de sua história, tradicionalmente marcada pelo descaso e opacidade política.

Foi então que, nas duas últimas décadas, a agricultura familiar veio se consolidando como ator social influente na construção da dinâmica político-social da região, apresentando-se assim como uma categoria digna, no cenário da história, em influir sobre as dinâmicas territoriais locais.

Em virtude desta crescente capacidade de organização dos homens e mulheres do campo e da forte pressão que suas entidades de representação estavam exercendo sobre o Estado, este se viu obrigado a mudar a sua forma de tratamento com esse grupo e

principalmente a dar respostas às inúmeras reivindicações que já se vinham arrastando como ecos de tempos passados.

Nesse movimento de renovação da postura estatal, foi criado o MDA, justamente com a finalidade de pensar estratégias políticas capazes de criar melhores condições de sobrevivência dentro do espaço agrário brasileiro, no qual o enfoque territorial passou a ser incorporado no debate acerca do desenvolvimento rural em virtude da necessidade de se superar a análise setorial implementada até ali, a qual tendia a massificar as múltiplas realidades construídas em campo, mascarando assim as reais demandas daqueles que tinham o campo como lugar de trabalho e de morada.

Como consequência também de todo esse processo de reestruturação da postura estatal, e também como fruto das constantes mobilizações lideradas por diversas organizações dos trabalhadores rurais e de suas múltiplas instâncias de representação, deu-se início à criação de espaços públicos de discussão, com a finalidade de concretizar o discurso da aproximação dos múltiplos atores sociais presentes na dinâmica do desenvolvimento rural com o Estado.

Entretanto devemos pontuar que, mesmo representando um avanço no que se refere ao processo de redemocratização, os espaços públicos de discussão não têm sido ainda completamente apropriados pelas instituições e entidades que atuam na região do sudeste paraense. Dessa forma alguns importantes espaços de discussão ao longo do tempo vieram passando por um amplo processo de desconstrução, e hoje alguns já não existem mais.

Porém o que acreditamos ser de suma importância e de destaque é o reconhecimento de que apesar dos espaços de discussão ainda serem consideravelmente cheios de limitação, acreditamos que contribuíram para a criação de um processo de aprendizagem social na mudança da relação com o Estado, o que é um grande avanço na construção de sujeitos autônomos.

Como vimos, a partir da nova atuação do Estado no que se refere ao desenvolvimento rural, o termo agricultura familiar passou a ser apropriado como uma categoria de ação política, muita das vezes utilizada indiscriminadamente generalizando as diversas formas existentes de se relacionar dentro do espaço agrário. Esta conclusão se construiu ao longo da presente pesquisa, pois ao mergulharmos no universo de um assentamento rural inserido nessa nova política de apoio e incentivo à agricultura familiar, mesmo reconhecendo as mudanças ocorridas nas formas de inserção dos agricultores na sociedade nacional, afirmamos que ainda podemos encontrar contornos do modo de vida camponês no processo de construção de seus

espaços-vividos, pois o que ainda se segue como bandeira de luta que ainda se carrega é a do sonho por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

Entendemos assim que no contexto do assentamento Bom Jardim, ao lançarmos um olhar mais atento e um ouvir mais sensibilizado, deparamo-nos facilmente com traços de um modo de ver e de viver o campo ainda pautados nos princípios de um campesinato tradicional.

A partir destas ações governamentais percebemos uma relativa melhoria no que se refere à qualidade de vida das famílias agricultoras, sobretudo quando nos referimos a mudanças, tanto da estrutura existente (estrada e energia), quanto do acesso a serviços, como educação, previdência e assistência técnica. Afirmamos assim que tais deliberações se apresentam como uma ampliação do campo de possibilidades dentro do cotidiano das famílias agricultoras, fato que permite a construção de novos rearranjos no processo de construção de seus espaços-vividos.

Esses novos campos de possibilidades construídos a partir da esfera governamental foram decisivos para profundas transformações regionais, pois com uma mínima melhoria na qualidade de vida no território do sudeste paraense, impulsionada pela política de regularização fundiária e de apoio à agricultura familiar, processos até então tidos como frequentes passaram por um crescente declínio, como, a migração inter-regional. Em suma toda essa política de reforma agrária, somada à melhoria da infraestrutura regional e ao melhor acesso a serviços e financiamentos para as atividades produtivas por meio da política de crédito, tem influenciado diretamente no maior tempo de permanência das famílias agricultoras em uma mesma área. Fato que nos indica a existência do processo que aqui denominamos como o de consolidação do espaço-vivido como lugar de projeto.

O assentamento Bom Jardim, escolhido como universo social a ser pesquisado, nasceu como fruto de todo esse processo de maior organização e reivindicação dos homens e mulheres do campo, pois ele só foi possível a partir de um processo de ocupação instaurado por famílias que lutavam contra a expropriação e violência amargadas por anos.

Acreditamos que é por meio do movimento de luta e ocupação de terra que muitos indivíduos têm conquistado a libertação das amarras do grande latifundiário, resgatando o papel da agricultura familiar e principalmente materializando no território mais uma conquista dos movimentos sociais que não se reduzem somente à posse da terra, mas a todo um conjunto de avanços que priorizam o indivíduo como cidadão. A luta pela terra, pois, não se

limita à luta por um pedaço de chão, vai muito além, revelando-se como uma luta pelo encontro com a própria cidadania.

Vale ressaltar também que dentro desse processo de luta por um pedaço de chão, foi-se construindo um outro processo, tido por nós como indispensável para o sucesso na conquista daquela fração do território e para as futuras melhorias alcançadas dentro do assentamento: o processo de construção de uma mesma identidade.

Acreditamos que o processo de (re)construção da identidade camponesa foi essencial para o sucesso na conquista e permanência naquele território, pois partimos do pressuposto de que este processo é apropriado como uma estratégia e instrumento de luta pela terra. Ao se perceberem parte do mesmo grupo e da porção do território, os indivíduos vão construindo um sentimento de pertença que, ao longo do tempo, faz com que se percebam tendo o direito de permanecer em determinado lugar e ali se reproduzir socialmente.

Quando nos referimos ao sentimento de pertença com o espaço, não estamos nos limitando somente à face do concreto, mas também, e sobretudo, a sua base simbólica e do vivido. Logo defendemos que, para se compreender minimamente as diferentes formas de uso e ocupação dos territórios, devemos partir do entendimento dos diferentes processos que levam à construção dos diferentes espaços-vividos.

No caso do assentamento Bom Jardim, o espaço-vivido foi sendo construído cotidianamente a partir das relações estabelecidas com o meio e principalmente em virtude da atribuição de valor e significado dos sujeitos com o lugar a partir de suas experiências passadas e diárias. Porém chamamos atenção para o fato de que, apesar da noção de espaço-vivido fazer alusão à ideia de proximidade em virtude da referencia ao cotidiano, entendemos que a questão do espaço-vivido está para além da relação de proximidade física com os espaços, visto que, a exemplo da experiência vivida em campo, percebemos que em função das constantes relações estabelecidas com a Vila Santa Fé e com a cidade de Marabá, estes espaços, mesmo distantes fisicamente, constituem-se como contornos do espaço-vivido de muitas famílias agricultoras residentes no assentamento. Dessa forma o espaço-vivido se constrói muito mais pela intensidade da relação dos indivíduos com o meio do que por sua aproximação física com o mesmo.

Nesse sentido percebe-se uma relação de complementaridade entre os espaços rural e urbano, o que se mostra revelador no sentido de desmistificar a ideia da existência somente da contraposição entre estes dois espaços que, num primeiro momento até nos levam a esta impressão, mas que, quando partimos de uma experiência como a vivenciada no assentamento

Bom Jardim, logo entendemos que o rural e o urbano se complementam, pois a sociedade rural não se esgota no espaço propriamente rural, mas se espalha pelas cidades que não só lhes servem de apoio político-institucional, como também constituem um quadro complementar de vida no campo. Sendo assim a vida local não é isolada, mas sim integrada aos espaços sociais mais amplos.

Dessa forma entendemos que, para se pensar em uma intervenção no meio rural que realmente possa contribuir com transformações mais profundas para esse espaço, é indispensável levar em consideração as diferentes formas de construção do espaço-vivido, pois este se revela como uma fonte inesgotável de informações a cerca das reais demandas e anseios daqueles que constroem e reconstróem o palco de suas múltiplas experiências sociais.

Outro elemento bastante elucidativo, para a compreensão de como se deu e como se tem dado o processo de construção do espaço-vivido das famílias agricultoras do PA Bom Jardim, é a organização social desses agricultores que nesse contexto tem o caráter estratégico de conquista de alguns objetivos significativos para o grupo. Por exemplo, a organização de uma associação dos moradores com a finalidade de reivindicar melhorias para o lugar de morada, como a escola e a energia elétrica hoje em dia são referenciados como a materialização da organização e da luta daquele povo. Dessa forma acreditamos que toda e qualquer ação que os moradores realizam sobre o meio que os rodeiam está sempre voltada para superar o que eles identificam como obstáculos para suas vidas. Nesse sentido a organização de uma associação dos moradores objetivou claramente a busca pela satisfação das necessidades imediatas vividas dentro daquele novo território.

Como dentro do assentamento há a predominância de migrantes oriundos do nordeste brasileiro, principalmente do estado do Maranhão, o que se percebeu, na construção do atual espaço-vivido, foi que esta característica veio deixando marcas no território de práticas próprias de uma determinada cultura no momento da construção das estratégias para a sua reprodução social em seu atual cotidiano.

Um bom exemplo disso foi a consolidação do grupo da farinheira, composto exclusivamente por maranhenses que migraram para o Pará em busca de melhores condições de sobrevivência, porém resgataram a prática do trabalho com a mandioca como principal estratégia de reprodução social, e também, por que não dizer que este movimento foi um resgate da sua própria história que insiste em não se perder no passado, mas sim em se materializar no novo cotidiano. Identificamos também outros dois grupos coletivos, são estes: o da pesca e o da caça. Estes, como o grupo da farinheira, visam, ao mesmo tempo, a

amenizar o processo de reterritorialização e também a construir uma maior possibilidade de consolidação do espaço-vivido como lugar de projeto.

Nesse contexto, ao se colocar uma grande predominância de indivíduos oriundos de outros estados brasileiros, chegamos à conclusão de que a migração foi utilizada como uma estratégia de sobrevivência, pois pelas entrevistas coletada em campo, entendemos que o principal motivo que levou os indivíduos a se inserirem num processo de desterritorialização e reterritorialização foi a necessidade de se libertar da constante expropriação vivida ao longo dos anos em seus locais de origem, e principalmente se desprenderem da exploração subumanas vivenciadas por entre as cercas das fazendas num passado bem presente.

As estratégias de reprodução social, porém, não se limitam às práticas de cunho coletivo, pois existem famílias que também se utilizam de atividades não agrícolas como estratégias para se manter e manter o seu estabelecimento familiar. Entre as principais atividades estão: a venda da mão de obra nas fazendas da redondeza, o transporte de pessoas em motos, e a venda de produtos industrializados.

Vale ressaltar que mesmo o agricultor canalizando parte do seu tempo para atividades não agrícolas, o seu objetivo final continua sendo o atendimento das necessidades imediatas do núcleo familiar e também maior eficiência do estabelecimento agrícola, ou seja, as estratégias escolhidas, mesmo que num primeiro momento pareçam contraditórias, ainda se percebe nelas uma racionalidade que nos dias de hoje guarda traços de um modo de vida camponês.

Para finalizar, enfatizamos também como elemento potencializador da capacidade de reprodução social dos agricultores familiares a longo prazo o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua, como os mutirões e as trocas de dias que ainda hoje, mesmo com a cultura do individualismo, apresentam-se como estratégias eficientes na produção e reprodução social local.

Nesse sentido acredita-se que, ao construírem políticas de desenvolvimento rural, as instituições responsáveis devem levar em consideração o incentivo e a manutenção de práticas coletivas e de ajuda mútua que fortaleçam laços internos de solidariedade, capazes de superar a cultura individualista hoje predominante, para que assim não se perca mais um instrumento de luta por melhores condições de sobrevivência dentro do espaço rural.

Concluimos então que a relativa diversidade presenciada na atual conformação dos sistemas produtivos no PA e em outros setores da sua vida cotidiana é fruto das experiências diferenciadas no processo migratório dos assentados. Tal afirmação se justifica pelo fato de

acreditarmos que todo e qualquer processo de (re)territorialização tem como elemento fundamental a tentativa de resgate de antigas práticas sociais vivenciadas pelos indivíduos e por estes embutidas de valor simbólico construído em outro tempo e espaço

Dessa forma as teias culturais experimentadas e construídas na região de origem e ao longo de toda a trajetória das famílias vão-se materializar no processo de (re)territorialização no novo lugar de morada e assim construir uma diversidade de situações sociais que se colocam como um mosaico de inúmeros significados e representação que necessita ser compreendido para que minimamente se reflita e construa ações que possam ser eficazes e significativas para os sujeitos do lugar.

As novas práticas estatais com relação à agricultura familiar não só trouxeram benefícios para os moradores do campo, quando proporcionam a estes um maior campo de possibilidade de reprodução social, mas também desencadearam situações um tanto quanto desgastantes aos que mergulharam a fundo nessas novas perspectivas. Mas, mesmo com alguns retrocessos, percebe-se então que os agricultores são portadores de uma cultura que dinamiza as relações sociais locais e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados. Com isso, criam estratégias próprias de reprodução social que lhes garantem a sobrevivência no espaço rural escolhido como espaço de vida.

Sendo assim compreendemos que além das iniciativas estatais com o apoio e financiamento para a agricultura família, os próprios agricultores constroem práticas que também contribuem para a consolidação do espaço vivido enquanto lugar de projeto. Dessa forma entende-se que a autonomia é condição indispensável para que esse movimento parta dos próprios agricultores, pois acreditamos que uma sociedade autônoma é aquela que consegue “defender e gerir livremente o seu território”, logo indivíduos autônomos tenderão a construir estratégias de consolidação do espaço vivido enquanto lugar de projeto.

Ao longo dos dias em campo, percebemos que as estratégias utilizadas pelos agricultores para a consolidação do espaço-vivido enquanto lugar de projeto são, basicamente, as de organização coletiva, como, a construção de uma associação dos agricultores, o desenvolvimento de atividades coletivas de produção e comercialização e a realização de mutirões que visem a construir melhorias no lugar.

Sendo assim as práticas coletivas aqui relatadas, sejam elas com caráter lucrativo ou não, sempre se apresentam como alternativas de buscas por maiores possibilidades de

reprodução social da família no espaço escolhido, não só como o lugar do trabalho, mas também como o lugar da vida e da concretização dos antigos sonhos.

Ao longo de toda a pesquisa, uma das questões que sempre se colocou diante de nós era justamente a de compreender se esses sonhos, ou melhor, se os projetos de vida das famílias agricultoras do assentamento Bom Jardim vêm sendo mediatizados pela ação esfera governamental, pois reconhecemos que com o novo contexto impresso na região do sudeste paraense, o espaço-vivido dos agricultores vivencia uma gama de novos rebatimentos em sua esfera local, que tem-se refletido até mesmo na recomposição dos modos de vida das famílias agricultoras em função desse novo campo de possibilidades. Afirmamos, então, que a construção de novas realidades impõe redefinições, tanto nos costumes, quanto nas tradições de um determinado grupo social.

Dessa maneira reconhecemos sim que as deliberações oriundas da esfera governamental, como, as políticas de crédito e apoio à agricultura familiar, foram indispensáveis para a concretização de antigos projetos de vida das famílias agricultoras, a saber: a fixação em um determinado lugar de trabalho e morada, o acesso à educação para os filhos, a construção de uma casa com melhores condições de sobrevivência e a inserção em atividades como a pecuária.

Entretanto o que realmente merece destaque nessa dinâmica de imbricação entre a esfera governamental e a esfera doméstica é o fato de que, apesar de muitos dos projetos de vida das famílias agricultoras terem sido possibilitados pelas políticas governamentais, os próprios agricultores num movimento, mesmo que lento mas constante, foram-se constituindo enquanto sujeitos de sua própria história, pois, ao se organizarem e lutarem por um pedaço de chão e mais adiante reivindicarem melhores condições de sobrevivência e também criarem estratégias que garantissem melhorias para dentro do seu espaço-vivido, estes agricultores revelavam o desejo de ser autor de sua própria vida, pela sua capacidade de iniciativa e de escolha. Sendo assim afirmamos que estes indivíduos podem construir um trabalho reflexivo, podem julgar suas experiências e redefini-las, de acordo com as suas múltiplas lógicas de ação, suas teias de experiências sociais passadas e com o atual contexto vivenciado por eles. Se constituindo, então, enquanto sujeito, aquele que não só consome a sociedade, mas, sobretudo, a cria e a transforma.

Nessa conjuntura, os agricultores do PA Bom Jardim ao construírem o seu espaço-vivido imprimem no lugar marcas de suas múltiplas experiências sociais vividas ao longo de sua trajetória e as redefinem diante do novo contexto possibilitado pela esfera governamental,

como no exemplo explicitado anteriormente a respeito da justaposição de dois modelos na forma de habitar.

Afirmamos assim que os projetos de vida das famílias agricultoras não necessariamente são determinados pela esfera governamental, pois o que se percebeu com o trabalho de campo no assentamento Bom Jardim, foi que muitas das situações possibilitadas pela escala governamental já se apresentavam como projeto de vida para as famílias agricultoras, como o sonho de encontrar um lugar de trabalho e morada, ter acesso à educação para os filhos, conseguir casas com melhor qualidade e se inserir na atividade da pecuária. Sendo assim, as políticas públicas só facilitaram o acesso a questões que já se revelavam nos anseios dos homens e mulheres do campo.

Partindo desses pressupostos acreditamos que, ao receberem uma política de desenvolvimento, os agricultores, usando de sua racionalidade que podem ser múltiplas dependendo do contexto, têm a possibilidade de criarem suas próprias estratégias e se colocarem como atores sociais ativos no processo de construção de seu espaço-vivido. Indo mais além, ao refletirem sobre sua própria condição e buscando ser autor de sua própria história, os agricultores se apresentam também enquanto sujeito que podem assumir, no campo de forças, seu próprio destino.

Queremos deixar claro que não percebemos o assentamento Bom Jardim como uma situação social homogênea, visto que reconhecemos a existência daqueles indivíduos que partindo de suas múltiplas lógicas de ação decidem em não participar desse processo que aqui denominamos de consolidação do espaço-vivido enquanto lugar de projeto, e muito menos se inserem na construção da categoria definida como sujeito-lugar. Mas, em virtude dos nossos objetivos e a partir do nosso quadro de referência com o qual lançamos os nossos olhares para o universo empírico analisado, priorizamos as situações sociais que pudessem contribuir com as reflexões propostas para esta pesquisa.

Concluimos, então, que os projetos de vida das famílias agricultoras são construídos baseados, principalmente, nas múltiplas privações sofridas ao longo de suas trajetórias de vida, que também são reflexos de múltiplas lógicas de ação dos indivíduos. Dessa forma as políticas públicas não aparecem como determinantes na construção desses projetos, pois se apresentam muito mais como facilitadoras ao acesso de serviços que sempre se fizeram presente nos anseios dos homens e mulheres do campo, do que propriamente como construtora de novas perspectivas.

Em suma entendemos que, ao se identificarem com o território conquistado, os agricultores passam a desenvolver um sentimento de pertença com este meio garantindo-lhes assim a construção de seu espaço-vivido, e ao projetarem para este espaço a reprodução social sua e de sua família, o indivíduo passa a perceber esse seu lugar como um lugar de projeto, sendo assim ele tenderá a construir estratégias que contribuam para a consolidação do espaço vivido enquanto lugar de projeto. É justamente nesse momento do processo que acreditamos na constituição de uma categoria social definida por nós como sujeito-lugar que no nosso entendimento é o indivíduo que, ao se perceber enquanto parte de seu lugar, passa a criar práticas que possam contribuir com a possibilidade de construção de melhores condições de sobrevivência dentro do seu espaço-vivido, ou seja, sujeito-lugar não é somente aquele que sonha com um futuro melhor para o seu espaço-vivido, mas é aquele que luta para que este sonho se materialize no presente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Maná**: Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.07-33, out.2001.
- ANDRADE, Aparecido Ribeiro de. Reflexões sobre o pensamento geográfico e a busca de uma metodologia de trabalho na percepção da geografia ambiental. **Revista geografar** Curitiba, v.4, n.2, p.29-46, jul./dez. 2009. Disponível em: www.ser.ufpr.br/geografar. Acesso em: 12 jan 2010.
- ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. 2007. 242 f. TESE (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.
- ASSIS, William Santos de; OLIVEIRA, M; HALMENSCHLAGER, F. Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 228-261, 2008.
- BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; COSTA, R.H.; SILVEIRA, C.B. (Org.). **Abordagens políticas e espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8, 1983.
- BECKER, B. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Ática. 1990.
- BECKER, B.et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/ SP: Papirus, 1996.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Rj: Vozes, 2005.
- CASTRO, Flávia Nogueira de. **Território do Sudeste Paraense**: os dilemas na implementação dos programas de desenvolvimento territorial. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) Núcleo de Estudos Integrados em Agricultura Familiar e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Universidade Federal do Pará, 2010.
- CORREIA, Marcos Antonio. A geografia humanista no III milênio: uma nova perspectiva. **Revista Luminária**. Paraná, v.1. n. 9, p. 01-09 .2008.
- CORRÊA. Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.15-47.

- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUARTE, M.B; MATIAS, V.R.S. Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. **Revista Caminhos de geografia**, Minas Gerais, v.17.n. 16, p.190-196, out. 2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 16 jan 2010.
- DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. São Paulo: Ed. Instituto Piaget, 1996.
- FÉLIX, Gil Almeida. **O Caminho do Mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: EDUFF, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9 ed. graal. Rio de Janeiro, 1990.
- GÓMEZ, J.R.M. Desenvolvimento em (des)construção: Provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In. FERNANDES, B.M, MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C. (orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2007.
- GRZYBOWSKY, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Vozes. Petrópolis, 1990.
- GUTIÉRREZ, Alicia B. Herramientas teórico-metodológicas de un análisis relacional para los estudios de la pobreza. **Ciencia, Docencia y Tecnología**, v. 18,n 35, p. 15-33, nov. 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed – São Paulo: Contexto, 2006.
- HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização.etc..., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.1-14, jul.2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 10 mar 2010.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HÉBETTE, Jean, **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**.Vozes,1991.
- HOMMA, Alfredo K. O. **História da agricultura na Amazônia: Da era pré-Colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa, 2003.
- IANNI, Otávio. **A luta pela terra**. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.
- INTINI, João Marcelo. **Luzes e Sombras: Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar**. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) Núcleo de Estudos Integrados em Agricultura Familiar e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Universidade Federal do Pará, 2004.
- LEITE, Sergio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira &Lent, 2007. 176p.

LIMONAD, Ester. (org.). Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Niterói – RJ. **Anais...**Niterói: ANPUR, 2003. p. 98-103.

MARTIN, Jean Yves. **Uma Geografia da nova radicalidade popular:** algumas reflexões a partir do caso do MST. São Paulo: Terra Livre, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Caminhos no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, Viviane Santi. **Lugar de morada:** a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos de Reforma Agrária. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal rural do Rio Grande do Sul- 2009

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília, 2003. Disponível em: www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=253. Acesso em: 10 jan.2010.

MELO Aline de Souza. **A entrada da Geografia Humanista na ciência Geográfica.** São Paulo, EDUSP: 2009.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MOURA, Neide de. Percepção e memória: uma barragem, muitas vidas, uma história. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 70 – 81, set. 2008.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p. 83–120, set. 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: A sociologia para o século XXI, 9. , 1999, Porto Alegre – RS. **Anais...**Porto Alegre: Sociologia, 1999. p. 5-28.

_____, Delma Pessanha. (org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Ed. UFRGS: 2008.

NITSCHKE, L, B, e KOZEL, S. Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço-vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística. **Revista Eletrônica Geografar.** Curitiba, v.1, n.1, p. 52-61, jul./dez. 2006. Disponível em: www.ser.ufpr.br/geografar. Acesso em: 12jan 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da geografia)

_____, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo, v. 15, n.4, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP. 2000

QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993

REDCLIFT, Michel. Feitos à nossa imagem: o meio ambiente e a sociedade como discurso global. In: ARIZPE, L.(Org.). **As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica**. Brasília: UNESCO, 2001. p. 217 – 237.

ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v 4/5, p.67-79, 2003.

SABOURIN, Eric, TEIXEIRA, Olívio A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, DF: Embrapa. 2002.

SANTOS, Clarissa Vieira dos. **Na luta pela terra a construção da identidade camponesa: o caso do assentamento Mártires de Abril em Mosqueiro – Belém/PA**. 2008. 58 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Pará. 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SARTRE, Arnauld Xavier de. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 8, n. 2, p. 109-124, dez. 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos rurais no Sudeste paraense**. 2007. 295 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará/NAEA. 2007

SILVA, Tomás Tadeu da. et alli (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÕES, Aquiles Vasconcelos. **Os (Des) caminhos da intervenção de desenvolvimento: agricultores e pesquisadores no processo de co-construção da demanda social**. 2002, 135f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) Núcleo de Estudos Integrados em Agricultura Familiar e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Universidade Federal do Pará, 2002.

_____, Aquiles Vasconcelos. O desenvolvimento rural visto como diferentes regimes de ação. In: MOTA, D. M. da.; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. M. (Orgs.). **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: SBSP, 2005. p. 199-222.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. **Assentamento: reorganização do modo de vida**. 1996. 116 f. Dissertação (Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/NAEA.

WALTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n 9, p. 174- 214. jan/jun. 2003,

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu, MG.1996. **Anais...** Caxambu/MG, 1996, p. 01 - 18.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.